

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA CULTI ZACARIAS

INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO LITORAL DO PARANÁ: UMA
ANÁLISE DE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ECODESENVOLVIMENTO

CURITIBA

2016

AMANDA CULTI ZACARIAS

INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO LITORAL DO PARANÁ: UMA
ANÁLISE DE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ECODESENVOLVIMENTO

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-
Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento,
Setor de Agrárias, da Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Natália Tavares de Azevedo

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Náina Pierri

CURITIBA

2016

Zacarias, Amanda Culti

Z13 Iniciativas de economia solidária no litoral do Paraná: uma análise de suas contribuições para o ecodesenvolvimento / Amanda Culti Zacarias. - Curitiba, 2016. 125 f.; il.; grafs., tabs.

Orientadora: Natália Tavares de Azevedo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

1. Economia solidária - Paraná. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais. 4. Litoral do Paraná. 5. Crise - socioambiental. I. Azevedo, Natália Tavares de. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. III. Título.

CDU 334.732(816.2)

Douglas Alex Jankoski CRB 9/1167



NIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www .ppgmade.ufpr.br

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora composta pelos professores: Natália Tavares Azevedo (orientador-UFPR/Litoral), Naína Pierri Estades (co-orientadora UFPR), Carlos Alberto Cioco Sampaio (UFPR/PPGMADÉ) e Lilian Medeiros de Mello (UFPR/Litoral), após realizarem a arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata Amanda Culti Zacarias intitulada "*Iniciativas de economia solidária no litoral do Paraná: uma análise de suas contribuições para o ecodesenvolvimento*" deliberaram pela Aprovação (X.) Reprovação () Com menção: () Distinção () Louvor. Tendo a candidata completado todos os requisitos necessários para receber o grau e o Diploma de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

08 S:.....

Curitiba, 23 de junho de 2016.

Profa. Dra. Natália Tavares de Azevedo

Profa. Dra. Naína Pierri Estades

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioco Sampaio

Profa. Dra. Lilian Medeiros de Mello

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus pela dádiva da vida.

Ao MADE, por possibilitar que essa pesquisa fosse realizada, aos professores deste programa, bem como aos professores convidados, que ao passarem seus conhecimentos científicos e experiências de vida contribuíram para a minha formação acadêmica e que, de alguma forma, contribuíram para as reflexões que faço neste trabalho.

Em especial, agradeço a minha orientadora Prof. Dr. Natália Tavares de Azevedo, e a minha co-orientadora Prof. Dr. Naína Pierri, por aceitarem me orientar nessa jornada, sempre com muita paciência, carinho e compreensão. Muitas vezes durante esse processo me vi desanimada e descrente de muitas coisas, então eu parava para pensar e me fortalecia ao lembrar que tinha elas como exemplo de mulheres fortes, competentes, integras e apaixonadas pelo que fazem me orientando nessa caminhada; engradeço todo o carinho com que me tiveram durante esses dois anos de amizade.

À CAPES, por financiar e viabilizar essa pesquisa durante esses 24 meses.

À minha família, que é meu porto seguro e a principal razão pela qual eu tento ser melhor a cada dia.

Ao meu companheiro de todas as horas Icaro, por ouvir e aguentar as minhas lamúrias e os meus anseios repetidas vezes durante esse percurso, obrigada por todo apoio e amor que me dedicaste.

Às famílias Izalberte e Eugenio, por todo o carinho, afeto e alegrias que me deram durante esse período, em especial a Lu e Ge, por todo apoio dedicado; e a Tia Nilza, Tio Julio e crianças, pelas reflexões e momentos deliciosos que me proporcionaram em sua casa.

Aos meus companheiros de turma do Mestrado III e Doutorado XI, por todos os momentos dentro e fora de sala de aula, pelas risadas, abraços afetuosos, pelos cafés com bobagem, desabafos, e pelos bares ecantorias. Já sinto saudades.

Agradeço em especial aos professores da linha “Costeiro”, por confiarem e acreditarem na minha capacidade de construir essa pesquisa, e aos colegas dessa

linha, por somarem conhecimentos e dividirem experiências sem medirem esforços para isso. Á Ma Fer, Gi, Ana Carol e Natizinha, muito obrigado por cada conversa, cada risada, cada cerveja, e cada desespero compartilhado, vocês tornaram essa caminhada mais leve e mais prazerosa.

Ás minhas amigas e irmãs da vida Fabielle, Claudia, Gabrieli, Camila e Deborah, por todo o apoio, força e compreensão durante toda a minha jornada. Amo vocês. E principalmente, aos sujeitos dessa pesquisa, por abrirem suas casas e locais de trabalho, com paciência e entusiasmo para contribuir com esse trabalho. Sem a colaboração de vocês isso não seria possível.

“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração “

(Caminhos do Coração – Gonzaguinha)

“A ciência não corresponde a um mundo a descrever. Ela corresponde a um mundo a construir.”

Bachelard

RESUMO

O atual modelo de desenvolvimento capitalista, guiado, sobretudo pelo pensamento economicista, tem gerado diversas mazelas de ordem econômica, social e ambiental; podendo assim, ser considerado um mau desenvolvimento na medida em que suas políticas e estratégias de crescimento econômico intensificam a crise socioambiental. As contradições e malefícios desse modelo podem ser identificados tanto a nível global, quanto a nível local, como é o caso do litoral do Paraná, área de estudo desta pesquisa; cuja região é marcada pelo contraste entre as riquezas naturais e a pobreza social, como aponta Pierri (2004). Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre novas estratégias de desenvolvimento que sejam economicamente sustentadas, socialmente incluídas e ambientalmente sustentáveis. Frente a isso, o ecodesenvolvimento surge como um modelo de desenvolvimento que busca suprir as necessidades humanas mais abrangentes, que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida, gerindo a natureza de forma a assegurar o desenvolvimento da geração atual bem como das gerações futuras, confiando na capacidade de cada sociedade humana de identificar seus próprios problemas e propor soluções particulares para os mesmos. Diante disso, estabeleceu-se como objetivo dessa pesquisa analisar as contribuições socioambientais das iniciativas econômicas solidárias para a promoção do ecodesenvolvimento no litoral do Paraná. Para isso, onze iniciativas econômicas solidárias foram selecionadas, abrangendo todos os sete municípios do litoral paranaense; e dados socioeconômicos, ambientais e políticos de cada iniciativa foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados foi feita com base em quatro dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento, a saber: sustentabilidade social, econômica, ecológica, e política. Observou-se que essas iniciativas ainda são incipientes, e que atingem setores marginais da economia; no entanto, elas proporcionam autonomia e dignidade para os trabalhadores envolvidos, que buscam se emancipar e serem reconhecidos por meio do trabalho. Além disso, essas pessoas encontram nesses empreendimentos oportunidades de exercer a solidariedade sincrônica com a geração atual, e diacrônica com a geração futura.

Palavras-chave: Ecodesenvolvimento. Economia Solidária. Crise Socioambiental.

ABSTRACT

The current model of capitalist development, guided mainly by economic thought, has generated various ills of economic, social and environmental nature; and may thus be considered a bad development since its policies and economic growth strategies enhance the environmental crisis. The contradictions and drawbacks of this model can be identified both globally, and at the local level, such as the coast of Paraná, study area of this research; whose region is marked by the contrast between natural resources and social poverty, as Pierri (2004) has pointed out. Given this scenario, it is necessary to reflect on new development strategies that are economically sustained, socially inclusive and environmentally sustainable. Faced with this, the eco-development emerges as a development model that seeks to supply to the most comprehensive human needs that relate to improving the quality of life by managing the nature in order to ensure the development of the current generation and future generations, relying upon the ability of each human society to identify its own problems and propose specific solutions to them. Thus, it was established as objective of this research to analyze the social and environmental contributions of solidarity economy initiatives to promote eco-development on the coast of Paraná. For this, eleven solidary economic initiatives were selected, covering all seven municipalities at the coast of Paraná; and socio-economic, environmental and political data of each initiative were collected through semi-structured interviews. Data analysis was based on four dimensions of sustainability of eco-development, namely: social, economic, ecological and political. It was observed that these initiatives are still incipient, and reach marginal sectors of the economy; however, they provide autonomy and dignity for workers involved, seeking to be emancipated and recognized through work. In addition, these people find in these enterprises opportunities to exercise synchronic solidarity with the present generation, and diachronic with the future generation.

Keywords: Ecodevelopment. Solidarity economy. Environmental crisis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA NO QUADRO DE CRISE SOCIOAMBIENTAL NA PERSPECTIVA DO ECODESENVOLVIMENTO	16
2.1	O CAPITALISMO E A CRISE SOCIOAMBIENTAL.....	16
2.2	ECODESENVOLVIMENTO: UMA ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.....	19
2.2.1	PRINCÍPIOS, VALORES E PROPOSIÇÕES.....	25
2.2.2	CRÍTICAS E LIMITES	28
2.3	ECODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	31
3	ANTECEDENTES GERAIS.....	35
3.1	A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	35
3.2	A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARANÁ	39
3.3	O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DO LITORAL DO PARANÁ	41
3.3.1	ASPECTOS BIOFÍSICOS	41
3.3.2	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	46
4	METODOLOGIA.....	56
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	56
4.2	SELEÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ESTUDADOS E OS PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS 57	
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	66
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SELECIONADOS	68
5.1.1	MUNICÍPIO DE ANTONINA	68
5.1.2	MUNICÍPIO DE MATINHOS.....	72
5.1.3	MUNICÍPIO DE MORRETES	73
5.1.4	MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA	80
5.1.5	MUNICÍPIO DE GUARATUBA	82
5.1.6	MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ	88
5.1.7	MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ.....	92

5.2	ANÁLISE DOS DADOS SUMÁRIO	94
5.2.1	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.....	94
5.2.2	DIMENSÃO AMBIENTAL.....	99
5.2.3	DIMENSÃO POLÍTICA.....	102
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

1 INTRODUÇÃO

O atual modelo de desenvolvimento capitalista, baseada no crescimento econômico e na exploração ilimitada de recursos naturais, cuja racionalidade dominante é caracterizada por uma visão utilitarista e pragmática da realidade, tem se mostrado perversa na medida em que aprofunda a crise socioambiental.

No modelo de produção capitalista “a busca do lucro, como lógica interna econômica, condiz a uma tendência à produção ilimitada”, que se apropria e transforma o ambiente de acordo com suas necessidades e utiliza a natureza como mercadoria (FOLADORI, 1999). Desta forma, o lucro é obtido principalmente através da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais, os quais entram nesse sistema como mercadoria, ficando assim sujeitos às leis de oferta e demanda do mercado (SOARES, 1985; GAIGER, 2001).

Para Santos (2001), esse modelo econômico é sustentado pela ideologia da aldeia global, de um mercado homogeneizador que estimula o consumo e o estado mínimo em todo o mundo como forma de assegurar a produção ilimitada. Para isso, o mercado cria o consumidor, através de estímulos morais, estéticos e sociais, motivando a apropriação e privatização do território e seus recursos, e distorcendo a figura do cidadão para uma figura de consumidor (SANTOS, 2001).

Contudo, sabe-se que é sobre os mais pobres e sobre os grupos étnicos desprovidos de poder é que recai a maior parte dos impactos e riscos ambientais induzidos socialmente, acabando por aprofundar as diferenças locais e, o Estado, que deveria assegurar os interesses do povo, é reduzido para atender as demandas do mercado (ACSELRAD, *et al.*, 2009). Como resultado emerge o desemprego crônico, a perda de qualidade de vida, a pobreza e estratificação social, o desabrigo, a fome, a disseminação e surgimento de novas doenças, a violência, o egoísmo, entre outras mazelas decorrentes do comportamento competitivo característico da sociedade atual (SANTOS, 2001).

Ainda, deve-se considerar a enfraquecimento da diversidade cultural e da limitação da criatividade humana, ocasionadas pela busca constante da expansão da atividade comercial, que não suporta modos de produção alternativos (FOLADORI E MELAZZI, 2009). Diante disso, Leff (2008) acredita ser necessária

uma nova racionalidade econômica, que articule cultura e natureza, de modo a estimular e valorizar a capacidade criativa do ser humano, bem como da produtividade cultural associadas à produtividade ecológica.

Contudo, para prevenir a degradação socioambiental gerada pelo atual modelo econômico, é necessário que se invista em modelos alternativos de desenvolvimento, que preserve não só o patrimônio natural, mas também o cultural, social, histórico e econômico de cada território. Pois, além de o capitalismo estimular o consumo como forma de assegurar a produtividade, esse modelo exploratório gerou transformações culturais que reprimiram os conhecimentos práticos, elaborados durante anos pelas comunidades locais a partir de suas experiências que sustentavam o uso mais racional do território e de seus recursos e que foram passados durante gerações (LEFF, 2009; MUELLER e PONCHIROLI, 2014).

Em consonância a isso, considerando suas especificidades, o que se vê no litoral do Paraná é uma política de desenvolvimento capitalista que prevê para a região, em áreas de interesse do capital, a expansão de obras e atividades econômicas exploratórias, que se estabelecem desconsiderando as reais demandas da população local e promovendo a degradação ambiental; ao mesmo tempo em que se observa em locais de desinteresse para o capital, uma política ambientalista crescente, onde muitas áreas de conservação foram implementadas, desrespeitando muitas vezes a presença de comunidades no seu interior ou entorno, restringindo atividades e o uso de recursos manejados há muitas gerações, aumentando dessa forma a vulnerabilidade social e econômica dessa população (MADE\UFPR, 2015, não publicado).

Caracterizando-se por uma região onde ocorre o mau desenvolvimento, a desigualdade social, a pobreza e a exploração danosa dos recursos naturais, refletindo assim, um paradoxo da riqueza natural e da pobreza social; torna-se necessário discutir e implementar alternativas à atual forma de desenvolvimento econômico nessa região, que articule o crescimento econômico com responsabilidade ambiental, de forma a melhorar as condições de vida da população (PIERRI, 2003).

Existe um consenso cada vez maior na literatura sobre a necessidade de modelos alternativos de desenvolvimento (LEFF, 2008; SINGER, 2008; SACHS, 2009; MAX-NEEF, 2012) que incluam um enfoque participativo de planejamento e gestão, norteado por postulados éticos como o atendimento das necessidades humanas fundamentais, promoção da autoconfiança da população envolvida e o cultivo da prudência ecológica. Seriam maneiras de reagir às soluções pretensamente universais, tendo em vista a diversidade das culturas e ecossistemas, e das realizações humanas obtidas em meios naturais, acreditando na capacidade das populações de identificar seus próprios problemas e de propor soluções para os mesmos (SACHS, 2007).

E é no bojo dessas crises social, econômica e ambiental que surgem as iniciativas da sociedade civil, tais como ONGs, cooperativas, associações, movimentos sociais, entre outros, que buscam articular as esferas econômicas e sociais buscando propor um novo modelo de desenvolvimento que seja mais social e ambientalmente justo. E é no seio desses movimentos contra hegemônico que a economia solidária emerge na atualidade, com uma proposta da reconstrução do global a partir do local (CULTI, 2006).

A economia solidária, baseada em práticas de associativismo e cooperativismo autogestionário, busca promover relações alternativas de trabalho e renda; e dentro dos seus princípios, o crescimento é condicionado aos potenciais e limites socioambientais de cada região (SINGER, 2002). Para Lavelle (2009), a economia solidária é um conjunto de atividades econômicas geridas de forma democrática em resposta aos problemas sociais atuais, onde as necessidades fundamentais dos seres humanos prevalecem diante dos interesses econômicos e materiais. Diante disso, a economia solidária mostra-se uma alternativa para o desenvolvimento local sustentável à medida que estimula outra lógica econômica, não mais baseada na acumulação monetária a partir da exploração do trabalho e da natureza de forma ilimitada; mas sim, a partir de uma lógica que transcende a economia, que estimula a solidariedade perante o outro e perante a natureza, promovendo um crescimento a partir das necessidades fundamentais dos seres humanos considerando os limites ambientais de cada região.

Diante deste contexto algumas questões foram levantadas e vêm nortear esta pesquisa. Na prática, os empreendimentos de economia solidária atendem às demandas de sustentabilidade? As iniciativas de economia solidária do litoral do Paraná podem ser consideradas instrumento para promoção do ecodesenvolvimento? De que forma essas iniciativas contribuem para o ecodesenvolvimento? A dimensão ambiental é considerada um dos valores fundamentais dessas iniciativas de economia solidária? De que forma essa dimensão está incorporada?

Deste modo, o objetivo central dessa pesquisa é analisar as contribuições socioambientais das iniciativas econômicas solidárias para a promoção do ecodesenvolvimento no litoral paranaense. E, para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) realizar o levantamento das iniciativas de economia solidária presentes no litoral do Paraná; b) descrever as atividades econômicas solidárias presentes nessa região; c) identificar e analisar as mudanças socioeconômicas geradas por esses empreendimentos na vida dos associados; d) verificar se a dimensão ambiental é considerada valor fundamental nessas iniciativas; e) verificar de que forma a dimensão ambiental está incorporada nessas iniciativas econômicas solidárias.

O presente trabalho é composto de cinco capítulos, além da Introdução. O capítulo de número 2 é constituído pelo referencial teórico e conceitual, onde a princípio é discutida a crise socioambiental como fenômeno acentuado pelo atual modelo de desenvolvimento hegemônico. Em seguida, o ecodesenvolvimento é apontado como um possível modelo de desenvolvimento alternativo ao atual modelo capitalista; no próximo tópico, são apresentados o histórico, os princípios e preposições, bem como as críticas e limites da economia solidária. E por último, discute-se a economia solidária como possível alternativa para a promoção do ecodesenvolvimento.

No capítulo de número 3, são apresentados os antecedentes da pesquisa. São apresentados os antecedentes da economia solidária no Brasil e no estado do Paraná; e, em seguida, o contexto socioambiental do litoral do Paraná é demonstrado a partir de suas características físicas e socioeconômicas.

A metodologia de pesquisa utilizada é demonstrada no capítulo 4. No capítulo seguinte, é realizada a apresentação e análise dos dados. E por fim, no capítulo de número 6, são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL: a economia solidária como alternativa no quadro de crise socioambiental na perspectiva do ecodesenvolvimento

2.1 O CAPITALISMO E A CRISE SOCIOAMBIENTAL

Sabe-se que o meio ambiente e seus recursos naturais constituem a base de todas as formas de manutenção da vida na Terra; e que, além disso, toda formação social desenvolve-se mediante uma relação estreita com esse entorno natural, seus condicionantes geográficos e ecológicos. No entanto, é evidente que no processo evolutivo do homem a “integração da população humana ao seu meio ecológico não resulta de uma relação direta de adaptação biológica, de condicionamento ecológico ou de transformação tecnológica” (LEFF, 2009, p.98).

Existe uma diversidade de formas de relação entre ambiente natural e organização social, que, no entanto, vêm sendo desestruturadas pela imposição de um modelo hegemônico. Isso porque, no decorrer dos processos históricos de transformações socioeconômicas, as populações humanas vêm sobrepondo a dinâmica do capital sobre a dinâmica dos ecossistemas.

Durante esse processo de modernização, a conquista, a colonização e a integração ao mercado mundial das sociedades pré-capitalistas provocaram a modificação das estruturas sociais dessas culturas, antes fundadas em uma coevolução etno-ecológica, e introduziu aos poucos uma outra racionalidade, na qual o homem não se vê mais como parte da natureza; segundo Leff (2009, p.98),

A natureza como fonte de simbolização e significação da vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos povos, se foi convertendo em fontes de matérias-primas desvalorizadas, que alimentaram uma acumulação do capital em escala mundial, fundadas na troca desigual de bens primários contra mercadorias tecnológicas.

Essa outra racionalidade, cuja lógica é a apropriação do ambiente e de seus recursos naturais como base material para o desenvolvimento econômico, é fruto do desenvolvimento do modo de produção capitalista; modo este que, ao romper com a ordem feudal e provocar a Revolução Industrial, reduziu o processo

econômico em apenas dois fatores: o capital e o trabalho (LEFF, 2009; MELO, 2006).

A lógica de funcionamento do capitalismo está fundada na expansão do capital, que se dá através da produção de mercadorias cujo valor de troca prevalece sobre o valor de uso. Segundo Melo (2006, p.42), no entendimento de Marx (1965),

Uma mercadoria no sistema capitalista de produção, segundo ele, só possui valor porque nela está materializado trabalho humano abstrato. As mercadorias só incorporam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social – o trabalho humano, seu valor sendo uma realidade manifestada na relação social em que uma mercadoria é trocada por outra. Portanto, quando o valor de uso preenche essa função de troca, com valor materializado, é que podemos considera-lo produto de um trabalho humano. Deste modo, tudo o que não necessita de uma apropriação prévia por meio do trabalho é indiferente ao capitalismo, pois não lhe custa nada, tampouco entra em seus cálculos e estima.

O modo de produção capitalista possui tendências de comportamento que lhe são peculiares, é a primeira vez na história da humanidade que um sistema de produção tem como objetivo central o lucro e acumulação monetária, e não mais a satisfação direta das necessidades humanas; e que o saber do trabalhador e sua capacidade de trabalho são adquiridos como mercadoria, tendo como consequências diretas desse processo a intensificação e a fragmentação do trabalho (FOLADORI, 1999).

Uma das consequências negativas desse modo de produção é que, ao subordinar a função social do trabalho à produção de capital, ocorre a exploração da força de trabalho, o que por sua vez coloca em risco a integridade física e psicológica do trabalhador (ROMEIRO, 2010).

Além disso, para ROMEIRO (2010) o modo de produção capitalista aliena e limita a criatividade do trabalhador ao fragmentar o processo produtivo, promovendo assim a especialização do trabalhador em uma determinada tarefa e a hierarquização das atividades; o que, por sua vez, aumenta a produtividade e permite que se atribua valores diferentes para cada função, diminuindo assim os custos de produção.

Essa perspectiva capitalista, que acredita no crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, também traz como consequência negativa à transformação da natureza em insumos, reduzindo-a a matéria prima necessária para o processo de acumulação de capital sem considerar e respeitar seu caráter finito, seu tempo de regeneração e o suporte de carga dos ecossistemas; além disso, tende a banalizar as relações ecológicas e sociais existentes entre as populações e seu território (MENDES FILHOS *et al.*, 2014).

Contudo, essa visão unicamente economicista confere um ritmo acelerado a produção, e para que o sistema funcione sem que ocorra uma crise de superprodução, é necessário que o consumo também ocorra em um ritmo vertiginoso; o que de certa forma, impulsionadas por essa dinâmica do capital, fez com que as empresas reformulassem suas estratégias competitivas e de inserção no mercado (MELO, 2006).

Dentre as estratégias utilizadas pelas empresas estão as que aumentam a produtividade e baixam os custos, buscando um maior dinamismo operacional. Com isso, a busca por novas tecnologias principalmente nas áreas informacionais e eletrônica aumentou, ocasionando um processo de transformação tecnológica sem precedentes, o que por sua vez fez com que os equipamentos, processos e produtos se tornassem obsoletos cada vez mais rápido (COUTINHO, 1992).

Esse processo de industrialização trouxe o crescimento do desemprego, uma vez que vem dispensando o trabalho humano em proporção maior do que os que criam e adota novas tecnologias capazes de produzir mais com maior eficiência, gerando assim redução do custo salarial de produção (MELO, 2006).

Nesse cenário, a economia solidária ressurge e ganha expressividade por absorver em alguma medida os trabalhadores antes empregados. Além disso, ela apresenta uma forma de produção diferenciada do assalariamento e, portanto, não subordinada ao capital; trata-se de uma forma de produzir baseada no trabalho coletivo, cooperação e na autogestão dos trabalhadores (LISBOA, 2005).

2.2 ECODESENVOLVIMENTO: UMA ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Nas primeiras décadas do século XX, as transformações ocorridas no sistema capitalista, como a produção e o consumo em massa baseados no taylorismo-fordismo, e o uso do petróleo e eletricidade como fontes energéticas, provocaram uma grande mudança no uso dos recursos naturais em escala global e seus efeitos no ambiente biofísico e construído (PIERRI, 2005; VIEIRA, 2009).

A percepção dos efeitos negativos desse processo, bem como o cenário político mundial da época, que se caracterizava por um período onde se tinham inúmeras guerras locais e regionais, corrida armamentista e ameaças nucleares, provocou uma consciência ambiental que passou a valorizar e a incorporar as questões das práticas tecnológicas e o uso econômico-social da natureza (PIERRI, 2005).

No final da década de sessenta e início da década de setenta, a tomada de consciência dos processos de degradação intensiva do meio ambiente em escala global estava presente nas populações e na arena política dos cinco continentes, impulsionada por uma série de informes e trabalhos científicos publicados na época, consolidando-se principalmente com a realização da Conferência de Estocolmo promovida pela ONU em 1972. Nesse momento, passou-se a questionar a legitimidade do atual modelo de desenvolvimento economicista frente às diversas mazelas socioambientais ocorrentes, como a hiperurbanização, o alto índice de crescimento demográfico, a persistência das assimetrias nas relações entre Norte-Sul, os altos índices de criminalidade e miséria, a perda intensiva da diversidade cultural, bem como a utilização predatória de recursos naturais de uso comum e o agravamento das mudanças ambientais globais (VIEIRA, 2013).

Diante deste cenário, três grandes correntes de pensamentos surgiram e se fazem presentes no início da década de setenta: a corrente ecologista conservacionista, presente em diversos trabalhos realizados por biólogos e ecólogos, que defendem a tese do crescimento zero diante dos limites físicos do planeta, apresentada no Primeiro Informe do Clube de Roma; a corrente desenvolvimentista do ambientalismo moderado que vê o meio ambiente como um

meio fundamental para a promoção do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida da população, e que por isso se faz necessária sua preservação, mantendo ainda a ideia decrescimento como sinônimo de desenvolvimento, corrente esta que está expressa na Declaração de Estocolmo; e uma corrente humanista crítica que propõe e discute uma alternativa ao atual modelo de desenvolvimento econômico dominante, expressa de um lado, pela proposta de ecodesenvolvimento, e de outro, pelo Modelo Mundial Latinoamericano elaborado pela Fundação Bariloche (PIERRI, 2005).

O conceito de ecodesenvolvimento foi lançado por Maurice F.Strong, no decorrer da primeira reunião do conselho administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Genebra, em julho de 1973 (RAYNAUT e ZANONI, 1993; SACHS, 2007); e desenvolvido posteriormente por inúmeros estudiosos, dentre eles Ignacy Sachs, a partir de 1974, vindo a ser provavelmente seu maior difusor (MANTOVANELI e SAMPAIO, 2007).

O ecodesenvolvimento emergiu com uma proposta de um novo estilo de desenvolvimento, aspirando “definir um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, o que não significa que não se possa estendê-lo às cidades”; e se disseminou como a expressão de uma crítica à perspectiva puramente economicista implícita na sociedade industrial-tecnológica (SACHS, 2007, p.61; VIEIRA, 2009). Segundo Pierri (2005, p.46-47),

(...) la idea general del ecodesarrollo era compatibilizar la economía con la ecología, pero poniendo el centro en “modelos” o “estilos” de desarrollo alternativos, autodeterminados y autocentrados, pensados y contruidos desde la óptica de los dominados y desplazados en el orden mundial (o en su defensa), que atendieran las situaciones de pobreza, marginación social, cultural y política. Se trata, principalmente, de una respuesta contra las visiones catastrofistas que planteaban la necesidad de detener el crecimiento económico y poblacional, reivindicando el crecimiento para el desarrollo, pero, a diferencia del ambientalismo moderado de la ONU, desde una óptica comunitaria y tercermundista.

De acordo com Sachs (2007, p.64), o ecodesenvolvimento é

(...) um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando

em conta não só os dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo(...) Sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas aplicáveis a qualquer situação.

Caracterizando-se por um modelo de desenvolvimento endógeno, à medida que procura responder às problemáticas sociais e econômicas de cada ecorregião em harmonia com a gestão prudente da natureza, acreditando ser sempre possível aproveitar a margem de liberdade oferecida pelo meio ambiente de forma a atingir um equilíbrio durável entre homem e natureza, o ecodesenvolvimento busca “romper com a tendência de imitação, pelos países do Sul, dos modelos dominantes promovidos pelos países industrializados” (VIEIRA, 2009, p.35)

Para tanto, Sachs (2000) postula o que chama de as seis dimensões da sustentabilidade ao considerar o ecodesenvolvimento, e são elas:

- 1) *Sustentabilidade social*: “Deve considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não–materiais.” (SACHS, 1993) Objetiva construir uma sociedade do “ser”, com maior equidade na distribuição material e de renda, melhorando os direitos e a qualidade de vida da população, reduzindo assim a desigualdade socioeconômica;
- 2) *Sustentabilidade Econômica*: objetiva uma alocação e gestão mais eficiente dos recursos públicos e privados, sendo fundamental a eficiência em termos macrossociais;
- 3) *Sustentabilidade ecológica*: objetiva o esforço a valoração dos recursos específicos de cada ecorregião com o mínimo de dano aos ecossistemas, para a “satisfação das necessidades fundamentais da população em matéria de alimentação, habitação, saúde e educação, de maneira a evitar os nefastos efeitos de demonstração do estilo de consumo dos países ricos” (SACHS, 2007, p. 61); e a redução de impactos ambientais gerados pela atividade humana por meio do aperfeiçoamento e desenvolvimento de técnicas apropriadas para cada caso, de modo que venham ser menos impactantes ao meio ambiente e, por meio de

“procedimentos e formas de organização da produção que permitam todas as complementaridades e utilizar os dejetos para fins produtivos” (SACHS, 2007, p.62);

4) *Sustentabilidade espacial*: objetiva uma configuração rural-urbana mais equilibrada, bem como uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas;

5) *Sustentabilidade cultural*: objetiva a continuidade cultural e a pluralidade de soluções locais que respeitem as especificidades de cada ecorregião; e uma educação preparatória, que pode ser formal ou informal, que consiga sensibilizar a população quanto a dimensão ambiental e aspectos ecológicos do desenvolvimento, de modo que essas dimensões sejam internalizadas a ponto de modificar as atitudes de dominação frente a natureza, ou ainda, de preservar e reforçar as atitudes de respeito frente a natureza características de certas culturas (SACHS, 2007);

6) *Sustentabilidade política*: objetiva a negociação entre as diversidades de interesses envolvidos por questões fundamentais de fundo local e global. Diante disso, pode-se considerar que ecodesenvolvimento pressupõe

uma solidariedade sincrônica com a geração atual, na medida em que desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento (MONTIBELLER-FILHO, 1993).

Deste modo, por considerar o homem o recurso mais precioso, esse estilo de desenvolvimento exige uma ética fundamental que é a de se desenvolver de modo a suprir as necessidades humanas mais abrangentes, que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida, ou ainda, de um ecossistema social considerado satisfatório; gerindo a natureza de forma a assegurar o desenvolvimento da geração atual bem como das gerações futuras, confiando na capacidade de cada sociedade humana de identificar seus próprios problemas e propor soluções particulares para

os mesmos, reagindo desta forma as transferências passivas e ao espírito de imitação (MONTIBELLER- FILHO, 1993; SACHS, 2007).

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.2.1 O contexto histórico

A economia solidária surge em reação ao capitalismo industrial, o qual foi marcado por uma enorme exploração da classe trabalhadora, que dedicava muitas horas à atividade produtiva e recebia salários baixíssimos, além de trabalhar e viver em condições precárias; e pelo empobrecimento dos artesãos provocado pela inclusão das máquinas e do modelo fabril de produção (SINGER, 2013).

Foi na Grã-Bretanha, no início do século XIX, onde ocorreu a Primeira Revolução Industrial e onde também ocorreram as primeiras reações da classe trabalhadora ao capitalismo; a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais, o que tornava permissivo a mão de obra infantil e as longas jornadas de trabalho, que acabavam por debilitar fisicamente o trabalhador impedindo que a produtividade do trabalho se elevasse (SINGER, 2013; SOUZA *et al.*, 2003).

Estas foram as razões para que alguns industriais começassem a propor leis que protegiam os trabalhadores; e entre eles estava o industrial e socialista Robert Owen que ainda na primeira década do séc. XIX, aboliu o trabalho infantil e as longas jornadas de trabalho em seu complexo fabril, e passou a incentivar a formação de aldeias cooperativas onde os trabalhadores se tornassem proprietários gerindo coletivamente os meios de produção. Durante a sua trajetória, Owen formou e inspirou a criação de várias aldeias cooperativas na Inglaterra e EUA (SINGER, 2013).

Ponto crucial do fenômeno cooperativo, e que deu a ele identidade específica pela qual o conhecemos hoje, foi a fundação da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, no ano de 1844. Constituída por um grupo de operários tecelões residentes na cidade inglesa de Rochdale, ela se caracterizava por uma cooperativa de consumo, um grande armazém formado com o intuito de reduzir custos e melhorar a qualidade de alimentos que consumiam.

Esse pequeno grupo de operários do setor têxtil criou a partir do modo como sentiam as sequelas do capitalismo, da necessidade de resistência e da necessidade de sonharem para além dele, oito princípios para o funcionamento dessa cooperativa. São eles: 1. Haver democracia na sociedade, sendo reservado para cada sócio o direito a um voto nas assembleias gerais; 2. Livre adesão, a sociedade seria aberta para quem quisesse participar; 3. Limitação do juro ao capital, qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma determinada taxa de juro, não dando ao seu possuidor qualquer direito a mais de decisão; 4. Retorno de excedentes, o que sobrasse da receita seria distribuído entre os sócios; 5. As vendas deveriam ser feitas à vista; 6. Os produtos ofertados seriam sempre de boa qualidade; 7. À sociedade deveria promover educação com bases econômicas e cooperativas; 8. À sociedade deveria ser neutra em questões políticas e religiosas (SOUZA *et al.*, 2003; FRANTZ, 2012).

A Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale se expandiu rapidamente, vindo em pouco tempo a reunir milhares de sócios em diversos tipos de fábricas cooperativas, além de uma sociedade beneficente que prestava serviço de saúde (SOUZA *et al.*, 2003). A experiência e o êxito de Rochdale valida e consagra seus princípios, que em essência, até hoje inspiram o cooperativismo e sua legislação a nível mundial. A partir de 1848, além dos problemas internos, a repressão se abateu sobre essas associações e Rochdale sucumbiu; no entanto, seu exemplo ficou e inspira a formação de várias cooperativas ligadas ao movimento operário na Europa, em especial na França. (SOUZA *et al.*, 2003)

Segundo Singer(2013), a Economia Solidária tem suas raízes históricas nestas experiências britânicas cooperativistas do início do século XIX, quando os princípios socialistas de igualdade e solidariedade, com base em ideias de autogestão e controle dos operários sobre a produção, se sobressaem aos ideais da produção capitalista. Na atualidade, ela surge como um novo fenômeno ligado à crise salarial aflorada em meados da década de 1970, quando o modelo econômico fordista-taylorista de produção entra em crise, impulsionado pela ascensão das políticas neoliberais, resultando no aumento do desemprego e da precarização das

condições de trabalho, junto ao desmanche dos mecanismos de proteção social, gerando exclusão social e aumento da pobreza (GAIGER, 2008).

Desta forma, embora retome experiências cooperativistas e de autogestão do século XIX, pode-se considerar que a economia solidária emerge adquirindo novos significados no atual cenário político, econômico e social, pois está inserida em uma ampla crise econômica e cultural proveniente do atual modelo econômico hegemônico; em um momento em que os diversos movimentos sociais trazem uma nova visão do social, da sua relação com o econômico, e da relação homem-meio ambiente, reivindicando por melhor qualidade de vida, por um crescimento qualitativo, e por um modelo de crescimento e desenvolvimento que considere as diversas esferas sócias, econômicas, culturais e ambientais (LECHAT, 2001).

2.2.1 Princípios, valores e proposições

Atualmente, não existe um consenso quanto ao significado do termo economia solidária. No entanto, Coraggio (2015, p.3) apresenta dois significados que podem ser considerados como sendo os principais: o primeiro entende a economia solidária como sendo “um sistema econômico cujo funcionamento assegura uma base material integrada a uma sociedade justa e equilibrada”; o segundo coloca a economia solidária como sendo “um projeto de ação coletiva (...) que visa combater as tendências sociais negativas do sistema existente, com a perspectiva de construir um sistema econômico alternativo”.

Para Laville (1994) a economia solidária é um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta do mercado capitalista e da lógica do Estado, pois diferente da lógica capitalista centrada no capital a ser acumulado e que funciona a partir de lógicas competitivas que visam interesses individuais, a economia solidária “organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade”.

A economia solidária apresenta-se, nesse novo momento, com uma proposta de reconstrução do global a partir da diversidade local e nacional, por meio de alguns elementos-chave, como: o cooperativismo autônomo e o associativismo

autogestionários e solidários, o desenvolvimento de redes de intercâmbio e apoio mútuo, o desenvolvimento da capacidade de identificar os potenciais e limites socioambientais de cada região e, condicionar o crescimento econômico a esses limites, além de capacitar os atores técnica e cientificamente, visando a satisfação das necessidades humanas individuais e do grupo (GAIGER, 2008).

Além dos elementos-chave dispostos a cima, Coraggio (2011) apresenta alguns outros princípios importantes que orientam as práticas de economia solidária, e são eles:

- Trabalho digno e emancipatório, de modo que permita o desenvolvimento das capacidades do trabalhador;
- Acesso e domínio por parte dos trabalhadores dos meios de produção;
- Uma produção socialmente responsável, que cuide da qualidade dos produtos oferecidos e da escolha das tecnologias utilizadas, tanto no que tange a satisfação das necessidades dos consumidores quanto os efeitos do processo de produção sobre o meio ambiente;
- Integração econômica dos excluídos da economia, em especial os mais pobres, para que possam suprir suas necessidades a partir de seu próprio trabalho;
- Redistribuição, apropriação coletiva e distribuição igualitária do excedente dentro de cada unidade econômica, sem que haja promoção das relações salariais, evitando assim, fortes diferenciações entre os trabalhadores do mesmo ou de diferentes empresas;
- Não se admite discriminação ou relações assimétricas entre indivíduos ou comunidades em função de gênero, idade, etnias, religiões, centro/periferia, etc;
- Priorizar o tecido social de proximidade, valorizar o território e as comunidades locais, promovendo a auto-gestão dos recursos comuns, de modo a permitir o desenvolvimento da capacidade de cada comunidade ou sociedade de gerir e satisfazer suas necessidades de acordo com seus próprios recursos, e principalmente com seu próprio trabalho.

Contudo, é preciso entender que nem todos esses princípios serão incorporados por todas as iniciativas que se denominam como sendo de economia solidária, pois diante da racionalidade dominante do sistema capitalista vigente, alguns atores da ES consideram parte desses princípios como algo estranho e fora de seus objetivos principais, ou ainda, como ingênuos e limitantes de sua liberdade de integração nesse sistema econômico solidário; e diante disso, Coraggio (2011, p.17, tradução da autora) acredita que “o progresso nesse campo de contradições é tarefa política”.

Olhando pela composição atual das bases produtivas, relacionais e de auxílio e isenções ou subvenções dadas às empresas, o mercado hoje é plural, pois há uma promoção de “economia humana” que combina “estado-mercado-sociedade” (FRANÇA FILHO, 2001). Segundo Lavelle (2001, p.1),

Já faz algum tempo, numerosos cidadãos exprimem, de fato, a vontade de promover uma “economia humana”. Como reação ao discurso dominante que pretende nos fazer acreditar que a economia obedece a leis eternas – sobretudo a famosa “lei do mercado”- sobre as quais não teríamos nenhum controle, as iniciativas da economia solidária visam, através de uma atitude ativa, que cidadãos se reapropriem de uma parte das atividades de produção, de divisão e de troca.

De acordo com Gadotti (2009, p.25), atualmente “a economia solidária destaca-se como um rico processo em curso, regidos pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação”, podendo ser considerada um movimento de alcance global, nascida entre os oprimidos, incorporando desde seus primórdios, princípios de ecologia e desenvolvimento sustentável.

Além disso, a economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, contra-hegemônica, organizada da base para o topo das sociedades, através das redes e alianças transfronteiriças entre movimentos sociais e organizações nacionais e locais que se articulam, mobilizando os diferentes cantos do mundo para lutar contra a exclusão social, precárias condições de trabalho, destruição do meio ambiente, xenofobia, entre outras mazelas

produzidas pelo processo de globalização e economia neoliberais (SANTOS, 2001). Para Max-neef (2012,p.24),

Os processos que incentivam a diversidade e aumentam a participação social e o controle sobre o meio ambiente têm importância decisiva na articulação de projetos para expandir a autonomia nacional e distribuir, mais equitativamente, os frutos do desenvolvimento econômico.

Diante disso, a economia solidária mostra-se uma alternativa para a promoção do codesenvolvimento à medida que transcende a perspectiva meramente econômica e considera as interdependências entre diferentes dimensões de uma mesma realidade socioambiental.

2.2.2 Críticas e limites

Do ponto de vista teórico, há uma grande preocupação por parte dos autores que tratam da economia solidária no que diz respeito aos seus aspectos social e político, isso pode ser percebido pela imensa quantidade de escritos que tratam do caráter ideológico dessa temática, bem como dos seus aspectos éticos e doutrinários (RAZETO, 1999).

Tais aspectos conceituais que orientam essas experiências são, sem dúvida, importantes para motivar e direcionar quem delas participa; no entanto, têm se mostrado insuficiente no que diz respeito à gestão desses empreendimentos, fato que se manifesta com o caminhar das experiências econômicas solidárias quando, com o passar do tempo, vão perdendo sua identidade inicialmente desejada e passam a se assemelhar e se subordinarem às formas capitalistas de se fazer economia (RAZETO, 2010).

Costa (2004) acredita que faltam padrões gerenciais adequados, com teorias próprias, principalmente no que se refere à autogestão desses empreendimentos. Para Razeto (2010, p.50) “é preciso uma teoria científica que respeite e fortaleça a identidade econômica alternativa e expresse de modo coerente sua racionalidade econômica especial com critérios rigorosos para gestão” dessas experiências econômicas solidárias.

Somando-se a isso, Leite (2009) acredita que a falta de qualificação profissional e de capacitação técnica dos trabalhadores para gerir os negócios prejudica a sustentabilidade econômica desses empreendimentos, o que faz com que essas experiências tendam a se multiplicar em momentos de crise do capitalismo e, em seguida, desaparecem em função das dificuldades encontradas para permanecerem no contexto capitalista; pois além de contarem com dificuldades gerenciais, contam com baixa capitalização e com a falta de compromisso dos trabalhadores com os princípios cooperativistas.

Para Quijano (2005, p.496), os empreendimentos que conseguem sobreviver a essas dificuldades contam com o apoio de redes comerciais e financeiras externas, ou com iniciativas de finanças solidárias, “mas que quase todas elas desintegram-se logo que é interrompida a ajuda financeira externa”. Para Singer (2013) esse apoio financeiro é de fundamental importância para a permanência das iniciativas econômicas solidárias, tendo em vista a falta de capital de giro existente na maioria das cooperativas populares, o que dificulta a compra de material para a produção e comercialização das mercadorias, podendo interferir também no custo de produção.

Ainda considerando a relevância do apoio externo às iniciativas, é também de fundamental importância uma ação convergente e complementar dos múltiplos atores dos campos tecnológicos, políticos e econômicos, tais como organizações da sociedade civil, órgãos governamentais e universidades (LAVILLE, 2006). Contudo, Reis (2005) destaca a necessidade de esses atores trabalharem as questões técnicas considerando e respeitando os conhecimentos do grupo, para que se consiga construir instrumentos que os grupos possam compreender e absorver.

Somando-se a isso, a principal crítica feita à economia solidária é a de que ela se enquadra muito bem nas alternativas liberais, nas reformas neoliberais, virando um “amortecedor da luta de classes” uma vez que enfoca o caráter empreendedor das iniciativas próprias e inventivas dos pobres, enquanto o sistema continua produzindo miséria; não se mostrando assim, uma real alternativa ao sistema capitalismo, pois como acredita Antunes (2002, p.113)

(...) as atividades que vêm caracterizando a economia solidária têm a positividade de freqüentemente atuar à margem da lógica mercantil, parece-me, entretanto um equívoco grande concebê-la como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista. Como se, por meio da expansão da economia solidária, inicialmente pela franja do sistema, se pudesse reverter e alterar substancialmente a essência da lógica do sistema produtor de mercadorias e da valorização do capital. (...) Mas é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados.

No entanto, como bem colocado por Lisboa (2005, p.109), é fundamental que se entenda que os empreendimentos de economia solidária se encontram no mercado, sujeitos ao “fetichismo” das mercadorias, não se tratando assim, de um setor não mercantil e não monetário, nem tampouco de um setor não lucrativo, como o terceiro setor; mas sim, de outra racionalidade econômica, que é a de estar no mercado sem se submeter à busca pelo lucro máximo, onde “a preocupação com a rentabilidade não se exclui, mas suas operações se pautam pelo respeito aos valores éticos e humanistas”, estando a razão econômica acompanhada por uma finalidade social, e que, portanto, não se encontra prisioneira à lógica do capital.

Considerando que os estudos sobre os limites e potencialidades da economia solidária ainda são poucos, é possível observar, contudo, a existência de “falsas cooperativas”, que “em vez de experiências de trabalho solidário funcionam como forma de flexibilização do trabalho, a serviço do capital, nas quais os princípios de autogestão, igualdade e solidariedade não estão presentes”; no entanto, vale observar que muitas experiências, embora localizadas, alvejam como novas formas de sociabilidade, “nas quais setores mais vulneráveis da sociedade vêm encontrando possibilidades de inserção social que lhes têm permitido recuperar a dignidade e a auto-estima” (LEITE, 2009).

Embora a economia solidária venha adquirindo forças por ser uma real alternativa diante das crises e contradições do capitalismo, Gaiger (2004, p.400) não “aposta na replicação progressiva e contínua dos empreendimentos solidários, a ponto de algum dia predominarem e em seguida dominarem globalmente a economia”, bem como, não acredita em uma conversão geral das práticas

econômicas para os princípios solidários. Entretanto, considera possível a “adoção de um novo sistema de regulação, que garanta aquela coexistência conflitual em condições mínimas de equilíbrio, fato a ser conquistado por uma deliberação política da sociedade, uma escolha entre caminhos possíveis” (GAIGER, 2004, p.401).

Diante disso, Leite (2009, p.33) acredita que

(...) sendo o contexto de expansão das experiências associativas o de crise generalizada (crise ambiental, de um modo de acumulação, do trabalho assalariado, de uma forma de estar do mundo), tais experiências carregam consigo as disjuntivas de risco e possibilidade, de velho e novo, emergindo, portanto, como portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e sendo o contexto de expansão das experiências associativas o de crise generalizada limites.

Deste modo, essas experiências podem não apontar para uma transformação radical da sociedade, mas sim para um tipo de convivência com o modo de produção capitalista, subordinando a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional, o que extrapola o objetivo de alternativa ao desemprego e, adquire um nítido potencial emancipatório; podendo assim, ser portadora de uma transformação social (FRANÇA FILHO, 2001; LEITE, 2009).

2.3 ECODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O ecodesenvolvimento, como já foi visto, emergiu como uma crítica contra a ideologia economicista, do crescimento econômico ilimitado e “a qualquer custo”, e coloca em primeiro plano a redefinição do modelo de desenvolvimento econômico. Isso porque, o atual modelo de desenvolvimento capitalista tem se mostrado e avançado para um “mau desenvolvimento”, a medida em que não hesita em degradar o meio ambiente e, as relações sociais e políticas em nome de interesses econômicos privados e imediatistas (VIEIRA, 2013; SACHS, 2007).

O pano de fundo desse cenário encontra-se na visão neoclássica da economia, a qual

(...) consistiria exatamente em favorecer o crescimento econômico, supondo-se que a maximização deste aumentasse, a reboque, tanto a satisfação do consumidor, no nível individual, quanto o bem-estar humano, numa perspectiva global. Uma vez que a maximização da utilidade total líquida estaria, através dos mecanismos de mercado, garantida, o objetivo de maximização do bem-estar seria, da mesma forma, cumprido, não cabendo à teoria qualquer explicação (ou responsabilidade ética) com relação à distribuição resultante(FERNANDEZ, 2011, p.114).

Segundo Louis Emmerij (1994), não se pode negar que, em longo prazo, o crescimento econômico seja eficiente, mas de modo algum suficiente, para alcançar os objetivos sociais e a luta contra a pobreza; no entanto, esse processo seria humanamente insuportável se negligenciados aspectos distributivos e qualitativos do desenvolvimento.

Para Cavalcante (1997, p.63),

o crescimento pressupõe aumento físico, alargamento das dimensões da economia, enquanto desenvolvimento, no seu sentido mais rigoroso, não quer necessariamente significar crescimento. Pode ser uma transformação estrutural da economia, uma realização do potencial de atendimento das necessidades básicas, uma mudança qualitativa.

Somando-se a isso, Sachs (2004, p.26) acredita que o desenvolvimento é um processo que possui duas vertentes que devem ser compatibilizadas, em termos econômicos, “trata-se de diversificar e complexificar as estruturas produtivas, logrando ao mesmo tempo incrementos significativos e contínuos da produtividade de trabalho, base do aumento do bem-estar”; e em termos sociais, ao contrário, deve-se promover a homogeneização social, “reduzindo as distâncias sociais que separam as diferentes camadas da população”; devendo-se ainda, respeitar os preceitos de sustentabilidade ambiental.

Frente a isso, em termos operacionais, o enfoque de ecodesenvolvimento foi construído levando-se em conta três dimensões fundamentais que devem ser incorporados como variáveis essenciais nas pesquisas orientadas para a formulação de estratégias alternativas de desenvolvimento, e são elas: a dimensão relativa à base dos recursos naturais, “necessária à subsistência de grupos humanos e, de maneira simétrica, à função de assimilação dos dejetos gerados

pelas atividades de produção e de consumo”; a dimensão referente ao espaço territorial, entendido como o lócus dos processos co-evolutivos de adaptação ao meio e de invenção cultural; e a dimensão do hábitat, correspondendo à infraestrutura física e institucional que influencia a qualidade de vida das populações e a própria viabilidade ecológica dos sistemas socioculturais no longo prazo, e os aspectos subjetivos das relações que mantemos com a natureza, como as percepções, valores e significações culturais (SACHS, 2007).

Contudo, torna-se necessário o empenho para a construção de “sistemas alternativos de planejamento e gestão, capazes de gerar estratégias de desenvolvimento mais endógenas, participativas, ecologicamente prudentes e sensíveis às características específicas de cada contexto local e regional” (VIEIRA, 2009, p. 36). Nesse sentido, a economia solidária pode contribuir para a promoção do ecodesenvolvimento através de alguns de seus princípios, como: a valorização do trabalho, do saber e da criatividade dos seres humanos; o reconhecimento do trabalho associativo e da propriedade coletiva dos meios de produção como elementos fundamentais para a construção de novas formas de organizações econômicas; a autogestão dos empreendimentos; e a construção de redes de intercâmbio mútuo entre os empreendimentos solidários (SCHMITT, 2010).

Diante disso, a economia solidária mostra-se uma alternativa para a promoção do ecodesenvolvimento, uma vez que, segundo Laville (2006), ela apresenta uma natureza híbrida, na medida em que não atua exclusivamente sob recursos monetários, mas recorre a princípios de reciprocidade e solidariedade; além de outros princípios já citados em tópicos anteriores, como a valorização de matérias-primas regionais e a manutenção da cultura local. Nesse sentido, “ela seria responsável por religar o econômico ao social, combinando a reciprocidade às lógicas redistributivas e de barganha, visando a reforçar a auto-organização da sociedade civil” (LEITE, 2009, p.35).

Essa construção híbrida da economia solidária vai ao encontro dos princípios do ecodesenvolvimento, na medida em que ambos “apontam para uma abordagem sensível à singularidade da dimensão do “território” com uma abordagem ecológica de escopo globalizante” (VIEIRA, 2013, p. 129). Sendo ela,

capaz de desempenhar estratégias que promovam um desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente sustentado e socialmente incluyente.

3 ANTECEDENTES GERAIS

3.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária no Brasil ressurgiu provavelmente como resposta à grande crise dos três primeiros anos da década de 80, quando muitas indústrias pedem concordata e entram em processo de falência (SINGER, 2005).

Essa crise social segue durante as décadas de 1980 e 1990, conhecidas como as “décadas perdidas”, período no qual o Brasil se desindustrializou e milhões de postos de trabalho foram perdidos, gerando desemprego em massa e uma acentuada exclusão social. Foi durante esse período que a economia solidária ressurgiu no país assumindo, de maneira geral, as formas de associações produtivas e cooperativas autogestionárias (SINGER, 2013; KRAYCHETE e AGUIAR, 2007).

No campo das experiências comunitárias, a Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou ainda nos anos 80 mais de mil pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos Comunitários. Boa parte desses projetos destinava-se a gerar trabalho e renda para moradores das periferias das grandes cidades e das zonas rurais do país; a maioria dos PACs acabou se tornando economia solidária, alguns dependiam ainda de ajuda caritativa, outros conseguiram se consolidar economicamente mediante comercialização de suas produções no mercado (GAIGER, 2004; SINGER, 2013).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) conseguiu assentar milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos, e decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativismo agrícola, uma outra modalidade de economia solidária no Brasil. Para isso, criou entre os anos 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), dividida em três formas principais: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Créditos e Cooperativas de Prestação de Serviços (FERREIRA, 2000).

Outra maneira encontrada pelos trabalhadores de preservar seus postos de trabalho foi a de arrendar ou adquirir empresas falidas, para então reabrirem em forma de cooperativas autogestionárias, transformando-se assim em seus próprios

padrões. Esse movimento tomou força em 1991, com a falência da empresa calçadista Makerly, de Franca (SP), o que permitiu a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag); essa mesma atividade de fomento a apoio aos trabalhadores é desenvolvida pela UNISOL, a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (SINGER, 2013).

Outro componente da economia solidária no Brasil são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), formadas por cooperativas e grupos de produção associados, elas atendem iniciativas que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes apoio técnico, logístico, jurídico e de formação em cooperativismo e associativismo; com a finalidade de possibilitar que esses grupos viabilizem seus empreendimentos autogestionários (SINGER, 2013).

As ITCPs são multidisciplinares, formadas por professores, alunos e funcionários pertencentes à diversas áreas do conhecimento, e constituíram uma rede desde 1999 que se reúne periodicamente para trocar experiências e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. Nesse mesmo ano, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que desde 1997 reúne mais de 80 universidades e presta serviço ao movimento operário, além de desenvolver um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária (SINGER, 2013).

De acordo com Gaiger (2004), “nas diversas realidades regionais do país, a multiplicação de protagonistas e de iniciativas é um fato comum”; notado pelo crescimento sensível do número de Organizações Não-Governamentais (ONGs), movimentos sociais, instituições e órgãos governamentais até então alheias a esse campo, que vêm se somar às entidades que estão há mais tempo vocacionadas para esse campo de atuação. Dessa forma, Gaiger (2004) acredita que “a convergência de propósitos e as interações entre esses agentes vêm predispondo ao fortalecimento de consórcios e práticas de colaboração, formando com isso, gradativamente, uma cultura de parceria”.

Isso ficou mais evidente a partir de 2001, com o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, onde foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária. É uma rede eletrônica, formada por diversas entidades de

fomento da economia solidária, que deseja promover o intercâmbio de notícias e opiniões, e que está se transformando também em uma rede de comércio entre cooperativas e associações produtivas e de consumidores (SINGER, 2013).

A manifestação mais concreta da importante expressão da ES no Brasil foi em 2003, quando foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho, e a fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), além dos inúmeros fóruns estaduais e municipais de economia solidária (GAIGER, 2004; KRAYCHETE e AGUIAR, 2007).

O SENAES tem como objetivo principal viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária, com vista à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Seu público alvo são cidadãos organizados, ou que desejam se organizar, nas formas de empreendimentos solidários, com prioridade de acesso aqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, autônomos ou informais, pequenos produtores familiares, além de redes, empreendimentos e agências fomentadoras de economia solidária (BARBOSA, 2007; SENAES/MTE, 2012).

Outro objetivo da Secretaria Nacional de Economia Solidária é integrar-se institucionalmente às ações do governo federal, para isso buscou articular-se com órgãos governamentais que atuassem ou que poderiam vir a atuar no âmbito da ES. Para Goulart e Marin (2011, p.53) “através dos acordos e parcerias com ministérios e secretarias, o SENAES garante o espaço institucional da ES e a legitima como política pública”.

Este espaço foi viabilizado como política pública principalmente por meio da implementação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, em 2004, no Plano Plurianual 2004 – 2007, passando a contar com orçamento próprio; por meio desse programa o SENAES sintetiza suas políticas e passa a definir suas demandas e ações através do diálogo com a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com as resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), que aconteceu em 2006, e com o Conselho Nacional de Economia Solidária (PITAGUARI, 2010; SENAES/MTE, 2012).

Ainda entre os anos de 2004 – 2006, outras parcerias estratégicas foram fundadas, e permanecem até hoje, como a parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que atua junto ao Programa de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que financia projetos de extensão universitária que visam o apoio de assessoria a grupos populares organizados em cooperativas; e no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que constitui-se em uma base de informações dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros (GOULART e MARIN, 2011).

Nos anos de 2006 e 2010 foram realizadas as duas primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária, as quais traçaram orientações e diretrizes que contribuíram de maneira fundamental para a afirmação, reconhecimento e consolidação da identidade da ES no Brasil. A 3ª CONAES aconteceu em novembro de 2014 e debateu o Tema: “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável” (1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDARIA, 2014).

De acordo com o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, um plano nacional entende-se por:

um instrumento de orientação da política pública, formulado a partir da análise do contexto e de uma visão de futuro, a partir dos quais são definidos objetivos, _ estratégias e linhas de ação (prioridades) para a sua operacionalidade que orientam a formulação de projetos e ações (1ºPNES, 2014, p. 4).

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019) foi construído durante as várias etapas da 3ª Conferências Nacionais de Economia Solidária; a etapa nacional foi precedida por um longo processo de preparação e mobilização que contou com a realização de 207 Conferências Territoriais e Municipais, 26 Conferências Estaduais, e 05 Conferências Temáticas Nacionais. Ao todo foram mobilizadas 21.825 pessoas em 1.572 municípios (MTE, 2016; 1ºPNES, 2014).

Considerando-se como um instrumento de confluência e organização da política pública nacional de economia solidária e de sua interface com as políticas

dos governos subnacionais, o 1º Plano Nacional de Economia Solidária está organizado em três eixos:

EIXO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental, nacional e internacional.

EIXO II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DO PLANO: definições estratégicas, considerando a análise do contexto e as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária.

EIXO III - LINHAS DE AÇÃO E DIRETRIZES OPERACIONAIS DO PLANO: elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades (1º PNES, 2014, p. 4-5).

Assim, nos últimos anos, o Governo Federal vem organizando mecanismos que contribuam para o reconhecimento e fortalecimento da identidade dos coletivos de economia solidária no Brasil por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em conjunto, com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e as organizações da economia solidária (1º PNES, 2014).

Como resultado dessas ações, foi instituído em 2014, através do Ministério do Trabalho e Emprego, o Cadastro Nacional de Economia Solidária – CADSOL. Ele chega como um instrumento que facilita o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) por meio da identificação e cadastro dessas iniciativas, garantindo assim, a possibilidade desses EES de acessar políticas públicas de economia solidária, entre outras políticas públicas adequadas às suas realidades (1º PNES, 2014).

3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARANÁ

Como já foi visto, a economia solidária ressurgiu no Brasil em meados de 1980 e 1990, provavelmente em resposta à crise social pela qual o país atravessava, caracterizada pelo desemprego em massa e aumento da desigualdade social. E, a realidade encontrada no estado do Paraná nessa época não era diferente da encontrada no país

Diante do aumento do desemprego nos grandes centros urbanos, devido principalmente ao processo de informatização das indústrias e a falta de mão de obra qualificada, surgiram as primeiras experiências econômicas solidárias no estado. Grupos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e aos movimentos sociais foram se organizando em associações e cooperativas, com os objetivos principais de organizar os trabalhadores coletivamente para possibilitar a diminuição do custo de vida e melhorar as condições de moradia dos operários. Essas experiências ocorreram primeiramente na Região Sul de Curitiba, e em meados de 1996, surgiram as primeiras Padarias Comunitárias nos bairros de Pinheirinho e Sítio Cercado (FPES, 2015)

Entre os anos de 1999 e 2000, o Centro de Formação Urbano e Rural Irmãs Araújo (Cefúria) em parceria com o Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL) realizaram Seminários de Economia Solidária e Cooperativismo; nesse período foram registrados mais de 100 grupos produtivos em Curitiba e região Metropolitana, que passaram a participar das Feiras de Economia Solidária na Paróquia da Vila S. Pedro, no Xaxim (FPES, 2015).

Nesse mesmo período, em março de 1999, foi fundada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná, vinculada à Coordenadoria de Apoio à Cidadania, órgão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, e contou com o apoio de outras Universidades Públicas Brasileiras, da CUT e da Unitrabalho (BERGONSI, 2007).

No final do ano de 2001 foi realizado o 1º Clube de Trocas na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, no Bairro Sítio Cercado, e no início de 2002, foi formado o clube de trocas Cecopam, na Vila São Pedro. E assim, foram se expandindo experiências desse tipo por além de Curitiba, como São José dos Pinhais, Piraquara, Colombo, Irati e Ponta Grossa (FPES, 2015).

Em agosto de 2004, durante a realização do I Encontro Paranaense de Empreendimento de Economia Solidária, na cidade de Curitiba, foi criado o Fórum Paranaense de Economia Solidária; e em 2006 o Governo Federal acordou a liberação de parte do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), para investimentos na formação de grupos de Economia Solidária no Paraná (BEATRIZ, 2007).

Acompanhando a expansão da economia solidária no Brasil e no mundo, a formação de empreendimentos econômicos solidários no Paraná tem crescido; atualmente, a economia solidária está presente não apenas na região da Grande Curitiba, mas também em diversos municípios do Estado (FPES, 2015)

O resultado do mapeamento nacional do SIES em 2007 mostrou existir no estado do Paraná um total de 803 empreendimentos (CULTI, 2010). Em 2013, o Boletim Informativo-Edição Especial, apresentou como dado preliminar para o estado paranaense 832 empreendimentos, dos quais 416 são urbanos, 302 são rurais e 114 rural/urbano.

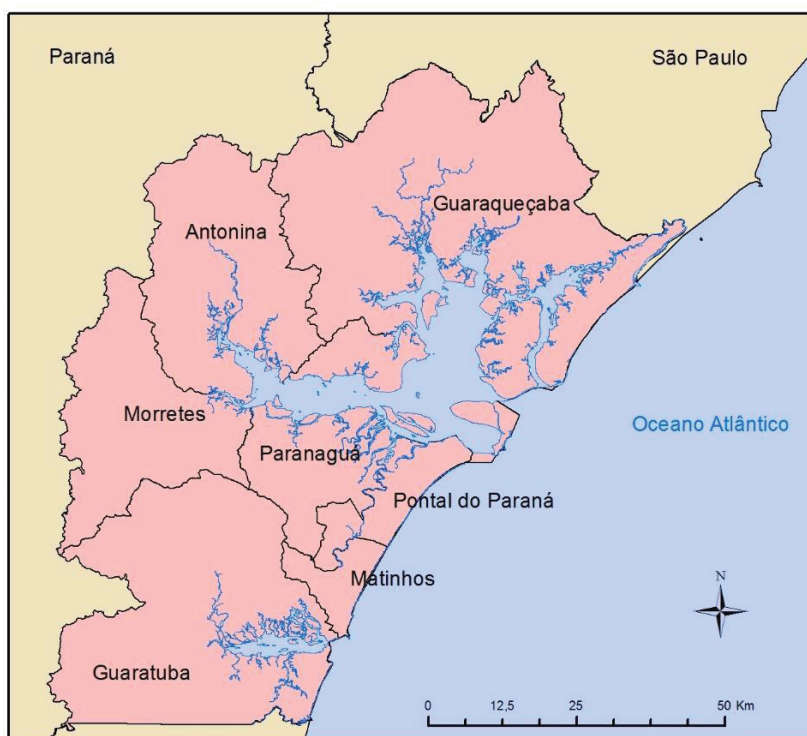
3.3 O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DO LITORAL DO PARANÁ

3.3.1 Aspectos biofísicos

O litoral do Paraná está localizado na região Sul do Brasil, na porção oriental do território paranaense, e estende-se desde a vila de Ararapira ao norte (Lat. Sul 25° 12' 44" – Long. 48° 01' 15" W.Gr) até a barra do rio Sai-Guaçu, ao sul (Lat. Sul 25° 58' 38" – Long. 48° 35' 26" W. Gr.). Considerado como microrregião de Paranaguá, o litoral paranaense é formado por sete municípios, a saber: Antonina, Morretes, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná, que estão distribuídos em uma área total de 6.061,2Km² entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico; o que representa 3% da área total do Estado (PIERRI *et al.*, 2006; VANHONI e MENDONÇA, 2008).

O Estado do Paraná possui 95% da sua área total formada por planalto e os outros 5% são constituídos pelo litoral e parte da Serra do Mar, sendo estas últimas unidades de paisagem detentoras da maior variedade de ambientes, como: grandes ilhas costeiras, remanescentes de antigos planaltos, morros e serras, planície costeira e diversos complexos estuarinos. Podendo ser caracterizada por uma extensa planície litorânea que abriga uma ampla variedade de ecossistemas, constituídos por manguezais, marismas, restingas, praias arenosas, costões rochosos, planícies de maré, além de possuir a maior área contínua de Mata Atlântica preservada no Brasil, sendo considerada parte da Reserva da biosfera de Mata Atlântica formalizada pela Unesco (PIERRI *et al.*, 2006; IPARDES, 1989).

FIGURA 1: MAPA DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: BACHSTEIN, 2016.

Essa configuração do relevo litorâneo paranaense é o fator estático mais importante na caracterização climática da região, pois são as diferentes altitudes e disposições de suas formas que contribuem para a existência das variedades de climas e paisagens existentes nessa região (VANHONI e MENDONÇA, 2008).

De acordo com a classificação de KOEPPEN, o clima da planície costeira paranaense é do tipo Cfa, caracterizado por clima pluvial temperado, com temperatura média dos meses mais quentes superior a 22°C, e nos meses mais frios com temperaturas médias inferiores a 18°C, sem estações de seca definida. Até os 700 metros de altitude da Serra do Mar ocorre o mesmo tipo climático (Cfa), a partir da qual passa para o clima do tipo Cfb (Subtropical Úmido – Mesotérmico com verão fresco), com temperatura média do mês mais quente inferiores a 22°C (VANHONI e MENDONÇA, 2008).

Essa planície costeira é limitada a leste pela orla atlântica e a oeste pelos terrenos acidentados do complexo cristalino que constituem a Serra do Mar, sendo interrompida por três sistemas estuarinos-lagunares: baías de Guaratuba,

Paranaguá e Pinheiros (ANGULO, 1993;BIGARELLA, 1978).A Serra do Mar é considerada a zona limítrofe entre o planalto meridional e a planície costeira;além de representar uma escarpa, a Serra de Mar é constituída por serras marginais descontínuas que se elevam de 500,0 a 1.000,0 metros acima do nível do planalto (BIGARELLA, 1978).

O bioma encontrado no litoral do Paraná é a Floresta Atlântica, estendendo-se sobre a Serra do Mar e a planície litorânea, sendo caracterizada como Floresta Ombrófila Densa (FERRETI *et al.*, [s.d.]). Na Serra do Mar, a formação florestal presente no início de suas encostas é denominada floresta ombrófila densa submontana, estando distribuída nas porções da encosta a partir de 10 até altitudes em torno de 600 m; esta formação apresenta dossel bastante denso, com alturas de 25 a 30 metros e elevada diversidade vegetal, resultante da melhor drenagem de seus solos e do regime climático dessa região, com ausência de geadas e com predomínio de chuvas abundantes distribuídas ao longo do ano. Esta fitofisionomia está presente em uma área de 3.567 km², considerada a de maior extensão presente nesse litoral; atualmente, cerca de 50% dessa área já foi alterada, sendo 26% pelo uso agropecuário, reflorestamento ou por espaços urbanos e 24% com floresta em estágio médio de sucessão (FERRETI *et al.*, [s./d.]).

Uma segunda fitofisionomia encontrada na Serra do Mar é a floresta ombrófila densa montana, presentes em altitudes de 600 a 1200 m; em relevo mais declivoso e sob temperaturas mais amenas. São observáveis diferenciações florísticas em relação ao patamar inferior, porém fisionômica e estruturalmente as formações “montana” e “submontana” são muito semelhantes (FERRETI *et al.*, [s./d.]).

Na planície litorânea, uma das formações vegetais encontradas é a floresta ombrófila densa das terras baixas, que possui duas fisionomias distintas, conforme o nível do lençol freático. Nas áreas com solos deficientes em drenagem (hidromórficos), estão presentes o guanandi (*Callophyllum brasiliense*) e a caixeta (*Tabebuia cassinoides*), entre outras representantes que formam esse estrato arbóreo de até 25 metros de altura. Conjuntamente a essa floresta, ocorre uma floresta menos desenvolvida, chamada “floresta de tabuleiro”, presentes em solos

com melhor drenagem, cujas formações vegetais podem atingir até 15 metros de altura; são representantes típicas dessas formações a *Tapirira guianensis* (cupiúva), *Ocotea pulchella* (canelinha), entre outras ((FERRETI *et al*, [s./d.]); PARANÁ, [s.d.]). Também presente nas planícies, margeando as encostas, encontra-se a floresta ombrófila densa aluvial, que se distribuí sobre as planícies aluviais dos grandes rios que deságuam nesse litoral. Nessa formação, ocorre o predomínio de florestas secundárias, cujas formações vegetais podem atingir 20 metros de altura e com alto grau de epifitismo; tendo o leiteiro (*Sapium glandulatum*), os tapiás (*Alchornea* spp.), a figueira-mata-pau (*Coussapoa microcarpa*) e o jacataúva (*Citharexylum mirianthum*) como espécies arbóreas características dessa floresta. Esta, é a formação vegetal mais danificada do litoral paranaense e a que tem menos representatividade em termos de unidades de conservação, restando atualmente apenas 26% de sua formação original, com pouquíssimos remanescentes de floresta primária, estando a maior parte com elevado nível de degradação (FERRETI *et al*, [s./d.]).

Ainda na planície, onde há solos com melhor drenagem, encontram-se áreas de formação pioneira com influência marinha, também denominada restinga; podendo essa, ser subdividida em duas fitofisionomias: arbórea e herbáceo-arbustiva. A primeira é composta por formações que atingem de 3 á 10 metros de altura, ocorrendo preferencialmente nas partes altas dos cordões litorâneos, uma das espécies característica desta formação é o araçá (*Psidium cattleianum*). A formação herbácea-arbustiva pode ser facilmente reconhecida na região próxima à praia, são aquelas vegetações que se espalha pelo solo, e desempenha um papel fundamental no processo de estabilização da areia. Estes dois tipos de formação sofrem intensa pressão por parte da especulação imobiliária, justamente por estar presente (ou ter estado) em toda orla do litoral, onde ocorrem intensos processos de urbanização (FERRETI *et al*, [s./d.]).

Além destas, outras formações podem ser encontradas no litoral do Paraná, no entanto não são exclusivas dessa região; como é o caso das formações pioneiras com influência fluvial, compostas por comunidades vegetais presentes em locais que sofrem com processos de “cheias” de rios ou em depressões alagáveis. Essa

formação também pode ser subdividida em fitofisionomias, onde se encontra as formações herbáceas menos desenvolvidas e facilmente reconhecidas, como a taboa (*Typha* spp.); e nas formações mais desenvolvidas, de porte arbóreo, são comuns os caxetais (*Tabebuia cassinoides*) (FERRETI *et al.*, [s./d.]).

Onde ocorre influência direta das marés, encontram-se as formações pioneiras com influência fluviomarinha, também subdividida em duas fitofisionomias: campos salinos e manguezais, responsáveis por ocuparem respectivamente 58 e 235 km² do litoral paranaense. O primeiro corresponde à vegetação encontrada na orla das baías e às margens dos rios, são as denominadas marismas, possuem porte herbáceo-arbustivo, e são compostas predominantemente por gramíneas que chegam a atingir aproximadamente um metro de altura (FERRETI, *et al.*, [s./d.]). Já os manguezais, que estão associados a baías e desembocaduras de rios, são caracterizados por vegetações de porte arbustivo-arbórea, podendo estas, atingir até oito metros de altura; estando representadas por três espécies dominantes: mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e mangue-siriúba (*Avicennia schaueriana*) (TROPMAIR, 1990; FERRETI *et al.*, [s./d.]).

A porção leste do Paraná, junto às regiões vizinhas paulista e catarinense, constituem-se como um importante centro de dispersão de fauna, uma vez que a região oferece abrigo a diversas espécies e ainda se caracterize como uma área de transição biogeográfica; deste modo, o litoral paranaense permite a formação de bancos genéticos vitais, que concedem a variabilidade genotípica necessária à sobrevivência das espécies, enriquecendo constantemente seu patrimônio gênico (IPARDES, 1989).

O litoral do Estado é composto por uma fauna riquíssima e, devido seu tamanho e continuidade, enquanto ecossistema natural, abriga populações de diversas espécies que, por seu porte e biologia, necessitam de grandes áreas para sua manutenção; além, de espécies raras e ameaçadas de extinção (IPARDES, 1989). Outra característica que se faz influente sobre a fauna local, é a abrupta escarpa da serra do mar, localizada na porção oriental do estado, a qual se apresenta como uma barreira geográfico-ecológica entre o planalto meridional

brasileiro e a faixa litorânea, tornando evidente a distinção faunística entre estas regiões à margem da serra (IPARDES, 1989).

Por conter grandes riquezas naturais, o litoral paranaense apresenta hoje 82% de sua área total voltada à conservação através de unidades de conservação (UCs) de uso sustentável ou de proteção integral, possuindo cerca de 20 UCs federais e estaduais (PIERRI *et al.*, 2006). As maiores UCs da região são de uso sustentável, e são elas a APA de Guaraqueçaba, que possui 314 mil há, englobando além de todo o município de Guaraqueçaba, parte dos municípios de Paranaguá e Antonina; e a APA de Guaratuba, que possui área de 200 mil há, e engloba parte dos municípios de Morretes, Matinhos, Tijucas do Sul e São José dos Pinhais, além de todo o município de Guaratuba (MAFRA, 2012).

3.3.2 Aspectos socioeconômicos

Considerando o uso e ocupação do solo, e o histórico das atividades econômicas presentes no litoral do Paraná, é possível dividir os municípios dessa planície litorânea em três grupos, sendo eles: *municípios portuários*, formado por Paranaguá e Antonina; *municípios rurais*, representado por Morretes e Guaraqueçaba; e *municípios praiano-turísticos*, formado por Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná (PIERRI, 2003).

Segundo o Censo 2010, a população presente nesses municípios soma 265.392 habitantes, o que representa, atualmente, aproximadamente 2,5% da população do estado do Paraná. É possível observar na TABELA 1, que essessete municípios que compõem a microrregião de Paranaguá possuem extensão e população permanente distribuídos de forma bastante desigual, fazendo com que as densidades populacionais variem muito entre eles. Os municípios considerados rurais possuem 46% da superfície total, no entanto são habitados por apenas 9% da população; já os municípios portuários com 27% da superfície total detêm 60% da população; com o restante, os municípios praianos ocupam 27% do total de superfície e apresenta 31% da população (IBGE, 2010; IPARDES, 2010).

TABELA 1- DADOS GERAIS DOS SETE MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O LITORAL DO PARANÁ

MUNICÍPIO	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO (hab.)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./m ²)
ANTONINA	882,317	18.891	21,41
PARANAGUÁ	826.675	140.469	169,92
MORRETES	684,580	15.718	22,96
GUARAQUEÇABA	2.020,090	7.871	3,90
MATINHOS	117,743	29.428	249,93
GUARATUBA	1.326,791	32.095	24,19
PONTAL DO PARANÁ	20.920	20.920	104,67

FONTE: IBGE, 2010. Elaborado pela autora.

Em análises sobre a evolução demográfica do litoral paranaense, Pierri (2003) destaca que a população dessa região duplicou entre os anos de 1970 a 2000, passando de 112,310 habitantes na década de 70 para 235,840 habitantes no ano 2000; e desde de então, até o último censo demográfico (2010), registra-se acréscimo de 30 mil habitantes (IBGE, 2010). Com isso, o crescimento populacional nessa região tem sido interpretado como produto da procura de melhor qualidade de vida por parte de setores da classe média, junto ao crescente fluxo de pessoas pobres em idade produtiva, saídas do interior do estado ou da região metropolitana de Curitiba, buscando oportunidade de trabalho, e também devido à proximidade da região metropolitana de Curitiba com o litoral (PIERRI, 2003).

Deve-se considerar também que a questão populacional nessa região não se limita apenas à população permanente (QUADRO 1), pois devido às suas belezas naturais o uso balneário tem grande afluência de turistas durante todo o ano, e de forma mais expressiva durante o verão e em períodos de festas, chegando a multiplicar a população de todo o litoral por mais de 6 vezes e a dos municípios praiano por até 23 vezes (PIERRI *et al.*, 2006).

De acordo com Azevedo (2016, p.2, no prelo) “o espaço na zona costeira paranaense é produzido e apropriado hoje a partir de conjunto de formas e/ou atividades, que condicionam a configuração desse cenário socioeconômico, que se constrói em uma relação dialética entre os processos históricos concretos e as condições naturais”.

QUADRO 1 - PERCENTUAL POR MUNICÍPIO DE DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL

	1991	1991	%	2000	2000	%	2010	2010	%
PORTUÁRIOS									
Antonina	5697	871	15,29	7032	1172	16,67	8095	1211	14,96
Paranaguá	39680	10019	25,25	40667	1410	3,47	46370	1710	3,69
Total	45377	10890	24,00	47699	2582	5,41	54465	2921	5,36
RURAIS									
Guaraqueçaba	2481	364	14,67	3250	702	21,60	3413	670	19,63
Morretes	4154	579	13,94	5858	888	15,16	7120	1452	20,39
Total	6635	943	14,21	9108	1590	17,46	10533	2122	20,15
PRAIANOS									
Guaratuba	11429	6655	58,23	19253	10389	53,96	23973	12178	50,80
Matinhos	15416	11676	75,74	27890	17828	63,92	33100	21411	64,69
Pontal do Paraná				21768	16275	74,77	27264	17695	64,90
Total	26845	18331	68,28	68911	44492	64,56	84337	51284	60,81

FONTES: AZEVEDO, 2015

Assim, devido às características naturais dos complexos estuarinos, que possibilitaram a implementação de portos abrigados, pode-se considerar que a atividade portuária tem forte expressão na história econômica do litoral paranaense desde o século XVII, estando inicialmente presentes na ilha da Cotinga e, a partir de 1950, em Paranaguá e Antonina, quando ganham destaque com o aumento da produção de soja para exportação e com a construção das vias terrestres até Curitiba, se fazendo necessário o aumento das dragagens dos canais para possibilitar o tráfego de navios de maior capacidade (PIERRI *et al.*, 2006).

No início, o peixe seco era um dos principais produtos de exportação do Porto de Paranaguá e, a pesca, desde então até os dias atuais, continua sendo uma atividade econômica importante na baía, principalmente por ser um meio de

produção de alimento e por gerar renda a uma significativa parte da população permanente desse litoral (ANDRIGUETTO FILHO, 1999; PIERRI *et al.*, 2006). Hoje, os principais produtos para exportação que passam por esse Porto são milho e soja, e os produtos que ele mais recebe através de importação são os insumos agrícolas (GÓES, 2014).

Nas últimas décadas do século XX, a partir das leis ambientais, a Baía de Paranaguá tem uma parte do seu território destinado para a conservação da natureza (área norte), enquanto a outra parte é tomada pela atividade portuária (área sul); configurando-se assim, por um cenário ambíguo, uma vez que essa divisão do espaço não comporta os fluxos naturais (PIERRI *et al.*, 2006).

Dos municípios considerados rurais, Guaraqueçaba mantém um perfil econômico agropecuário, e atualmente os produtos mais explorados são banana, mandioca, pescado e gado; e devido à baixa produtividade do solo, a pecuária é a única atividade que encontra condições favoráveis de mercado, no entanto é a atividade que gera maior impacto ao meio natural. Além disso, Guaraqueçaba caracteriza-se por possuir cerca de 82% do seu território como área de preservação ambiental; e devido a esse fator, e a outros como o isolamento geográfico, é o município dessa região com a menor densidade populacional (TABELA 1). Somando-se a isso, a situação de pobreza do município e a baixa taxa de empregadores, apenas 0,11% (QUADRO 3) faz com que haja uma grande migração de habitantes locais para outras localidades, principalmente para Paranaguá.

Já, no município de Morretes, nota-se o emprego de sistemas de produção mais tecnificados aplicados ao cultivo de olericultura e gengibre, tendendo a se difundir para outros municípios do litoral; além de contar com investimentos em turismo, voltados principalmente à gastronomia e ao artesanato (PIERRI, 2003; IPARDES, 2010).

Os municípios que compõem a orla oceânica do litoral paranaense – Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba – formam uma área de ocupação contínua fortemente ligada ao turismo, particularmente chamado de segunda residência; atividade esta, que vem marcando de forma determinante a configuração territorial e econômica desse litoral atualmente. O uso turístico dessa região é considerado

recente, tendo seu início na década de 1920 e se intensificado a partir dos anos 1950, com a formação de um grande número de loteamentos, promovendo o estabelecimento em massa dos balneários nos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba; e com a construção da BR-277, integrando o litoral do Paraná com o interior do Estado (SAMPAIO, 2006).

QUADRO 2: VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETORES ECONÔMICOS PERCENTUAL DAS ATIVIDADES ENCONTRADAS POR MUNICÍPIO - LITORAL DO PARANÁ

MUNICÍPIOS	INDÚSTRIA		AGROPECUÁRIA		SERVIÇOS		Total	
	2011	%	2011	%	2011	%	2011	%
PORTUÁRIOS								
Paranaguá	1.518.040	87,49	20.024	16,77	2.497.349	72,17	4.035.413	75,92
Antonina	85.490	4,93	8.746	7,32	122.468	3,54	216.704	4,08
RURAI								
Guaraqueçaba	5.086	0,29	29.582	24,77	32.666	0,94	67.334	1,27
Morretes	14.970	0,86	17.561	14,70	95.525	2,76	128.056	2,41
PRAIANOS								
Matinhos	43.196	2,49	6.008	5,03	280.783	8,11	329.987	6,21
Guaratuba	37.505	2,16	29.636	24,82	250.204	7,23	317.345	5,97
Pontal do Paraná	30.799	1,78	7.868	6,59	181.497	5,24	220.164	4,14
Total	1.735.086	32,65	119.425	2,25	3.460.492	65,11	5.315.003	100,00

FONTE: AZEVEDO, 2015.

No entanto, o uso do solo balneário no litoral paranaense é realizado de forma a desconsiderar a morfologia e a dinâmica dos ambientes costeiros locais, uma vez que sua ocupação se dá junto à linha de costa ou mesmo sobre a praia, acarretando em impactos ambientais consideráveis (PIERRI *et al.*, 2006). Sampaio (2006) acredita que neste caso, a ocupação incorreta acaba por levantar prejuízos

ambientais e sociais, como: erosão costeira, devido a construção de vias e passeios sob a praia; a possível variação da linha da costa em alguns trechos; o comprometimento da paisagem; a expulsão de comunidades de pescadores e a especulação imobiliária.

Além disso, o desenvolvimento da atividade turística atraiu um grande número de migrantes, em sua maioria de baixa renda e baixa escolaridade, o que gerou um processo de segregação socioespacial onde as áreas entre a orla e a rodovia são ocupadas por segunda residência e por moradores de maior poder aquisitivo, enquanto as áreas na margem oposta da rodovia, para dentro do continente, são ocupadas pela população de menor renda (DESCHAMPS e KLEINE, 2000).

TABELA 2 - DADOS DE EMPREGO E FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE – 2010.

Município	% de desocupação	% de empregados	% de empregados com carteira assinada	% de empregados sem carteira assinada	% de trabalhadores por conta própria	% de formalização dos ocupados
Paraná	4,52	2,94	51,33	15,52	22,61	65,63
Antonina	8,49	1,64	43,12	21,38	22,98	57,86
Guaraqueçaba	3,03	0,11	22,84	16,25	47,00	53,26
Guaratuba	4,19	2,18	36,86	16,47	36,61	54,28
Matinhos	5,38	4,27	36,62	17,96	29,47	56,44
Morretes	5,62	1,50	40,77	17,04	30,11	50,15
Paranaguá	8,48	2,11	56,29	16,05	20,24	67,86
Pontal do Paraná	5,26	3,21	29,41	22,66	35,69	46,60

FONTE: IPEA/IVS, 2015. Elaborado pelo autor.

Diante do exposto, é possível observar que a dinâmica econômica possui uma estreita relação com a dinâmica demográfica, condicionando seus processos e sua expressão socioespacial (PIERRI *et al*, 2006). No entanto, diferente do que acontece nas cidades litorâneas do Nordeste e Sudeste, que concentram as principais regiões metropolitanas do país, o cenário dos municípios da microrregião de Paranaguá é de “um litoral carente e marcado pela pauperização social e

dissincronias entre as dinâmicas demográficas e econômicas, com implicações (in)diretas no ambiente, saúde e desenvolvimento regional” (AZEVEDO, 2016, no prelo).

Ao considerar os dados de emprego e formalização das relações de trabalho, nota-se que os municípios que compõem o litoral do Paraná possuem, em sua maioria, taxa de desocupação acima da média do Estado (4,52%), estando Antonina e Paranaguá entre as taxas mais elevadas entre esses municípios, atingindo respectivamente 8,49% e 8,48%. A taxa de empregadores da maioria desses municípios encontra-se abaixo da média do Paraná (2,94%), o que pode ser considerado um elemento que justifique as altas taxas de desocupação, bem como os índices acima da média do Estado de trabalhadores por conta própria; chamando a atenção para o município de Guaraqueçaba, que possui a menor taxa de empregadores entre os municípios em questão, chegando apenas a 0,11%, e que contém a maior taxa de trabalhadores por conta própria, atingindo 47% (QUADRO 3).

Atualmente, a microrregião de Paranaguá, é a oitava do Estado ao se considerar o Produto Interno Bruto (dados de 2013, IBGE/IPARDES). Dos sete municípios que formam essa microrregião, apenas Paranaguá apresenta PIB *perCapita* municipal a cima da média estadual, posicionando-se em 22º entre os 399 municípios do Paraná; enquanto, Guaraqueçaba se posiciona em última colocação com PIB per Capita de 8.613 reais (TABELA 2).

Considerando que apenas crescimento econômico é uma abordagem limitante dos indicadores de desenvolvimento, tomamos também como referência o IDH (2010), e podemos observar que a situação do litoral não melhorou muito sob essa perspectiva. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios dessa planície litorânea estão próximo ao da média estadual que é de 0,749, mas apenas o município de Paranaguá atingiu e superou a média do IDH do estado, posicionando-se em 32º no Ranking – Paraná de IDHM 2010, com índice de 0,750. Dentre os outros seis municípios litorâneos que não chegaram a atingiram a média estadual, o município de Guaraqueçaba foi o que obteve o menor Índice de Desenvolvimento Humano dessa região, atingindo o valor de 0,587, posicionando-

se em 396º no Ranking – Paraná de IDHM 2010 em um total de 399 cidades; contudo, Guaraqueçaba obteve o maior aumento de IDHM da região, atingindo um crescimento de 36,51% do IDHM 2000 para o IDHM 2010 (PNUD, 2010).

TABELA 3 - RELAÇÃO DO IDH E DO PIB DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ

MUNICÍPIO	IDH 2000	IDH 2010	PIB <i>per Capita</i> 2013
Antonina	0,582	0,687	18.517
Paranaguá	0,645	0,750	41.557
Morretes	0,573	0,686	13.919
Guaraqueçaba	0,430	0,587	8.613
Pontal do Paraná	0,622	0,738	14.344
Matinhos	0,635	0,743	16.481
Guaratuba	0,613	0,717	14.749
Paraná	0,650	0,749	30.265

FONTE: PNUD, 2010; IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Além dos baixos índices do PIB e do IDH desses municípios, o litoral do Paraná apresenta altos níveis de vulneráveis à pobreza, onde apenas o município de Matinhos encontra-se abaixo da média do Estado; enquanto Antonina e Guaraqueçaba apresentam os maiores índices, com 40,03% e 60%, respectivamente, de sua população vulnerável a pobreza frente aos 19,7% da média estadual (TABELA 4).

Deste modo, o litoral do Paraná pode ser caracterizado como uma das regiões mais pobres do estado, que apesar do grande potencial econômico e de atividades em expansão, ele permanece subdesenvolvido e com grande desigualdade social e, que mesmo com suas unidades de conservação atingindo a maior parte do território, apresenta crescentes níveis de degradação ambiental e social (PIERRI, 2003). E, conforme ressalta Pierri *et al.* (2006, p. 165):

(...) pode-se dizer que os principais usos historicamente determinados do solo do litoral do Paraná alienam a sua população de seus principais benefícios, formulando novamente o paradoxo do contraste entre riqueza natural e pobreza social, mas também o contraste entre tanta riqueza social de outros, externos à região, e a pobreza dos locais.

Diante do exposto, pode-se concluir que o uso e a ocupação do solo do litoral paranaense estão associados a determinantes naturais e sociais que se relacionam, passando assim, a configurar potencialidades e restrições para tal processo; e que, mesmo com todas as atividades desenvolvidas nessa região, em especial às ligadas a presença do Porto de Paranaguá, ao turismo, e as áreas de conservação da natureza (pelo tributo do ICMS ecológico), que deveriam gerar significativa renda aos moradores, esse litoral é caracterizado por níveis de escolaridade e renda baixos, por ocupações humanas em espaços ambientalmente inadequados (PIERRI *et al.*, 2006).

TABELA 4 - DADOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ – 2010.

MUNICÍPIOS	Renda per capita (2010)	% de vulneráveis à pobreza* (2010)	Renda per capita dos vulneráveis à pobreza** (2010)
Paraná	890,89	19,7	166,68
Antonina	572,38	40,03	148,04
Guaraqueçaba	307,8	60	124,65
Guaratuba	782,92	27,98	164,44
Matinhos	814,03	19,28	169,54
Morretes	665,51	32,6	163,92
Paranaguá	765,85	24,56	165,71
Pontal do Paraná	782,87	22,49	174,43

FONTE: IPEA/IVS, 2015. Elaborado pela autora.

A vontade política de conservar foi exercida, em grande proporção, sob áreas de Floresta Atlântica marginalizadas economicamente, seja por dificuldades de acesso e/ou por não apresentar interesse econômico-produtivo (PIERRI *et al.*, 2006). E, ainda que tenha em si a importância e necessidade de conservação local, a criação destas unidades de conservação aumentou ainda mais as adversidades de conquistar ou manter condições de sustentabilidade econômica e social para a população que mora dentro das UCS ou em suas áreas de amortecimento, gerando assim conflitos entre a população local e os órgãos de conservação devida

restrições impostas às práticas tradicionais de uso dos recursos naturais necessários à reprodução socioeconômica dessas populações (PIERRI *et al.*, 2006; TEIXEIRA, 2005).

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho caracteriza-se pela abordagem interdisciplinar, a partir de considerações sobre economia solidária, meio ambiente, ecodesenvolvimento, aspectos socioambientais e econômicos.

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório. Bauer *et al* (2002) caracteriza a pesquisa qualitativa como sendo aquelas não-numéricas, que geralmente lidam com interpretações das diferentes realidades sociais. Esse modelo de pesquisa não aborda um modelo único positivista, pois aceita que o conhecimento do pesquisador sobre o objeto de estudo é limitado; e que, portanto, esse conhecimento só poderá ser construído em conjunto com os sujeitos envolvidos no objeto em análise (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

De acordo com Gil (2008, p.27), as pesquisas com caráter exploratório têm como finalidade principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista

(...) a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Ainda segundo o autor, elas são desenvolvidas visando proporcionar um panorama geral, aproximativo, de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado quando o tema é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas, como é o caso da pesquisa sobre economia solidária no litoral do Paraná, uma vez que há pouca informação disponível e há poucos estudos anteriores realizados.

Considerando as possibilidades que a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa permite, optamos por utilizar de entrevistas semi-estruturadas. Pois, segundo Goldenberg (2004), essa ferramenta dificulta a intervenção do pesquisador nas respostas dadas pelos seus entrevistados, auxiliando assim, na

não contaminação dos resultados da pesquisa em função da personalidade e dos valores do pesquisador durante esse processo de coleta de dados. Além disso, segundo o mesmo autor, a utilização de entrevistas possibilita que informações possam ser coletadas de pessoas que não sabem ler e escrever; possibilitam maior flexibilidade para atingir a resposta desejada; permite uma maior profundidade na coleta de dados; e possibilita a geração de dados inesperados

Com o objetivo de tentar ampliar o levantamento de informações durante as entrevistas, optamos por iniciá-las com conversas informais; pois, segundo Goldenberg (2004), este tipo de abordagem estabelece uma relação de confiança e um sentimento de amizade entre pesquisador-entrevistado, possibilitando uma maior acessibilidade aos entrevistados, e por gerar um menor constrangimento aos mesmos, evita que se gerem tantos efeitos externos na fala do pesquisado.

4.2 SELEÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ESTUDADOS E OS PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Essa pesquisa foi dividida em duas fases. Na primeira fase utilizou-se de dados secundários a partir de pesquisas bibliográficas e documentais para caracterizar e analisar os aspectos socioambientais da área de estudo, bem como para identificar as iniciativas econômicas solidárias presentes nessa região.

O levantamento dos empreendimentos existentes no litoral do Paraná foi realizado a partir da coleta de dados secundários, obtidos através da Organização das cooperativas Brasileiras (OCB-SESCOOP), do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), do Fórum Paranaense de Economia Solidária, e das Secretarias Municipais do Bem Estar Social e do Planejamento de cada município.

Foram identificadas um total de 107 iniciativas econômicas solidárias presentes nos 7 municípios do litoral do Paraná. Contudo, optou-se por trabalhar com os empreendimentos presentes no CADSOL, por se tratar do cadastro de empreendimentos econômicos solidários mais atualizado; por possuir critérios claros de classificação dos empreendimentos; e por ser composto de um maior

número de informações relevantes a pesquisa, o que por sua vez tornou possível o contato com os empreendimentos.

Tendo em vista a linha de pesquisa na qual se insere este trabalho - Usos e Conflitos dos Ambientes Costeiros - no Programa de mestrado, optou-se por trabalhar apenas com os empreendimentos considerados urbanos e mistos (rural/urbano), pelo fato de nos municípios de Guaraqueçaba e Pontal do Paraná não possuírem EES considerados urbanos pelo CADSOL; e dentre eles, procuramos abranger as três formas de organizações consideradas como sendo de empreendimentos econômicos solidários, que são elas: associação, cooperativa e grupo informal.

Visando selecionar os empreendimentos, buscou-se contatá-los por telefone e endereços indicados. Entretanto, alguns deles não foram localizados nos respectivos endereços, outros não atenderam aos telefonemas, e teve aqueles que não se dispuseram a responder a pesquisa. Portanto, a seleção final dos empreendimentos foi por eliminação á campo.

Em um segundo momento, foi elaborado um roteiro para realização de entrevistas (APÊNDICE 1) e entrevistas semi estruturadas gravadas foram realizadas com a finalidade de caracterizar os empreendimentos, bem como de identificar e analisar os aspectos socioeconômicos, históricos, ambientais e políticos dessas iniciativas que pudessem contribuir para o ecodesenvolvimento. E, antes de cada entrevista, foi solicitada a autorização para a gravação das mesmas, ressaltando a confidencialidade dos dados obtidos; bem como para fotografar os EES.

Dessa forma, para a caracterização organizacional das iniciativas foram levantadas informações como: o ano de criação do empreendimento; a forma de organização do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo informal) e de que tipo (produção, comercialização, consumo, crédito, troca, prestação de serviço e outro); e o ramo da atividade (QUADRO 5).

Para a análise dos aspectos socioeconômicos foram obtidos dados a partir de questões como: o empreendimento está conseguindo remunerar os sócios que trabalham; como é feita a retirada dos sócios; a retirada obtida pelos sócios é fonte

principal ou complementar de renda; os associados recebem algum auxílio do governo; de forma geral, houve melhoria na qualidade de vida dos associados; o número de participantes sócios que atualmente trabalham empreendimento; a sede da iniciativa é própria, cedida ou alugada; os equipamentos utilizados são próprios, cedidos ou alugados; quais são as atividades realizadas pelo empreendimento; e quais atividades são realizadas de forma coletiva (QUADRO 5).

Para identificar e analisar os aspectos ambientais foram consideradas questões objetivas e subjetivas, tais como: quais são as matérias-primas utilizadas; qual a origem das matérias primas (extração local, comércio local, comércio regional ou outros); o empreendimento possui saneamento básico; os resíduos gerados são de que tipo (tóxico, comum, recicláveis ou orgânicos); como é realizado o descarte desses resíduos; existe a preocupação em evitar o desperdício de matéria-prima; o empreendimento utiliza técnicas consideradas tradicionais; o empreendimento se preocupa em utilizar técnicas consideradas menos destrutivas ao meio ambiente; e a dimensão ambiental é considerada valor fundamental para o empreendimento (QUADRO 5).

Para identificar os aspectos políticos foram levantadas informações referentes às dimensões política interna e externa às iniciativas econômicas. Para a análise da dimensão a nível interno, foram levantadas as seguintes questões: como são realizadas as tomadas de decisão; como é determinada a organização do trabalho; como é decidido a entrada e saída de sócios; os associados possuem conhecimento técnico sobre a atividade que realiza; a iniciativa possui os equipamentos necessários para realização do trabalho; o empreendimento investe em educação; quais são as principais conquistas e quais foram as maiores dificuldades encontradas pela iniciativa. Já, para análise da dimensão a nível externo, foram levantadas as seguintes questões: participa de alguma rede ou fórum; faz parte de algum movimento social; desenvolve ou participa de ações com a comunidade; conta com algum apoio externo; e se tem autonomia para decidir sobre seu destino (QUADRO5).

QUADRO 3: DETALHAMENTO DO INSTRUMENTO DA PESQUISA.

DIMENSÕES	DADOS LEVANTADOS
Características gerais do empreendimento	Nome; município; endereço; telefone; e-mail; pessoa de contato; ano de abertura; situação atual do empreendimento; forma de organização; tipo de organização; área de atuação.
Histórico do empreendimento	Como se deu p processo de criação; se houve participação de atores externos, se sim, quais e de que forma.
Dimensão socioeconômica	Número de associados; se a iniciativa está conseguindo remunerar os sócios; a retirada obtida na iniciativa é fonte principal ou complementar de renda; os associados recebem algum tipo de auxílio; como é feita a retirada dos sócios; quais são as atividades realizadas na iniciativa; quais atividades são realizadas de forma coletiva; para quem é feita a comercialização; os equipamentos são próprios, cedidos ou alugados; a cede da iniciativa é própria, cedida ou alugada.
Dimensão ambiental	Matérias-primas utilizadas; origem da matéria-prima; resíduos gerados; forma de descarte dos resíduos; se possui saneamento básico; se existe preocupação em se evitar desperdício; se o meio ambiente é tido como valor fundamental para a iniciativa e por quê; se utilizam conhecimentos tradicionais nas atividades realizadas na iniciativa.
Dimensão política	<p>Interna: como são realizadas as tomadas de decisão; como é determinada a organização do trabalho; como é decidido a entrada e saída de sócios; os associados possuem conhecimento técnico sobre a atividade que realiza; a iniciativa possui os equipamentos necessários para realização do trabalho; o empreendimento investe em educação; quais são as principais conquistas e quais foram as maiores dificuldades encontradas pela iniciativa.</p> <p>Externa: participa de alguma rede ou fórum; faz parte de algum movimento social; desenvolve ou participa de ações com a comunidade; conta com algum apoio externo; se tem autonomia para decidir sobre seu destino.</p>

FONTE: o autor (2016).

Definição operacional da pesquisa

Dentre os 107 EES encontrados nos municípios do litoral do Paraná, o município de Morretes foi o que apresentou maior número de iniciativas identificadas, foram 28 no total; nos municípios de Antonina e Guaratuba, identificou-se 10 empreendimentos em cada um dos dois municípios; em Guaraqueçaba, foram identificados 27 empreendimentos econômicas solidários; no município de Pontal do Paraná 8 iniciativas foram identificadas; em Paranaguá foram registrados 17 empreendimentos no total; e por fim, o município de Matinhos que aparece com um total de 7 empreendimentos identificados, contendo o menor número de iniciativas econômicas solidárias identificadas dentre os municípios do litoral paranaense.

O levantamento realizado das iniciativas consideradas de economia solidária, como as associações, cooperativas e grupos informais geradores de emprego e renda presentes nesses municípios seguem a baixo:

TABELA 5: RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES E GRUPOS INFORMAIS PRESENTES NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ - 2015

MUNICÍPIO	NOME DO EMPREENDIMENTO
Antonina	Assoc. dos artesãos de Antonina
	Assoc. escola dos transformadores de pescado e seus resíduos
	Assoc. siri do Portinho
	Coop. dos trabalhadores autônomos de pesca e acessórios artesanais
	Grupo de artesanato do bairro da Graciosa de baixo, de cima e Portinho
	Grupo das Serigaitas
	Cooperativa Serra Mar
	Grupo de artesanato em argila
	Grupo de Costura Art'Nina
	Assoc. de catadores de produtos recicláveis de Antonina
TOTAL: 10	
Guaraqueçaba	Assoc. de pequenos produtores de Potinga e Rio do Cedro
	Assoc. de pequenos produtores de Rio Verde
	Assoc. de produtores e criadores orgânicos de Tagaçaba
	Berço dos Golfinhos
	Centro de comercialização de agricultura familiar
	Coop. de artesãos de Guaraqueçaba
	Coop. de ecoturismo de Guaraqueçaba
Farinheira do Assunji	

(continua)

	Grupo de tecelagem
	Grupo tecelagem e tapeçaria
	Artista Popular
	Assoc. dos pequenos produtores rurais de botuva
	Cozinha comunitária Guaraqueçaba
	Jagannata artesanatos
	Assoc. de panificação e confecção tagaçaba
	Cozinha comunitária Princesinha do mar
	Panificação Ferreira
	Artesanato em fibras
	Chacia artesanato
	Grupo de artesanato Superagui
	Grupo de senhoras e jovens mãos que faz
	Assoc. de artesões de Murato
	Cozinha comunitária Ilha Almeida
	Artesanato em recuperação de móveis
	Assoc. dos maricultores de Ilha Rasa
	Grupo de Bordadeiras
	Assoc. de catadores de materiais recicláveis de Guará
	TOTAL: 27
Guaratuba	Assoc. dos coletores de materiais recicláveis de Guaratuba
	Assoc. guaratubana de maricultores (AGUAMAR)
	Horta centro comunitário
	Horta Vila Esperança
	Cofecguará
	Couros artesanais rios e mar
	Cozinha comunitária encantos e delícias de caieiras
	Horta unidade social Marcílio Dias
	Assoc. Guaratubana de artesões
	Assoc. de catadores de materiais recicláveis Pôr do Sol
TOTAL: 10	
Pontal do Paraná	Assoc. de mulheres Florescer
	Banca de bijuterias
	Licores artesanais e artesanato local
	Produtores de bebidas, bolos e doces
	Banca do artesanato
	Canto do Mar
	Barraca do seu Manoel
	Coop. costureira de Pontal
TOTAL: 08	
Paranaguá	Rio das Pedras
	Arte Manas
	Artesanato da Funcur
	Assoc. de materiais recicláveis de Vila Santa Maria
	Assoc. de Nativos da Ilha do Mel de Praia Grande a Ponta Oeste
	Coop. de carrinheiros da Ilha de Valadares
	Cozinha Francisca
	MS Acessorios
	Assoc. dos produtores rurais de Paranaguá
	Mundo da Arte
	Grupo de artesanato da Ilha de Valadares
	Coop. dos trabalhadores em transporte ferroviário do litoral
Grupo de agroecologia Cheiro da Mata	
Animpo	

(continua)

	Assoc. dos criadores de aves, animais silvestres e rãs
	Assoc. de reciclagem de Paranaguá
	Assoc. dos coletores e recicladores da Ilha dos Valadares
	TOTAL: 17
Morretes	Produtos artesanais Cristina Borges
	Alvin Batista Ribeiro
	Produtos Ari Borges
	Arte chinelos artesanais
	Dalago artes
	KLS artesanato em bisque
	Assoc. de Coletores de materiais recicláveis de morretes
	Assoc. de artesãos de morretes
	Cachaça artesanal Engenho Novo
	Fibras de bananeira
	Multi artes artesanato
	Balas de banana Bridarolli
	Assoc. dos artesões Serra da Prata
	Assoc. agrícola do Sambaqui
	Artesanato em pedras e teares
	Artesanato em pedras
	Bijuterias artesanais
	Prata da Serra arte em geral
	Grupo mãos de fibra
	Artesanato em geral Mundo dos retalhos
	Artesanato em Móbile
	Assoc. de confecções mulheres de Pindaíva
	Artesanatos em geral
	Empreendimentos Cogni
	Produtos de Morretes
	Produtos Vista do Marumbi
	Farinheira Cogni
	Arte em movimento
TOTAL: 28	
Matinhos	Grupo de artesanato natural caiçara
	Grupo Kaluã
	Motirô
	Colônia de Pescadores zona 4
	Arte da natureza peixe, escamas e sementes
	AMCRESMAT
	Assoc. amigos da mata
TOTAL: 07	

FONTE: CADSOL (2015); OCB-SESCOOP (2015), Fórum Paranaense de Economia Solidária (2015), e nas Secretarias Municipais do Bem Estar Social e do Planejamento de cada município. Elaborado pelo autor.

A partir desse levantamento, optou-se por utilizar como base deste estudo os EES presentes no CADSOL devido à presença de informações mais concretas, como: telefone, endereço, pessoa de contato, e-mail, entre outras. Informações estas que foram essenciais para a viabilização da busca a campo desses

empreendimentos e que muitas vezes não estavam presentes nas outras fontes de dados.

O número total de empreendimentos presentes no litoral do Paraná que estão registrados no Cadastro Nacional de Economia Solidária é de 37, dos quais 11 são considerados urbanos, 10 rurais e 16 considerados mistos.

Com isso, o universo da pesquisa ficou constituído pelos EES presentes nos sete municípios do litoral do Paraná considerados urbanos e mistos dentro do sistema CADSOL, totalizando 27 iniciativas econômicas solidárias. Destas, 11 foram pesquisadas, sendo 2 cooperativas, 6 associações, e 3 grupos informais.

Nos empreendimentos, o sujeito a ser entrevistado foi definido como sendo prioritário o presidente ou vice-presidente, na ausência destes, seria membros da diretoria ou o associado que estivesse presente no empreendimento no momento da visita. Apesar de contatos anteriores e agendamentos, se previu possíveis ausências.

Para a apresentação e análise dos dados, as entrevistas passaram pelos processos de transcrição e padronização na montagem do banco de dados. A partir disso, considerando as dimensões de análise socioeconômica, ambiental e política, foram definidas para cada uma delas categorias de análise que serão discutidas com base em quatro dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento, a saber: sustentabilidade econômica, social, ambiental e política.

Considerando a dimensão socioeconômica, as categorias de análise definidas foram: trabalho e renda, qualidade de vida, educação, e saúde.

Para a dimensão ambiental foram definidas as seguintes categorias de análise: meio ambiente, aspectos ecológicos, fonte dos recursos utilizados, e controles ambientais.

E por fim, para a dimensão política foram definidas as categorias de análise a seguir: gestão, acesso a políticas públicas, relação com outros atores públicos e privados.

QUADRO 4: DETALHAMENTO DO PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS.

	DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE A LUZ DO ECODESENVOLVIMENTO	DIMENSÕES DE ANÁLISE	CATEGORIAS DE ANÁLISE
ECODESENVOLVIMENTO	SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICOS	Trabalho e renda
	SUSTENTABILIDADE SOCIAL		Qualidade de vida Saúde Educação
	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	DIMENSÃO AMBIENTAL	Meio ambiente Aspectos ecológicos Fonte dos recursos utilizados Controles ambientais
	SUSTENTABILIDADE POLÍTICA	DIMENSÃO POLÍTICA: interna e externa	Gestão Acesso a apoio e formação Acesso às políticas pública Relação com outros atores públicos e privados

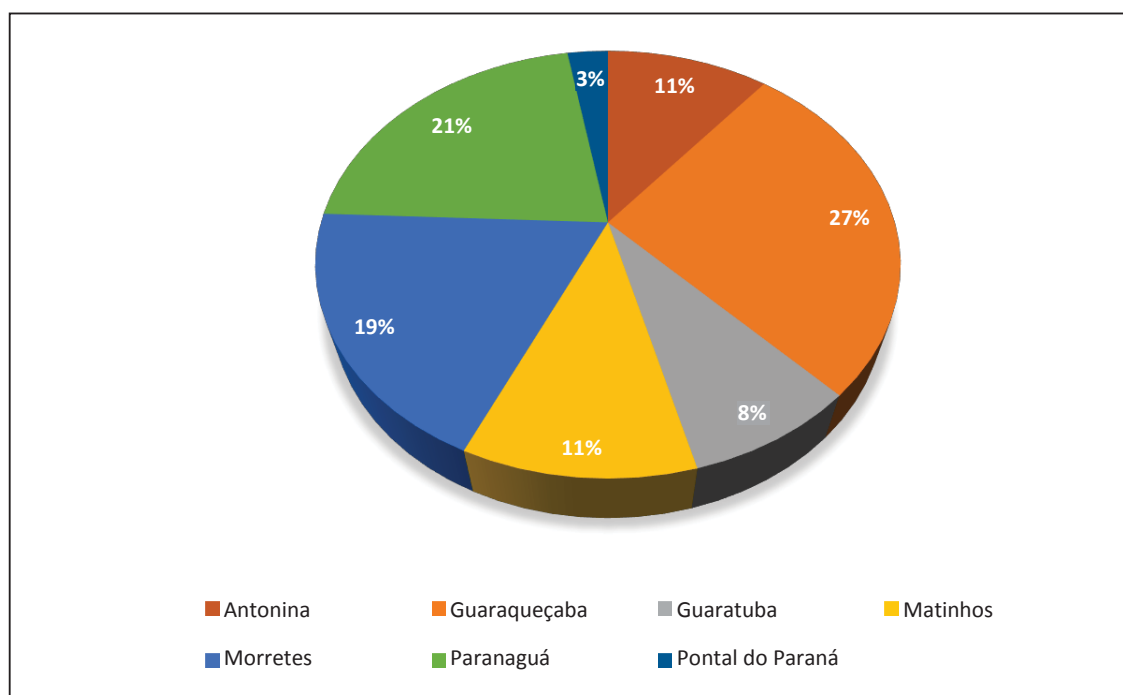
FONTE: o autor (2016).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com o Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (2013), foi cadastrado no estado do Paraná um total de 832 EES. Desses, 37 empreendimentos econômicos solidários estão distribuídos entre os sete municípios do litoral paranaense, representando aproximadamente 4,4% do total de empreendimentos solidários do Estado (GRÁFICO 1).

Dos 37 EES presentes no litoral do Paraná, 4 estão localados no município de Antonina, 10 no município de Guaraqueçaba, 3 estão presentes em Guaratuba, 8 em Paranaguá, apenas 1 no município de Pontal do Paraná, 4 estão em Matinhos e 7 encontram-se no município de Morretes.

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR MUNICÍPIO DOS EES PRESENTES NO LITORAL DO PARANÁ

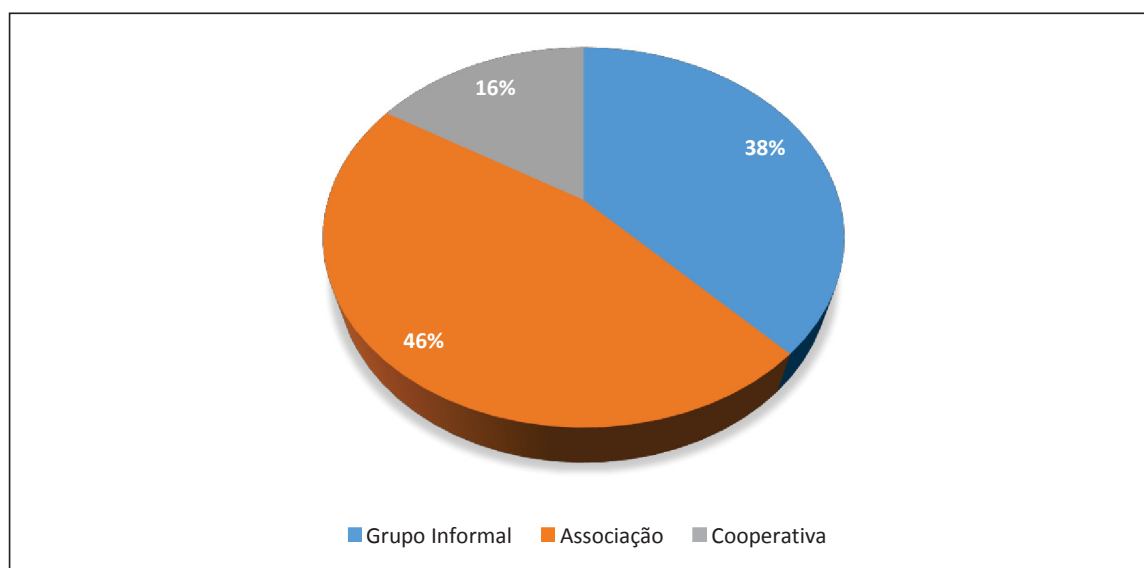


FONTE: o autor (2016).

Dos empreendimentos econômicos solidários presentes no litoral paranaense, 14 estão registrados no CADSOL como sendo grupo informal, o que representa 38% do total dos EES do litoral desse estado; 17 estão registrados como associação e 6 como cooperativa, o que representa respectivamente 46% e 16% do total dos EES presentes no litoral do estado do Paraná (GRÁFICO 2). O alto grau de informalidade desses EES nos demonstra que essas iniciativas ainda são frágeis e pouco institucionalizadas.

Essa tendência também é encontrada no Paraná como um todo, onde dos 832 EES presentes no estado a maior parte caracteriza-se como associação, chegando a representar 50% do total dos empreendimentos; seguido de aproximadamente 36% de grupos informais e de aproximadamente 14% de cooperativas.

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DOS EES PRESENTES NO LITORAL DO PARANÁ

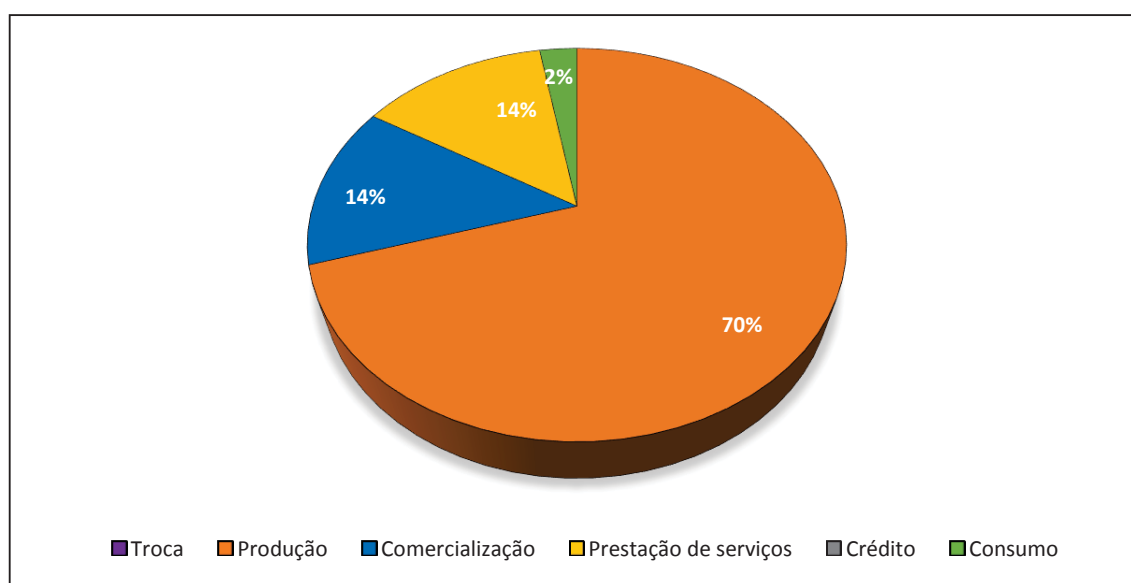


FONTE: o autor (2016).

Seguindo a tendência do estado paranaense, que apresenta a maior parte de seus EES caracterizados como sendo do setor de atividade produtiva, chegando a atingir um total de 491 empreendimentos (59%), seguidos por 162 do setor de comercialização (19%), o litoral do Paraná apresenta 26 EES caracterizados como

sendo sua principal atividade coletiva a produção, o que representa 70% do total dos empreendimentos presentes nos sete municípios que compõem essa região, seguido pelas atividades de comercialização e prestação de serviço que apresentam 5 empreendimentos cada um e do setor de consumo que possui apenas 1 empreendimento nessa região (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TIPOS DE ATIVIDADES REALIZADAS PELOS EES DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: o autor (2016).

Diante do exposto, um dado que nos chama atenção é o fato de Guaraqueçaba, mesmo sendo o município com menor população, possuir o maior número de EES. Levando-nos a concluir que por se tratar do município mais pobre e com maiores dificuldades econômicas a população se vê obrigada a buscar vias alternativas de inserção econômica.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SELECIONADOS

5.1.1 Município de Antonina

No município de Antonina, quatro empreendimentos econômicos solidários estão cadastrados no CADSOL. Desses, três são associações e apenas um

cooperativo, sendo todos os quatro do ramo do artesanato e considerados urbanos (QUADRO 7).

Dos quatro EES presente nesse município foi realizado a análise de apenas um deles: a da Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais, cuja caracterização segue abaixo.

QUADRO 5 – CARACTERIZAÇÃO DOS EES SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE ANTONINA PRESENTES NO CADSOL

NOME DO EMPREENDIMENTO	FORMA DE ORGANIZAÇÃO	ÁREA	CATEGORIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA	RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA
Associação dos artesãos de Antonina	Associação	Urbano	Comercialização	Artesanato
Assoc. Escola das Transformadoras de Pescado e seus Resíduos	Associação	Urbano	Produção	Artesanato
Coop. das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais	Cooperativa	Urbano	Produção	Artesanato
Assoc. Siri do Portinho	Associação	Urbano	Comercialização	Artesanato

FONTE: CADSOL (2015). Elaborado pela autora.

Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais – COPESCARTE

Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais (COPESCARTE), foi formada em 2006 por marisqueiras/pescadoras e uma bióloga (Técnica em processamento de peles de peixes e artesanato) que estavam preocupadas com a falta de oportunidade de trabalho e renda, com a baixa escolaridade e qualificação profissional e com a questão da gestão dos resíduos gerados pela atividade pesqueira.

Buscando o desenvolvimento da comunidade da pesca na construção de sua identidade e liberdade econômica, a COPESCARTE foi fundada contando com vinte e uma mulheres cooperadas; no entanto, durante o processo de formação da cooperativa, vinham desempenhando atividades de qualificação profissional de

maneira informal quarenta mulheres. Atualmente, faz parte da cooperativa apenas quatorze mulheres.

A renda obtida pelas cooperadas vem da produção e comercialização do couro do peixe e de artesanatos feitos com esse material; atualmente, a receita obtida na iniciativa tem sido fonte complementar de renda para as cooperadas, pois apesar da sede ser da iniciativa em comodato com a prefeitura, as despesas de água, luz, tratamento do efluente, compra de material, entre outras despesas ficam por conta da cooperativa, o que acaba reduzindo o valor da renda obtida pelas cooperadas. Mas, segundo a presidente, elas estão pensando e desenvolvendo alguns projetos que venham tornar fonte principal a renda obtida pelas cooperadas através da COPESCARTE.

A COPESCARTE conta com o apoio externo da Aliança Empreendedora e do SEBRAE, principalmente em questões relacionadas à gestão do empreendimento, e com algumas instituições universitárias e do SENAI que apoiam ministrando cursos de capacitação para as cooperadas. Além de contar, durante os três primeiros anos da iniciativa, com cursos, custos fixos do empreendimento, e maquinários financiados pela Fundação Interamericana.

A matéria prima principal é a pele do peixe, que é comprada de pescadores em Guaratuba, e todo o processo de transformação em couro é realizado pelas cooperadas. Quando comercializados, do total arrecadado parte é usado para quitar as despesas da cooperativa e o restante é dividido entre as cooperadas que estão ativas.

O principal desafio encontrado pela cooperativa foi em 2011 quando a sede da iniciativa e alguns bairros do município foram atingidos por uma enchente, e com isso a cooperativa teve que parar as atividades até que tudo fosse reestruturado. Como as casas de algumas cooperadas também haviam sido atingidas, elas precisavam de dinheiro imediato para ajudar no orçamento familiar, o que fez com que elas fossem buscar emprego no comércio e deixaram a iniciativa.

FIGURA 2: PROCESSO DE LIMPEZA DO COURO DO PEIXE



Fonte: a autora.

FIGURA 3: COURO DO PEIXE PRONTO PARA SER UTILIZADO NA PRODUÇÃO DO ARTESANATO



Fonte: a autora.

A cooperativa além de buscar oferecer cursos profissionalizantes para suas cooperadas e que são abertos a comunidade externa de forma gratuita, desenvolve projetos sociais no município, procurando conscientizar a população em diversas temáticas como educação ambiental, e saúde e bem-estar da mulher.

Segundo a presidente e a cooperada entrevistadas, a melhoria da qualidade de vida é um fato, principalmente no que se refere às questões emocionais e educacionais das trabalhadoras.

5.1.2 Município de Matinhos

Estão cadastrados no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) quatro EES sediados em Matinhos. Desses, três são associações, sendo uma rural, uma urbana e uma urbano/rural; e um grupo informal considerado urbano (QUADRO 8).

QUADRO 6 – CARACTERIZAÇÃO DOS EES SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE MATINHOS PRESENTES NO CADSOL

NOME DO EMPREENDIMENTO	FORMA DE ORGANIZAÇÃO	ÁREA	CATEGORIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA	RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA
AMCRESMAT	Associação	Urbano	Prestação de Serviços	Prestação de Serviços
Associação Amigos da Mata	Associação	Rural	Prestação de Serviços	Prestação de Serviços
Colônia de Pescadores Zona 4	Associação	Urbano/Rural	Produção	Pesca Artesanal
Nat Arte – Arte da Natureza	Grupo Informal	Urbano	Produção	Artesanato

FONTE: CADSOL (2015). Elaborado pela autora.

No município de Matinhos a iniciativa analisada foi o grupo informal Nat Arte – Arte da Natureza.

Nat Arte – Arte da Natureza

O Nat Art foi formado em 2005, a partir da iniciativa de duas mulheres que tinham como objetivo unirem forças para iniciar a produção de artesanato para

comercialização, e a para que juntas começassem a dar diferentes cursos de produção de artesanatos não só nos municípios do litoral do Paraná, mas em diversos lugares do Brasil como formas complementares de renda.

O grupo ainda permanece com apenas duas mulheres, que produzem o artesanato e o vendem no comércio local, direto para o consumidor; os cursos desenvolvidos por elas já foram ministrados em âmbito local e Nacional. A receita obtida através do grupo é fonte complementar à aposentadoria e ao salário dessas mulheres.

O NatArt procura produzir seu artesanato de forma sustentável, que segundo a presidente, isso pode ser possível contemplando três pilares que são: a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento social e a geração de renda. Para isso, elas priorizam desenvolver peças com matérias primas locais como conchas, casca de ostra, fibras naturais, escamas e couro de peixes; além de transformar e reaproveitar bolsas, roupas e acessórios, evitando sempre o desperdício de material.

O processo da produção do couro do peixe é realizado por elas em um curtume que fica na sede da FAFIPAR em Pontal do Paraná, e a pele do peixe é comprada dos pescadores da região.

A principal conquista do grupo foi o aprimoramento da técnica de curtir a pele do peixe marinho, pois até então elas sabiam a técnica de curtir a pele do peixe de água doce.

5.1.3 Município de Morretes

Estão presentes no CADSOL os registros de sete empreendimentos econômicos solidários sediados no município de Morretes. Desse total de empreendimento, quatro são considerados urbanos, dois são da área rural e um considerado urbano/rural.

Dos sete EES cadastrados, quatro são grupos informais dos ramos de alimentos, bebidas e artesanato; dois são associações, uma de reciclagem e outra de artesanato; e uma sociedade mercantil do ramo do artesanato (QUADRO 9).

FIGURA 4: COLAR PRODUZIDO COM ESCAMAS DE PEIXE



Fonte: a autora.

FIGURA 5: PORTA GUARDANAPOS PRODUZIDO COM ESCAMAS DE PEIXE TINGIDAS E FIBRAS



Fonte: a autora.

QUADRO 7 - CARACTERIZAÇÃO DOS EES SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE MORRETES PRESENTES NO CADSOL

NOME DO EMPREENDIMENTO	FORMA DE ORGANIZAÇÃO	ÁREA	CATEGORIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA	RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA
Alvim Batista Ribeiro	Grupo Informal	Urbano	Produção	Alimentício
Assoc. de Coletores de Materiais Recicláveis de Morretes	Associação	Urbano	Comercialização	Reciclagem
Assoc. dos Artesãos Morretes	Associação	Urbano/Rural	Produção	Artesanato
Cachaça Artesanal Engenho Novo	Grupo Informal	Rural	Produção	Bebidas
Fibras de Bananeira	Grupo Informal	Rural	Produção	Artesanato
Multi Artes Artesanatos	Sociedade Mercantil	Urbano	Produção	Artesanato
Produtos Artesanais Cristina Borges	Grupo Informal	Urbano	Produção	Alimentício

FONTE: CADSOL (2015). Elaborado pelo autor.

Adiante segue a caracterização dos dois empreendimentos econômicos solidários analisados no município de Morretes.

Associação dos Coletores de Material Reciclável de Morretes – ACOMAREM

A Associação dos Coletores de Material Reciclável de Morretes foi formada em 2009, e contou com a ajuda da prefeitura para esse processo. A principal motivação para a sua criação foi a geração de uma alternativa de emprego e renda para os catadores de rua de material reciclável. Durante o processo da sua formação foram cadastrados um total de 36 catadores, no entanto a associação foi aberta com 15 associados e hoje a ACOMAREM conta com 5 associados apenas, sendo três mulheres e dois homens.

A ACOMAREM tem como atividade a comercialização de materiais recicláveis. Do material coletado, separado e classificado apenas o papel é vendido para uma empresa privada local, enquanto que todo o material plástico é vendido para outras empresas privadas presentes no estado do Paraná.

O empreendimento tem conseguido remunerar seus trabalhadores, e de forma geral a receita obtida através da associação é fonte principal de renda dos

associados. A retirada é realizada semanalmente de maneira igual para todos, ou seja, o valor adquirido com a comercialização do material reciclável é dividido por igual entre os associados.

A ACOMAREM conta com ajuda e apoio externo do poder público e instituições públicas para o seu funcionamento. A prefeitura de Morretes fornece o espaço onde se encontra a sede da associação; o caminhão para coleta, sendo a gasolina e manutenção do caminhão pago pelos associados; os maquinários que estão em concordata, além de pagar as contas de água e luz da associação. O empreendimento contou com o apoio do PROVOPAR por meio da doação de maquinários para a iniciativa; e dos projetos Lixo Cidadania e Cata Forte, que ofereceram alguns cursos aos associados e promessas de doações de maquinários.

O cuidado com o meio ambiente é tido como valor fundamental para a ACOMAREM. Algumas ações são realizadas pelos associados buscando evitar impactos ambientais negativos que possam ser gerados através das atividades realizadas pela associação, tais como: evitar o descarte desnecessário de material para o lixo comum e evitar também o desperdício de energia e água durante todo o processo de limpeza, separação e classificação dos materiais. Para se evitar a proliferação de mosquitos causadores de doenças e a contaminação do solo com possíveis substâncias nocivas ao meio ambiente, eles procuram manter todo o espaço limpo, e os materiais protegidos e cobertos com lonas para que caso venham a pegar chuva não acumulem água e/ou venham a contaminar essa água que vai chegar ao solo posteriormente.

Segundo o presidente da associação, que está presente desde o início da sua formação, o primeiro fator que fez com que alguns catadores saíssem da iniciativa foi o fato de que todos os associados, segundo o estatuto interno, precisam cumprir horas de trabalho semanais, no entanto alguns associados não concordavam e não cumpriam essa regra; o segundo fator foi que os catadores estavam acostumados a vender seu material coletado para atravessadores e o retorno financeiro era imediato e de forma individual, enquanto que na associação a retirada é feita semanalmente e dividida entre eles de forma igual.

O terceiro fator, e que segundo o próprio presidente da associação foi o que mais gerou consequências negativas para o empreendimento e seus associados, foi o fato de que até o ano de 2012 eles contavam com o apoio do então prefeito, que implantou a coleta seletiva no município e realizou ações de educação ambiental nas escolas e com a comunidade externa; o que de certa forma, segundo o presidente da ACOMAREM, gerou mudanças positivas na população, a qual passou a separar mais o material reciclável, o que consequentemente gerou o aumento do trabalho e da renda dos associados. Com a troca de mandato, o atual prefeito parou com a coleta seletiva e com as ações antes realizadas no município, o que para o presidente da associação foi a causa da diminuição da quantidade coletada de material reciclável pelos trabalhadores, o que gerou diretamente a diminuição da receita obtida no empreendimento.

O presidente e os associados consideram que a qualidade de vida deles melhorou, pois agora eles trabalham e investem o pouco que tem no que é deles, com autonomia e igualdade de decisões, além de gostarem do trabalho que realizam.

FIGURA 6: ASSOCIADA REALIZANDO A TRIAGEM DO MATERIAL RECICLÁVEL NA SEDE DA ACOMAREM



Fonte: a autora.

FIGURA 7: MESA COM RODINHAS DESENVOLVIDA PELOS ASSOCIADOS DA ACOMAREM PARA AUXILIAR NO TRANSPORTE DO MATERIAL PARA DENTRO DA PRENSA



Fonte: a autora.

Associação dos Artesãos de Morretes - ARTEM

A Associação dos Artesãos de Morretes foi formada em 1989, a partir da iniciativa dos próprios artesãos, tornando-se a primeira associação desta classe a ser criada no município. Atualmente ela conta com 15 associados, sendo treze mulheres e dois homens, e a eleição para a diretoria acontece a cada dois anos.

Para a maioria dos associados, a retirada obtida na iniciativa é fonte complementar de renda, pois a maioria trabalha a maior parte do tempo no meio rural. O artesanato é produzido individualmente, e a renda também é obtida de forma individual conforme são produzidos e vendidos os produtos de cada artesão; e 10% do valor obtido com as vendas desses artesanatos é recolhido para pagar as despesas fixas da ARTEM, como conta de água, luz, limpeza, entre outras.

O empreendimento recebeu auxílio externo da empresa privada ALL que doou para ARTEM o espaço onde está locada a sede da iniciativa e que também

funciona como um espaço de comercialização dos artesanatos produzidos pelas associadas.

São vários os tipos de artesanatos produzidos pelos associados, mas a maioria utiliza como matéria prima diferentes fibras naturais extraídas localmente e tecidos adquiridos no comércio local e regional. Segundo a entrevistada, a produção dos artesanatos quase não gera resíduos, pois evitam sempre o desperdício; quando há sobra de tecido, eles encaminham para outros artesãos utilizarem, e os pedaços de fibra que não dá mais para utilizar é descartado no lixo comum.

FIGURA 8: LOJA DA ARTEM LOCADA NA PRÓPRIA SEDE A ASSOCIAÇÃO



Fonte: a autora.

A principal dificuldade encontrada pelas associadas é manter a associação sem apoio e auxílio dos órgãos públicos, pois elas sentem que o artesanato está cada vez mais desvalorizado e a comercialização está cada vez mais difícil, o que tem desanimado e afastado os artesãos segundo a presidente da ARTEM.

Segundo a atual presidente da ARTEM, a principal conquista obtida por elas foi a sede da associação, pois assim conseguiram montar a loja, o que possibilitou

maior visibilidade e venda do artesanato produzido por elas, e trouxe como consequência a melhoria na qualidade de vida.

5.1.4 Município de Guaraqueçaba

Em Guaraqueçaba, está cadastrado no CADSOL um total de dez empreendimentos econômicos solidários. Desses, cinco são associações, três são cooperativas e dois são grupos informais (QUADRO 10).

QUADRO 8 - CARACTERIZAÇÃO DOS EES SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE MORRETES PRESENTES NO CADSOL

NOME DO EMPREENDIMENTO	FORMA DE ORGANIZAÇÃO	ÁREA	CATEGORIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA	RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA
Assoc. dos Pequenos Produtores de Potingá e Rio do Cedro	Associação	Rural	Produção	Agrícola
Assoc. de Pequenos Produtores de Rio Verde	Associação	Rural	Produção	Agrícola
Assoc. de Produtores e Criadores Orgânicos de Tagaçaba	Associação	Rural	Produção	Agrícola
Berço dos Golfinhos	Associação	Urbano/Rural	Produção	Artesanato
Centro de Comercialização da Agricultura Familiar	Grupo Informal	Rural	Comercialização	Agrícola
Coop. dos Artesãos de Guaraqueçaba	Cooperativa	Urbano/Rural	Produção	Artesanato
Coop. de Ecoturismo de Guaraqueçaba	Cooperativa	Urbano/Rural	Prestação de Serviços	Prestação de Serviços
Farinheira do Açungi	Associação	Rural	Produção	Agrícola
Grupo de Tecelagem	Cooperativa	Urbano/Rural	Produção	Artesanato
Grupo de Tecelagem e Tapeçaria	Grupo Informal	Urbano/Rural	Produção	Artesanato

FONTE: CADSOL (2015). Elaborado pelo autor.

Dos dez EES cadastrados nesse município 80% são de atividades produtivas, sendo a maioria delas do ramo agrícola ou de artesanato (QUADRO 10).

Em Guaraqueçaba a iniciativa estudada foi a Cooperativa dos Artesãos de Guaraqueçaba.

Cooperativa dos Artesãos de Guaraqueçaba

Cooperativa dos Artesãos de Guaraqueçaba foi fundada em 2005, a partir de uma demanda da comunidade e contou com o apoio da PROVOPAR juntamente com o Governo do Estado, inicialmente estavam em quarenta cooperados, e atualmente são trinta artesãos, entre homens e mulheres.

Os artesãos produzem diversos tipos de artesanatos, entre eles tapeçaria, biojóias, artigos em cerâmica, utensílios para casas e papel. A matéria prima utilizada é diversa, como fibra de bananeira e açucena, conchas, casca de ostra, barro, madeira, além de reutilizar materiais como garrafas PET e caixas de ovos. Do que é descartado das fibras de açucena e bananeira é produzido um tipo de papel, na própria cooperativa.

A sede da cooperativa funciona também como uma loja onde os artesanatos que são produzidos pelo grupo e por outros artesãos não cooperado ficam expostos para comercialização. A renda é obtida através da venda do artesanato, e é dividida conforme a produção de cada um, sendo arrecadados dos cooperados 10% do valor da venda e 20% do valor da venda dos produtos dos artesãos não cooperados; essa quantia arrecadada vai para o fundo da cooperativa para que as despesas geradas possam ser pagas.

A retirada obtida através da cooperativa é renda complementar da maioria dos cooperados, pois atualmente não estão ocorrendo muitas vendas. Como forma complementar a renda obtida através da cooperativa, são realizados bazares onde roupas usadas são vendidas a preços convidativos

A sede da cooperativa e os equipamentos foram todos cedidos pela Provopar, com usufruto em nome da cooperativa; ficando a cargo dos associados à manutenção do espaço, o pagamento de água e luz, e a matéria prima utilizada na produção do artesanato.

Para ela, falta apoio da prefeitura e comprometimento dos próprios cooperados, pois a maioria deles não cumpre com o cronograma estabelecido de horário para o funcionamento da loja, o que dificulta as vendas.

De acordo com a entrevistada, as pessoas são muito imediatistas, querem ver o retorno financeiro rápido, e como isso nem sempre acontece elas acabam desanimando e saindo da cooperativa.

E apesar das dificuldades, a entrevistada acredita que uma das grandes conquistas que faz com que eles continuem lutando pela cooperativa é o fato de que através do artesanato eles podem mostrar a cultura deles para os turistas.

FIGURA 9: SEDE DA COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE GUARAQUEÇABA.



Fonte: a autora.

5.1.5 Município de Guaratuba

No município de Guaratuba foram analisados os três empreendimentos econômicos solidários presentes no CADSOL. Dentre eles estão duas associações e um grupo informal, que são respectivamente a Associação Guaratubana de

Maricultores, a Associação de Catadores de Material Reciclável Pôr do Sol e a Horta Comunitária do Centro.

QUADRO 9 - CARACTERIZAÇÃO DOS EES SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA PRESENTES NO CADSOL

NOME DO EMPREENDIMENTO	FORMA DE ORGANIZAÇÃO	ÁREA	CATEGORIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA	RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA
Assoc. dos Coletores de Material Reciclável de Guaratuba	Associação	Urbano	Comercialização	Reciclagem
Assoc. Guaratubana de Maricultores	Associação	Urbano/Rural	Produção	Pesca Artesanal
Horta Centro Comunitário	Grupo Informal	Urbano/Rural	Produção	Agrícola

FONTE: CADSOL (2015). Elaborado pelo autor.

Associação Guaratubana de Maricultores - AGUAMAR

A Associação Guaratubana de Maricultores foi fundada em 2004, com os objetivos principais de representar os associados em suas reivindicações junto ao poder público, aumentando assim a representatividade do grupo; e de buscar o ordenamento e o fomento da maricultura. Segundo o presidente da associação, a iniciativa conta atualmente com 12 associados, cada um responsável por uma determinada área de cultivo, que são de propriedade da AGUAMAR e requeridas individualmente.

As principais fontes de renda dos associados vêm do cultivo e extração de ostra, e do turismo ecológico; sendo a renda obtida de forma individual, ficando cada um responsável pela produção e venda do seu produto, que geralmente é feita direto para o consumidor final ou para o comércio local.

A associação conta com o apoio externo de diversas instituições, dentre elas: a EMATER e a EBRADES; que ajudam principalmente em questões ambientais, burocráticas e de capacitação; o GIA - UFPR, que realiza e acompanha atividades de manejo de produção e faz análises microbiológicas de qualidade da carne da ostra, proporcionando aos associados o laudo técnico e o certificado de

qualidade das ostras produzidas em seus cultivos; além de parcerias em estudos e projetos desenvolvidos pelo CEM-UFPR e PUC.

De acordo com o entrevistado o cuidado com o meio ambiente é valor fundamental para a AGUAMAR. Os associados entendem que cuidar do meio ambiente é uma questão de dever, pois é da natureza que eles retiram seu sustento; por isso, realizam algumas ações que buscam minimizar os impactos negativos ao meio ambiente gerados pela ação antrópica.

Uma das grandes conquistas da associação foi à regularização das áreas de cultivo, o que possibilitou mais liberdade e autonomia de trabalho; além da melhoria na renda e da obtenção de novos conhecimentos, o que segundo o entrevistado trouxe melhoria na qualidade de vida dos associados e de seus respectivos familiares.

Associação de Catadores de Material Reciclável Pôr do Sol

A Associação de Catadores de Material Reciclável Pôr do Sol foi criada a partir da iniciativa de alguns catadores junto à Secretaria do Meio Ambiente de Guaratuba, e tinham como principais objetivos a geração de emprego e renda, e a busca por melhores condições de trabalho. Atualmente a associação é formada por 24 associados, sendo oito homens e dezesseis mulheres.

A retirada mensal feita na associação é a principal fonte de renda dos associados, adquirida através da comercialização do óleo de cozinha, vendido para uma indústria em Curitiba, que reutiliza esse óleo para a produção de biodiesel, graxa e peças para automóveis; e do material reciclável coletado e triado, vendido para uma empresa do próprio município.

O dinheiro arrecadado com a comercialização desses materiais é dividido por igual pelos associados. Do faturamento total é feita uma retirada de 10% para o fundo da associação que é utilizado na manutenção de maquinários e na compra de alimentos para as refeições feitas pelos associados durante o período de trabalho (FIGURA 10).

A iniciativa conta com apoio externo da prefeitura de Guaratuba, que cedeu o espaço, todo o maquinário, dois caminhões, fornece cestas básicas mensais e

auxílio médico aos associados, além de dispor de uma técnica ex-catadora que auxilia na gestão do empreendimento (FIGURA 11).

A demanda por material reciclável coletado acontece de forma sazonal. Durante o período de temporada, devido ao grande número de turistas que chegam ao município, ocorre o aumento de material reciclável disponível e coletado, aumentando assim a renda dos associados; e durante o período de baixa temporada, a demanda de material é baixa, muitas vezes tornando a renda insuficiente. Devido a isso, os associados desenvolveram, em 2012, um projeto chamado Esquadrão da Limpeza Cidadã e contaram com a parceria da Secretaria municipal do Meio Ambiente e da Secretaria do Bem Estar Social.

O Esquadrão da Limpeza Cidadã teve como objetivo a inserção dos catadores associados no mercado de trabalho e a geração de uma fonte alternativa de renda para esses trabalhadores. A equipe formada por associados é contratada pelos eventos para realizar o recolhimento e dar o encaminhamento necessário para os resíduos sólidos, podendo ficar com todo o material reciclável coletado durante o evento; com isso, além de suprirem a necessidade do município por mão de obra especializada nessa área e receberem pelo trabalho realizado, eles ganham também com a comercialização do material reciclável coletado. Somando-se a isso, o grupo realiza ações de orientação e conscientização ambiental com a população guaratubana.

A presidente considera que a qualidade de vida dos associados melhorou, pois apesar de muitas vezes ganharem menos do que quando estavam como catadores de rua, agora eles trabalham no que é deles, unidos e sem correr riscos de saúde e falta de segurança que eles tinham nas ruas.

Segundo ela, a maior conquista da associação está relacionada com a capacitação e alfabetização dos associados. Além do apoio dos órgãos públicos, a associação conseguiu uma parceria com o Rotary Club de Guaratuba, que há algum tempo vem realizando o trabalho de alfabetização dos associados.

A maior dificuldade encontrada até hoje é referente à parte burocrática, pois eles precisam de muitos documentos e autorizações que necessitam ser renovados

com frequência ou correm o risco de receberem multa ou até de desativarem a cooperativa.

FIGURA 10: SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAL REICLÁVEL PÔR DO SOL.



Fonte: a autora.

FIGURA 11: BARRACÃO DA ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAL RECICLÁVEL PÔR DO SOL ONDE SE ENCONTRAM OS MAQUINÁRIOS UTILIZADOS NA TRIAGEM E PREPARAÇÃO DO MATERIAL PARA VENDA.



Fonte: a autora.

Horta Comunitária do centro

O grupo informal Horta Comunitária do centro foi criado em 2004 e faz parte do Programa Horta Comunitária desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Guaratuba através da Secretaria Municipal do Bem Estar Social. Essa iniciativa busca promover a inclusão social e produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade social, buscando combater a fome e garantir o direito à boa alimentação através da participação no cultivo e colheita de hortaliças, frutas e verduras em um espaço comunitário; além disso, oferece oficinas e atividades visando à educação alimentar, às técnicas de produção orgânica e à geração de renda.

Inicialmente o projeto contava com a possibilidade de participação de vinte e quatro famílias, e atualmente é possível a inscrição de um total de trinta famílias, sendo que dessas vagas vinte e três já estão preenchidas. O cadastro e a seleção das famílias aptas a participar do programa são realizados no CRAS do município,

ficando sujeitas ao desligamento aquelas que não cumprirem com as normas do projeto.

O espaço onde se encontra a Horta Comunitária do centro foi cedido pelo Estado do Paraná, ficando a cargo do município de Guaratuba todo o material utilizado na produção, as despesas com água e luz, a capacitação das famílias, além da doação mensal de sexta básica para as famílias atuantes.

O grupo realiza os trabalhos sempre buscando respeitar princípios ambiental e socialmente justos, trabalhando somente com produção orgânica, reaproveitando os resíduos orgânicos através de compostagem, e separando o material reciclável que acaba sendo coletado pelas famílias de catadores que fazem parte do programa. O trabalho é realizado de forma comunitária, sendo que um membro de cada família tem o compromisso de ajudar na horta pelo menos 4 vezes ao mês, recebendo orientações sobre a produção e cultivo. A divisão da produção é feita por igual entre os que estão trabalhando de forma regular, podendo cada um dar o destino que quiserem para o que foi obtido na horta.

5.1.6 Município de Paranaguá

QUADRO 10 - CARACTERIZAÇÃO DOS EES SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ PRESENTES NO CADSOL

NOME DO EMPREENDIMENTO	FORMA DE ORGANIZAÇÃO	ÁREA	CATEGORIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA	RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA
Arte Manas	Grupo Informal	Urbano	Produção	Artesanato
Artesanato da FUNCUR	Grupo Informal	Urbano	Produção	Artesanato
Assoc. de Materiais Recicláveis de Vila Santa Maria	Associação	Urbano	Comercialização	Reciclagem
Assoc. de Nativos da Ilha do Mel de Praia Grande a Ponta Oeste	Associação	Rural	Prestação de Serviços	Prestação de Serviços
Coop. de Carrinheiros da Ilha de Valadares	Cooperativa	Urbano/Rural	Comercialização	Reciclagem
Cozinha Francisca	Grupo Informal	Rural	Produção	Alimentos
Rio das Pedras	Grupo Informal	Urbano	Produção	Artesanato
MS Acessórios	Grupo Informal	Urbano	Produção	Artesanato

FONTE: CADSOL (2015). Elaborado pelo autor.

Em Paranaguá, foram realizadas entrevistas com duas iniciativas, uma com a Cooperativa de Carrinheiros da Ilha de Valadares, onde participaram da entrevista a presidente e outros associados, e com o grupo informal Rio das Pedras, onde a entrevistada foi a presidente da iniciativa.

Cooperativa de Carrinheiros da Ilha de Valadares

A Associação de Coletores e Recicladores Nova Esperança teve início em 2005, a partir da iniciativa de um grupo de coletores de materiais recicláveis que com o fechamento do lixão foram morar e trabalhar nas ruas de Paranaguá como carrinheiros, e buscavam com a abertura do empreendimento melhores condições de trabalho e renda. Inicialmente contavam com 30 associados e atualmente com apenas 5, sendo quatro mulheres e um homem.

O valor obtido através do trabalho na associação é considerado fonte principal de renda dos associados. Essa retirada é realizada mensalmente, e é obtida através da divisão por igual entre os trabalhadores da receita adquirida por meio das vendas do material reciclável e do óleo de cozinha; e 10% da retirada de cada um são arrecadados para a conta da associação, cujo dinheiro é usado na manutenção de equipamentos, no pagamento de diárias quando necessitam de mais trabalhadores para ajudar em alguma tarefa, e em despesas do dia-a-dia.

A associação conta com o apoio externo da Provopar, que em comodato disponibiliza todo o maquinário necessário para a realização do trabalho e o espaço onde se encontra a sede da associação hoje; e conseguiram com que ficasse a cargo da prefeitura o pagamento pela água e luz utilizadas pela associação (FIGURA 12).

Essa evasão de associados se dá, segundo os associados, porque até há poucos anos atrás eles tinham bastante trabalho e conseqüentemente a renda dividida entre eles era boa, pois contavam com apoio da prefeitura para a coleta de material; com a mudança do prefeito, alguns problemas passaram a acontecer, além de o atual prefeito não realizar ações públicas para conscientizar a população da importância de separar o lixo comum do reciclável e de não manter parcerias antes

firmadas, o caminhão utilizado para a coleta de material foi cedido pela prefeitura para que a associação pudesse usar apenas uma vez na semana.

Antes, segundo os associados, todos os dias chegavam material reciclável na associação, hoje eles coletam o material apenas em algumas empresas locais uma vez na semana, o que reduziu muito o trabalho e a renda. Segundo eles, a maior dificuldade encontrada é essa, pois o material não chega até eles.

FIGURA 12: BARRACÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS COLETORES E RECICLADORES NOVA ESPERANÇA.



Fonte: a autora.

A maior conquista para eles é poder contar com o caminhão para a coleta de material, mesmo sendo uma vez na semana apenas.

Atualmente, para incrementar a renda, a associação compra material reciclável de um projeto desenvolvido por uma empresa ambiental, que faz a coleta desses materiais nas ilhas e em algumas comunidades locais onde o acesso é apenas de barco em troca de alimentos. Além disso, bazares abertos a comunidade são realizados, onde roupas adquiridas através de doações são vendidas a preços baixos.

Os associados acreditam que a qualidade de vida melhorou depois que passaram a fazer parte da associação, pois além da melhoria na renda e da mudança de vida, eles receberam algumas vezes cursos e palestras oferecidos por diferentes empresas e pelo projeto Cata Forte, o que trouxe novos conhecimentos para a vida deles.

Rio das Pedras

O grupo informal Rio das Pedras foi formado em 2008, a partir da ideia de algumas mulheres que moravam no bairro Rio das Pedras que tinham como principais objetivos a geração de emprego e renda complementar para as mulheres da comunidade, e o fortalecimento do artesanato local, principalmente os com fibras naturais.

O grupo iniciou com doze mulheres e conta atualmente com apenas quatro artesãs cuja renda principal é obtida através da associação.

A principal matéria-prima utilizada pelo grupo Rio das Pedras são as fibras naturais de Taboa, Bananeira, e Cipó, mas também se apropriam de outros recursos naturais como conchas, galhos e pedaços de troncos que encontram caídos, além de madeiras que possam ser reutilizadas. Todos esses recursos são extraídos e adquiridos localmente, mas sempre com a preocupação de gerar o menor impacto possível ao meio ambiente.

Passados alguns anos elas conseguiram apoio externo da FUNCUL, que cedeu um espaço para o grupo no Mercado do Artesanato no centro de Paranaguá, onde permanecem até hoje. Segue relato da presidente do grupo:

Segundo a atual presidente, a formação do grupo possibilitou que elas conseguissem apoio de diversas iniciativas públicas e privadas, o que veio contribuir para a continuidade do Grupo Rio das Pedras.

Segundo a atual presidente essa evasão de associadas se deu principalmente pela falta de cultura associativista e pelo desejo imediatista do retorno financeiro, o que na maioria das vezes não era possível. De acordo com ela, o retorno financeiro não é o principal fator que contribui para a permanência dessas quatro artesãs no grupo, pois apesar do artesanato ser a principal fonte de renda delas, o fator psicológico de se sentirem úteis e de estarem em constante movimento e aprendizagem é o fator mais relevante, é o que faz com que elas superem todas as dificuldades que encontram.

5.1.7 Município de Pontal do Paraná

No município de Pontal do Paraná foi analisado o único empreendimento econômico solidário registrado no CADSOL, a Associação de Mulheres Florescer. Caracterizada por uma associação formada por mulheres e que têm como principal atividade econômica a produção de artesanato (QUADRO 13).

QUADRO 11 - CARACTERIZAÇÃO DOS EES SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ PRESENTES NO CADSOL

NOME DO EMPREENDIMENTO	FORMA DE ORGANIZAÇÃO	ÁREA	CATEGORIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA	RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA
Associação de Mulheres Florescer	Associação	Urbana	Produção	Artesanato

FONTE: CADSOL (2015). Elaborado pelo autor.

Associação de Mulheres Florescer

A Associação de Mulheres Florescer foi formalizada no ano de 2007 com dois objetivos principais que são: a geração de emprego e renda, e a prestação de serviços sociais à comunidade. Contava inicialmente com oito associadas, e hoje atinge um total de vinte e uma associadas, todas as mulheres.

Essa associação tem como principal atividade a produção de artesanato destinado a venda, e a receita obtida da comercialização desses produtos é considerada a principal fonte de renda das artesãs associadas. Todo artesanato produzido na sede da associação é registrado pelas artesãs e, quando são vendidos, 10% do valor total da venda são arrecadados para a associação. Essa quantia em reais que entra na conta da Associação das Mulheres Florescer é usada para comprar materiais necessários para a produção do artesanato, na capacitação das associadas, na promoção de eventos para a comunidade, entre outros.

Atualmente, a associação conta com apoio externa da igreja Quadrangular, que disponibiliza um espaço para a sede da associação; e também conta com o apoio do SESC e da Pastoral da Criança para a realização das ações sociais desenvolvidas por elas no município.

O artesanato é produzido com matérias-primas extraídas localmente, como o cipó, fibras de bananeiras e, conchas; e como tecidos e garrafas pet obtidas através de doações; o que não é adquirido dessas formas é comprado no comércio local.

A produção e a extração da matéria-prima são realizadas coletivamente, enquanto a venda fica por conta de cada artesã, que procura vender em feiras regionais, no comércio local, na própria igreja e bairro onde mora direto ao consumidor.

As maiores dificuldades encontradas por elas são a falta de uma sede própria e o fato de que durante a época de temporada, entre os meses de dezembro e fevereiro, as associadas saem para trabalhar em outros lugares e deixam de produzir na associação.

As maiores conquistas até agora foram o apoio do SESC e o fato de elas poderem ajudar as famílias carentes que buscam a ajuda e apoio dado pela associação.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

5.2.1 Dimensão socioeconômica

Nesta dimensão, buscou-se trabalhar questões de cunho econômico, social e estrutural dos EES estudados, de modo que nos dessem suporte para analisar às possíveis contribuições desses empreendimentos para o ecodesenvolvimento, considerando as dimensões de sustentabilidade social e econômica postuladas por Sachs (2000).

Por considerar “o homem o recurso mais precioso, o ecodesenvolvimento deverá, antes de tudo, contribuir para sua realização”, de maneira a proporcionar emprego digno, segurança, qualidade das relações humanas e respeito à diversidade das culturas, visando implantar um ecossistema social considerado satisfatório (SACHS, 2007, p.62).

Dentre as dimensões do ecodesenvolvimento, a da sustentabilidade social, que entende que “o desenvolvimento integral de cada homem e de todos os homens só poderá ser generalizado por meio da construção de uma *civilização do “ser”, na partilha equilibrada do ter*” (SACHS, 2007, p.265), foi analisada e identificada neste contexto.

De acordo com os dados levantados, observou-se que apesar da maioria dos EES do litoral paranaense estudados ter sido formado com o objetivo principal de gerar emprego e renda para a população, o fator monetário não é o único fator que aparece de forma expressiva quando a questão se refere às relações de trabalho e melhorias na qualidade de vida dos associados adquiridas por meio do empreendimento; outros fatores como autonomia para as tomadas de decisões, questões relacionadas à saúde e bem-estar do trabalhador, bem como o fator autoestima apareceram com frequência nas falas dos entrevistados. Essas relações podem ser percebidas por meio de algumas falas, como as transcritas a seguir:

“Melhorou por quê? Porque antes não tinha outra renda né, a maioria aqui antes era catador de rua, se me fizer uma pergunta: Ganha mais na associação ou ganha mais na rua? Ganha mais na rua, eu sou sincera em dizer. Porque que ganha mais na rua? Porque lá tem material diferenciado né, só que tem mais risco na rua, você pode sofrer um acidente, um câncer

de pele, você pode o cachorro morder, tem várias coisas que podem acontecer na rua.” (A3-Membro Associado)

“Com certeza houve melhoria, porque primeiro que se teve a liberdade pra trabalhar, porque foram regularizadas as áreas. Hoje no Brasil nós somos uma das poucas associação que temos área regularizada pra trabalhar, então isso já foi bom, isso quer dizer que você tem maior autonomia pra trabalhar, e lógico que sua renda vai ser melhor, né? E também, a PUC fez vários cursos, o GIA fez vários cursos, de manipulação de alimento que mudou situações não só na questão do cultivo, mas em situação dentro da casa do produtor que não tinha conhecimento de higiene, de saúde. Isso aconteceu com a associação, a associação presta esse favor, esse favor não, essa obrigação, né?” (A4-Presidente)

“Quando nois começemo não tem nem comparação, nois ganhava sete, oito reais por dia no carrinho, então não tem comparação, trabalhar na chuva, puxando carrinho no areial, nois gemia puxando tudo esses carrinho ai, nois pegava comprava comidinha com esse dinheirinho e ia ganhar outro, então não tem nem comparação, hoje nós têm o barracão, trabalha sem tá na chuva, então foi melhoria...quando nos começamo aqui, nois trabalhamo um mês sem receber nada, misericórdia, nois não sabia trabalhar, nois sabia trabalhar com o carrinho, nois fizemo tudo errado, então nois foi aprendendo (...)” (A5-Associada)

“A qualidade de vida melhora, porque conforme você vai vendendo mais, você dá uma qualidade de vida melhor pra sua família, tudo vai da venda, e com a loja é melhor né (...)” (A2-Presidente)

“O fato de não ser mandado já é loco de bom, aqui se trabalha e sabe que está trabalhando pra você né, agora quando você é empregado quanto mais você trabalha, mais o patrão fica rico e menos você é reconhecido (...)” (A1-Presidente)

“E não trabalhar domingo, e feriado, e tudo (...) então, aqui nós também trabalha, mas nós vemos nosso lado aqui, nós vê: vamo adiantar aqui pra sábado nós não trabalhar (...) eu acho assim que melhorou, agora nós trabalha junto, mas assim, é tudo na rédia né” (A1-Membro associado)

Diante disso, é possível perceber que no dia a dia das pessoas envolvidas nesses empreendimentos existe uma dinâmica onde a *civilização do “ser”* é encontrada na medida em que outras questões como saúde, autonomia nos processos decisórios dentro do ambiente de trabalho, posse dos meios de produção, educação, entre outros fatores não monetários aparecem como sendo fundamentais para a melhoria na qualidade de vida desses associados; e a equidade na divisão da renda e igualdade de direitos dentro dos EES demonstram uma *partilha equilibrada do “ter”*. Isso demonstra que as pessoas inseridas nas dinâmicas desses empreendimentos, possuem uma valoração das relações

socioeconômicas inversas às do sistema capitalista, o qual dissemina uma cultura onde a acumulação do capital e a exploração da força de trabalho visando o lucro se encontram em primeiro plano, enquanto que a dimensão social do “ser” é deixada em segundo plano.

Ao encontro disso, Tiriba (2006) acredita que as atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares, em especial a economia solidária, servem para garantir a reprodução ampliada da vida; são espaços onde a maior riqueza é a “riqueza” de cada indivíduo e a satisfação das necessidades humanas fundamentais, o que se opõem à lógica do capital de exploração do trabalho como mercadoria e à promoção da concentração de renda, geradora de desigualdades.

Somando-se a isso, Sachs (2007, p.271) acredita ser necessário fornecer às populações carentes e, particularmente, aos grupos discriminados e marginalizados (mulheres, minorias culturais, etc.) instrumentos que lhes permitam reivindicar melhor os seus direitos, tornando-os conscientes de seus direitos e deveres.

Ao encontro dessa necessidade apresentada por Sachs (2007), foi possível observar através dos dados coletados, que existe um predomínio de mulheres associadas nos EES do litoral do Paraná estudados, independentemente do tipo de organização, chegando a atingir quase 70% do total de pessoas envolvidas nesses empreendimentos. Esse fato pode ser resultado da maior dificuldade de acesso da mulher ao mercado de trabalho formal. Apesar disso, pode-se entendê-los também como um espaço de busca de valorização do trabalho da mulher e de sua autoestima.

Pode-se depreender que mais importante que a magnitude numérica entre homens e mulheres, é entender que esses empreendimentos econômicos solidários contribuem para amenizar ou superar a desigualdade de gênero nas relações de trabalho. Foi possível observar nesses empreendimentos, que não se coloca como estratégia a questão de gênero na divisão do trabalho, como acontece nas empresas tradicionais em vários aspectos, dentre eles: menor remuneração às mulheres como forma de diminuir custos, atividades relacionadas ao atendimento

de pessoas ou aquelas entendidas como tipicamente de mulheres, como limpeza em geral, bem como menor representatividade em cargos de diretorias/chefias (CULTI, 2004).

Nos EES há por princípio a igualdade de direitos e deveres, e também na distribuição dos ganhos do trabalho, não havendo a distinção de gênero; na distribuição das atividades não se discrimina a mulher, e na organização dos cargos/função também não se privilegia o associado homem. Além disso, também diminui a distância entre trabalho manual e intelectual pela gestão democrática e trabalho coletivo, o que proporciona maior liberdade para as mulheres expressarem suas idéias e opiniões, já que prevalece a igualdade de direitos (CULTI, 2004).

“A cooperativa ajudou bastante mulheres que tinham problema com bebida, que era agredida em casa pelo marido, então ela deu bastante apoio para essas mulheres” (C1-Cooperada)

“Nós tivemos aqui três que voltaram a estudar, tinha uma que era profissional do sexo e voltou a estudar (...) e depois que ela entrou na cooperativa até a rejeição com as próprias meninas mudou, ai ela voltou a estudar, tirou Técnico Portuário e conseguiu ir trabalhar em Paranaguá (...) a gente trabalha com a autoestima e mostra que elas são capazes (...) tinha uma que mal sabia assinar o nome” (C1-Presidente)

“Aqui a conquista é mostrar o nosso trabalho, né? O que somos capazes de fazer, por exemplo, vem o turista aqui né, então mostrar nossa cultura, cada lugar tem a sua cultura, e eles acham lindo, sabe? Uma vez nós fomos pra Matinhos, sabe? (...) E nós levamos o nosso trabalho, nossa, todo mundo ficou encantado, puxa, então é isso” (C2 - Presidente)

Esse fato é relevante, pois demonstra que os EES presentes nessa região podem ser considerados instrumentos que permitem o acesso de grupos discriminados, no caso em análise o das mulheres, aos seus direitos e deveres; além de trabalhar questões como autoestima e a aceitação perante outras mulheres e a comunidade. Neste caso, os EES apresentam-se como sendo mais que apenas um local onde ocorre a geração de emprego e renda, mas também um local de trabalho que promove a saúde mental e o bem-estar das pessoas envolvidas.

Um fator importante e que também vêm contribuir para a promoção do ecodesenvolvimento, é o estímulo à criatividade humana encontrado na maioria dos EES analisados. Pois, ao contrário do que encontramos no atual modelo de

desenvolvimento econômico hegemônico, onde ocorre a divisão do trabalho manual e intelectual de forma intensificada e altamente segmentada, tornando o trabalho algo mecanizado e alienante, os EES possibilitam aos seus trabalhadores o exercício de atividades que lhe dão prazer, em um espaço onde as pessoas têm maior autonomia de decisão sobre que atividades desejam realizar e como realizá-las; além de não haver, na maioria dos casos, as divisões do trabalho encontradas nas empresas capitalistas.

“Já pensou eu dentro de casa sem fazer nada? Olha, eu não consigo pensar nisso, porque eu olho pra uma madeira, eu vejo um pauzinho eu vou inventar alguma coisa(...) eu aprendi fazer canoa, eu estou aprendendo a fazer rabeça, sabe eu não consigo parar(...) então eu fico inventando as coisas, eu não saberia viver sem isso aqui, sem o artesanato(...) sabe, vai fluindo, o que que vai ser da minha cabeça se eu parar? Porque é assim, você criar, você só tem motivação se tiver pra quem mostrar e onde apresentar, não é o fato de vender “ai se eu não vender não vou criar” sabe? Não é isso, é o criar pelo prazer e pelo amor de fazer o que vem na sua cabeça e você tem que pôr em prática e ter um espaço pra colocar e as pessoas verem, sem se preocupar se eu vou vender hoje ou vou vender amanhã, entendeu?” (G3-Presidente)

“Nós trabalha com lixo, mas nós ama o que faz. Faz anos que eu trabalho com isso, antes eu trabalhava em casa com reciclável, agora eu tô aqui, então nós pega carinho pelo que faz. Eu não tenho vontade de fazer outra coisa, trabalhar em outra coisa” (A1 – Associada)

Outra característica importante do ecodesenvolvimento, e que foi observada em alguns dos empreendimentos analisados, é o esforço dos indivíduos envolvidos nesses EES em valorizar e utilizar recursos de cada ecorregião para a satisfação de suas necessidades imediatas bem como das necessidades de longo prazo, sendo a própria comunidade capaz de identificar de maneira realista e autônoma essas necessidades e como supri-las; evitando-se assim, que soluções pretensamente universais sejam impostas pelo atual modelo de desenvolvimento capitalista.

Dessa forma, os EES mostram-se capazes de reagir “contra as transferências passivas e o espírito de imitação”, enaltecendo a autoconfiança dos atores envolvidos, e promovendo a autonomia (*self-reliance*) das populações envolvidas nesse processo de desenvolvimento (SACHS, 2007, p.64). Acabando por “privilegiar as potencialidades locais e objetivar o fortalecimento das regiões

com suas próprias forças endógenas”, considerado por Pellin (2013, p.6) outro ponto importante ao se considerar o ecodesenvolvimento.

“Aqui nós tivemos essa grande conquista que foi o aprimoramento de curtir a pele do peixe marinho (...) ai eu falei: “mas pera ai, se nos tamo atrás da tal sustentabilidade, por que joga fora a pele do peixe? Olha que troço maravilhoso esse ai, então pera lá, vamos dar um jeito (...) quem sabe da certo!” (G1-Presidente)

“Aqui, nós desenvolvemo um carrinho para levar o material até a prensa, assim nós não precisa carregar várias vezes a máquina indo e voltando. Nós gasta menos tempo e da menos trabalho (...) já teve gente que quis copiar esse carrinho, porque acho a ideia muito boa.” (A1-Presidente)

Diante do exposto e dos dados levantados, é possível concluir que os EES analisados podem contribuir para ecodesenvolvimento, na medida em que, em função das suas dinâmicas próprias, proporcionam maior autonomia dos trabalhadores sobre os processos de decisão e de produção; permitem que seus trabalhadores identifiquem os problemas existentes e busquem soluções específicas e originais para eles, mesmo que essas soluções sejam inspiradas em outras experiências; além de não centralizar as atenções e atividades apenas para o desenvolvimento econômico, pois promovem a autoestima e a melhora na qualidade de vida dessas pessoas, bem como de seus familiares.

Um dos limites é certa prevalência dos empreendimentos de produção de artesanato e da pouca diversificação as atividades produtivas. Nesse sentido, aponta-se que as atividades de ES se situam, em boa medida, em segmentos pouco valorizados pelo mercado capitalista.

5.2.2 Dimensão ambiental

De acordo com os dados levantados, observou-se que em todos os empreendimentos econômicos solidários analisados existe o cuidado com o meio ambiente. Contudo, é possível notar através das falas dos entrevistados, que a dimensão ambiental é incorporada de diferentes maneiras no dia a dia dos associados e durante a realização das atividades nos EES; fato que nos demonstra

que, apesar de ser a maioria, não são todos os empreendimentos estudados que têm a sustentabilidade ambiental como valor fundamental.

Em alguns casos, nota-se que o conceito de meio ambiente e de sustentabilidade foram incorporados de maneira conscientes que, de certa forma, foram amadurecidos teoricamente. Como consequência disso, algumas atitudes são tomadas por parte dos trabalhadores buscando minimizar alguns impactos negativos provocados pela ação antrópica sobre o meio ambiente. O que pode ser notado através das falas de alguns entrevistados.

“O que é a sustentabilidade? São três pilarezinhos que é a preservação ambiental, pra preservar se tem que educar (...) é a geração de renda e a questão social.” (G1-Presidente)

“Essa ai é uma florzinha de retalhinho, os trapinho, a gente aproveita tudo, e quando a gente ta dando aula a gente ensina pro aluno isso, o aproveitamento.” (G1-Presidente)

“A gente vai pro mato, colhe o cipó, e também a gente colhe o cipó de maneira sustentável como a gente aprendeu, de trinta a quarentam centímetros da planta mãe, porque aquele boleado maltrata, machuca e se a gente bolear vem inteirinho dezessete, vinte metros de cipó, só que não vai ter mais entendeu, então nós cortamo três, quatro, cinco metros de altura, que é a altura do bambu com um ganchinho na ponta pra cortar, dali você espera um ano um ano e pouco já tem dois três fios nascendo dali, então depois você corta dali mesmo pra que ali aumente outra vez...então a gente faz um roteiro lá no sitio, corta um pouco aqui, depois corta lá sabe, até voltar ali de novo já tá no tempo.”(G3-Presidente)

“(...) ai eu fui ver a cacheta, peguei um pedacinho, mas é proibido então já não vou mexer mais, vou procurar uma outra madeira, porque não quero fazer nada errado, acho que não é por ai o negócio, não adianta eu fazer algo errado com uma coisa que me da prazer prejudicando outro lado, se a cacheta tá proibida alguma razão tem, porque foi tão explorada que vai acabar, e eu tenho neto e eu quero que meus netos conheçam a cacheta e se eu começar a cortar não vai ter mais (...)” (G3-Presidente)

“Resto de tecido a gente passa pra uma outra artesã, uma que faz tapete de tirinha, e assim vai indo...evita demais o desperdício, aqui a gente não tem desperdício, é muito difícil, só quando não tem jeito mesmo.” (A2-Presidente)

De acordo com Sachs (2000, p.62), na perspectiva do ecodesenvolvimento

A identificação, a exploração e a gestão dos recursos naturais se fazem numa perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras: a depredação é severamente proscrita e o esgotamento, inevitável, a longo

prazo, de certos recursos não renováveis é mitigado por meio de uma dupla operação, que consiste em evitar o seu desperdício e em utilizar, tanto quanto possível, recursos renováveis, os quais, se adequadamente explorados, jamais deveriam exaurir-se.

Ao encontro disso, foram identificadas nas falas de alguns entrevistados, como por exemplo, nas transcritas a cima, algumas ações que contribuem para o uso mais prudente e sustentável dos recursos naturais, como: a extração de matéria prima local, realizada de maneira sustentável, respeitando e permitindo o tempo de recuperação e crescimento dos organismos em questão; bem como, a preocupação em gerar pouco resíduo e evitar o desperdício, principalmente de materiais que por vezes contenham recursos não renováveis, como é o caso dos derivados de petróleo presentes em alguns tecidos.

Na maioria dos casos, nota-se por meio das falas dos entrevistados, que a dimensão ambiental e de sustentabilidade foram incorporadas no dia a dia dos trabalhadores sem antes terem passado por um processo de amadurecimento e tomada de consciência desses conceitos; mas sim, através de ações e atividades realizadas no cotidiano dessas pessoas de forma natural e habitual, ou ainda como fonte de renda. Com são os casos dos coletores de material reciclável, que realizam essa atividade, muitas vezes, como principal fonte de renda para sua sobrevivência e de sua família; e também dos artesãos, que utilizam matéria prima local, como fibras, sementes, conchas, escamas e pele de peixes, entre outros materiais, para a produção do artesanato, atividade esta que, na maioria das vezes, foi passada por gerações através de experiências acumuladas.

Algumas atividades praticadas nos EES estudados, como a produção do artesanato, citada a cima; bem como às dos pescadores artesanais, vão ao encontro de outro princípio do ecodesenvolvimento: o da sustentabilidade cultural aliada ao meio ambiente, respeitando às singularidades de cada país e ecorregião. Esse princípio entende que:

a diversidade climática e biológica, bem interpretadas, configura um potencial de recursos que podem ser aproveitados pelo desenvolvimento, sem destruir em demasia o capital da natureza, já que o laço entre a diversidade natural e a cultura é a bastante estreito; de fato, não se pode negar que, para uma dada sociedade, uma face importante da própria

cultura diz respeito ao conhecimento que ela acumulou sobre o seu meio natural (SACHS, 2000, p.264).

Diante disso, podemos concluir que os EES analisados, contribuem para o ecodesenvolvimento à medida que valorizam e buscam utilizar os recursos disponíveis em cada região, para a satisfação de suas necessidades; além de, em alguns casos, diminuírem o impacto das ações humanas sobre o meio ambiente por meio de suas atividades produtivas. Aliando, dessa forma, o respeito às culturas e às realizações humanas à natureza, podendo vir a promover um equilíbrio durável entre o homem e a natureza.

5.2.3 Dimensão política

a) Nível interno

Foi possível observar por meio dos dados obtidos que, em todos os EES estudados, as tomadas de decisão são feitas de forma coletiva, por meio do voto; e a organização do trabalho, na maioria das vezes, também é decidida em grupo, dando preferência às atividades que cada indivíduo gosta ou sabe realizar melhor. Isso é fundamental, pois demonstra que nesses empreendimentos as decisões são tomadas de forma horizontal, partindo do princípio de que cada trabalhador possui o mesmo valor de voto; diferente do que é encontrado nas empresas tipicamente capitalistas, onde as tomadas de decisão são realizadas de forma vertical, e de cima para baixa.

De acordo com os dados levantados, existe uma elevada evasão de trabalhadores desses EES e que, segundo a maioria dos entrevistados dos empreendimentos onde esse fato já ocorreu ou ocorrem com maior frequência, isso se dá em virtude do imediatismo dos trabalhadores em querer ver o retorno financeiro, ou ainda, por não se adaptarem às regras estabelecidas nos estatutos e regimento interno dessas iniciativas, principalmente referentes aquelas que os caracterizam com EES.

“Os catador vêm, mas chega aqui e quer receber na hora, igual quando vende pros atravessador. Só que aqui a gente faz a retirada por semana,

e divide por igual, como tá no estatuto, o que eles não aceita. (...) e aqui a gente tem a norma de cumprir hora de trabalho, pra todos trabalhar igual, o que eles também não são acostumado, ai não querem ficar aqui(...)" (A1-Presidente)

"Sabe porque eles saem? Porque eles fazem as coisas e querem vender na hora, e não é assim, cooperativa não é assim, você deixa lá, e pode demorar um mês, dois meses pra vender" (C2-Presidente)

"Os associados trabalham, mas pra cuidar da loja não cumprem, porque tem uma escala e eles não cumprem, fica fechada a loja, podia ta aberta, que nem hoje tem uns trinta só na minha pousada, a loja ta fechada, se tivesse aberta eles podiam ir lá comprar, mas fica fechado, então é isso que acontece, não valorizam(...)" (C2 - Presidente)

Na maioria do EES analisados, os trabalhadores receberem capacitação profissional, administrativa, técnica, entre outras, após se inserirem nos empreendimentos; demonstrando que, apesar de a maioria dessas iniciativas econômicas solidárias não terem sobras suficientes para investir em educação, elas conseguem apoio externo para que isso aconteça. E, é possível notar por meio das falas de alguns entrevistados que o fator educação é considerado a maior conquista que eles obtiveram através do empreendimento econômico solidário.

"As meninas da Aliança Empreendedora, elas foram lá, nos capacitaram, e a economia solidária nas reuniões que a gente foi lá em Curitiba, então abriu bastante espaço, um leque, porque você sozinha não faz nada"(G3-Presidente)

"Outra coisa que nos temo aqui, e eu gostaria até de passar pra você é que eu cheguei aqui em 2012 e a maioria não sabia nem ler nem escrever, hoje não, hoje quase todos sabem ler e escrever, porque a gente conseguiu uma parceria com o Rotary Club, aonde eles dão aula voluntária para eles, então toda quarta feira é o dia que eles vão, então aquele que não sabe ler nem escrever e tem dificuldades vai pra uma escola do Rotary, que na verdade essa escola começou aqui, mas como o espaço era pequeno e os alunos eram muito, não conseguimos ficar aqui (...). Agora eles sabe ler e assinar seu nome, foi a melhor coisa(...) Agora eles assina o nome na hora de votar"

(A3-Presidente)

b) Nível Externo

De acordo com os dados levantados, todos os empreendimentos abrangidos por essa pesquisa já receberam algum tipo de apoio externo do poder público, de universidades, de empresas privadas e/ou da sociedade civil

organizada. E que, a grande maioria ainda recebe apoio do poder público principalmente no que se refere a disponibilidade do espaço onde se estabelece a sede do EES; apoio técnico e científico oferecido pelas universidades; além de receberem cursos de aperfeiçoamento e formação profissional de diferentes instituições privadas.

“É uma parceria com a prefeitura, mas isso aí entra aí onde? Eu sou uma técnica, mas eu sou catador, então eu busco essa parte de parceria entre nós né, então hoje a gente tem uma ponte entre prefeitura e associação né? e antes não, antes tinha um lado seco, o catador chegava até a porta, hoje não, nós reivindicamos o direito que a gente tem né (...)” (A3-Técnica associada)

“Então hoje nós não tá sozinho, porque nós temos o apoio da Universidade Federal que faz o laudo da nossa ostra hoje, que é a grande alavanca nossa é esse laudo, que a gente tem essa parceria com o pessoal do GIA, então o pessoal do GIA faz a análise fitossanitária da nossa ostra, então isso aí pra nós foi uma maravilha, fomentou o turismo (...)” (A4-Presidente)

Apesar desses apoios, muitos deles consideram que falta apoio do poder público, pois muitas vezes os governantes não cumprem de fato com os direitos que esses trabalhadores têm assegurados por Lei, e menos ainda aqueles acordos travados entre poder público e sociedade civil, o que gera um sentimento de abandono e insegurança por parte dos trabalhadores. Ainda nesse sentido, eles se sentem prejudicados, muitas vezes, com as trocas de mandatos de prefeitos e governadores, pois na maioria das vezes não existe uma continuidade dos acordos, projetos e políticas locais conquistadas por eles junto a governos anteriores.

“Estamos bem desamparados, é igual eu falo “estamos descalços” e a gente tá seguindo assim... aqui a gente se agarra fã, porque nossa luta é grande, é que todos que estão aqui hoje na associação têm um amor muito grande pela associação, pelo trabalho e pela associação, isso aqui chegou a ficar só com seis associados, mas nós falamos “vamos agarrar e vamos à luta” (...) às vezes a gente acaba se aborrecendo, mas a gente vai vivendo, uma coisa eu te garanto, nós somos felizes(...)” (A2-Presidente)

“Com o outro prefeito era melhor, a gente tinha um acordo com ele de coletar lixo reciclável nas escolas, aí ele ajudou a divulgar e conversar com as escolas, e sedia o caminhão também. Agora mudou o prefeito e não tem mais isso(...) prejudicou nos e as escolas(...)” (A1-Presidente)

Para Sachs (2004, p.27), é fundamental que recursos financeiros sejam mobilizados para os diferentes setores da economia de pequeno porte, em especial aqueles de produção de bens e serviços ditos “não comerciáveis”, portanto, “não sujeitos à competição internacional”; acreditando que, com um conjunto de políticas públicas baseadas no “tratamento desigual dos desiguais (discriminação positiva em favor dos atores mais fracos)” favorece a saída da informalidade, e a geração de emprego e renda. E, por fim, o autor ainda menciona o importante desafio em se formar sinergias positivas entre as grandes empresas e os empreendimentos de pequeno porte; o que foi possível observar em apenas dois EES analisados, ambos de coleta de material reciclável.

Contudo, e apesar das tantas dificuldades enfrentadas por esses EES, a maioria deles desenvolve ações abertas à população, algumas delas em parceria com diferentes instituições públicas e privadas, e outras contam com a ajuda de pessoas da própria comunidade; o que pode ser observado através das transcrições a seguir:

“Nós temos um outro lado, nós temos um projeto chamado Praia dos Polacos em Ação-Ruas Limpas que a gente trata a parte de limpeza dos ambientes, coleta seletiva, nós ganhamos um prêmio com esse projeto...a gente trabalha com criança e adolescente, mas o nosso foco é a família, no início trabalhamos com as crianças, e depois as mães apareceram, porque nosso foco é a mãe mesmo, e as palestras eram nas escolas, no sábado ou domingo. Nós fizemos também o Dia Rosa, várias vezes nós já tivemos o Dia Rosa, de conscientização do câncer de mama, sempre em parceria com a Secretaria de Saúde, as enfermeiras iam fazer palestras, e as mulheres eram encaminhadas pra Ginecologista(...)”
(C1-Presidente)

“O que que é esses 10%? é o dia das crianças nos faz a festa, o dia de Natal nos faz a festa, e nos fazemo mesmo. O ano passado nos fizemo um bolo de quase cinco metro, e dai o SESC ganhou presente, veio e deu. E dai, esse dinheiro nós retorna pra isso, pra comunidade(...)e pra quando precisa de material, tipo uma fita, uma tesoura, elas fala e nós compra com esse dinheiro(...)”
(A6-Presidente)

“As melhor conquista que nos tivemo é as família né que nos ajudamo, que a gente tem né ali, como é que eu vou falar pra você, eles são pessoas bem prestativa, pessoas que precisam mesmo. É, acho que a maior conquista é o SESC ajudar a gente né, porque antes eles não ajudava, depois que a gente conseguiu...porque a prefeitura não ajuda a gente em nada...as família que nós juntamo as mãezinha que ganha bebe que nos

faz chazinho pra elas, arrecada roupinha, eu pra mim é o mais importante, tipo assim, agente vai na casa, alguém ta doente a gente vai la, leva uma cesta(...)" (A6-Presidente)

Deste modo, é possível perceber que os benefícios conquistados, bem como a prática da solidariedade, não ficam restritos aos empreendimentos econômicos solidários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu do interesse de verificar se na prática, as iniciativas de economia solidária atendem às demandas sustentabilidade, se consideram a dimensão ambiental como valor fundamental e, de que forma essa dimensão está incorporada nesses empreendimentos; e, sobretudo, se essas iniciativas presentes no litoral do Paraná podem ser consideradas instrumento para a promoção do ecodesenvolvimento e, de que forma elas contribuem para isso. Questões estas, que apesar de sua amplitude conceitual, podem ser contempladas, dentro de certas delimitações, em um programa interdisciplinaridade com as características do PPGMADE.

Para que essas questões pudessem ser atendidas, 11 iniciativas econômicas solidárias presentes nos sete municípios do litoral do Paraná foram selecionadas como objeto de pesquisa. Durante o processo de coleta de dados, buscou-se levantar informações que pudessem embasar a nossa análise, realizada com base em cinco dimensões de sustentabilidade à luz do ecodesenvolvimento, que são elas: sustentabilidade econômica, social, ecológica, cultural e política; tendo em vista o objetivo geral estabelecido para esta pesquisa que é o de analisar as contribuições socioambientais das iniciativas econômicas solidárias para a promoção do ecodesenvolvimento no litoral do Paraná.

A partir dos dados coletados e analisados, chegou-se à algumas conclusões acerca das questões de pesquisa levantadas inicialmente. Ao considerar a dimensão socioeconômica dos EES estudados, observou-se que a sustentabilidade econômica e social à luz do ecodesenvolvimento foram contempladas, na medida em que, em função das suas dinâmicas próprias, esses empreendimentos proporcionam maior autonomia aos trabalhadores sobre os processos decisórios e de produção individuais e coletivos; permitindo assim, que essas pessoas identifiquem os reais problemas existentes dentro e fora das iniciativas e, busquem soluções realistas, específicas e originais para eles, evitando que soluções pretensamente universais prevaleçam sobre às possíveis soluções locais. Além disso, as posses dos meios de produção, equidade na divisão da renda e igualdade de direitos existentes nesses EES, constituem uma valoração das relações

socioeconômicas inversas às do sistema capitalista, o que, por sua vez, demonstra que essas iniciativas podem ser consideradas, até certo ponto, uma alternativa ao atual modelo econômico hegemônico.

Ainda considerando essa dimensão, foi possível observar que para grande parte dos trabalhadores, além do fator econômico, outros fatores são considerados de fundamental importância para eles, como a promoção da autoestima, o maior acesso à educação (formal e informal) e a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores e seus familiares, aparecendo na maioria das vezes como sendo as maiores conquistas alcançadas por eles através das iniciativas. Deste modo, ao analisar a dimensão socioeconômica dos EES do litoral paranaense, concluímos que os fatores e dinâmicas que caracterizam e permeiam essas iniciativas geram elementos que podem ser considerados meios de construção de uma civilização do “ser”, na partilha equilibrada do “ter”; o que, para Sachs (2007), é processo fundamental para o desenvolvimento integral de cada indivíduo e de todos os homens.

No que se refere a dimensão ambiental, observou-se que a idéia de sustentabilidade, do cuidar do meio ambiente, é incorporada de diferentes formas por esses empreendimentos. Em algumas iniciativas, foi possível notar que essa dimensão é inserida de maneira consciente pelos trabalhadores e que, de certa forma, foi amadurecida teoricamente, levando esses trabalhadores a decidirem tomar determinadas atitudes visando minimizar alguns possíveis impactos ambientais negativos que podem vir a ser gerados por suas atividades econômicas.

Na maioria dos casos, observou-se que a dimensão ambiental e de sustentabilidade foram incorporadas no dia a dia dos trabalhadores sem necessariamente terem passado por um processo de amadurecimento prévio e tomada de consciência desses conceitos; mas que estão incorporadas nesses EES através das atividades econômicas e ações realizadas no cotidiano dessas pessoas de forma natural e habitual, como por exemplo, a coleta de lixo reciclável e o reaproveitamento de material; e, em alguns casos, hábitos vinculados a cultura da região, como a utilização de matéria-prima local.

Mesmo a sustentabilidade não sendo considerado valor fundamental pela maioria desses empreendimentos, o fato de se evitar o desperdício de recursos não renováveis, e de utilizar os recursos renováveis tanto quanto possível, explorando-o de forma sustentável, é considerado por Sachs (2000) um modo de evitar que esses recursos venham a exaurir-se, promovendo assim, um desenvolvimento ambientalmente mais sustentável. De acordo com o autor, “a diversidade climática e biológica, bem interpretadas, configura um potencial de recursos que podem ser aproveitados pelo desenvolvimento, sem destruir em demasia o capital da natureza”; e para isso, as entradas e saídas dos sistemas criados pelo ser humano devem estar articuladas de forma adequada com os ciclos da natureza (SACHS, 2000, p.264), o que foi observado, até certo ponto, nas dinâmicas de coleta de matérias primas naturais utilizada por algumas artesãs.

Segundo Sachs (2000) uma educação preparatória é constituinte necessária das estruturas participativas e de gestão, especialmente no tocante ao ecodesenvolvimento, para sensibilizar as pessoas quanto à importância da dimensão ambiental e aos aspectos ecológicos do desenvolvimento. Para ele trata-se

(...) de fazer com que esta dimensão seja internalizada e, portanto, de modificar o sistema de valores em relação às atitudes de dominação frente a natureza, ou, ao contrário, de preservar e reforçar, onde quer que ela ainda subsista, a atitude de respeito a natureza características de certas culturas. Este resultado pode ser obtido por intermédio tanto da educação formal quanto da informal.

Outro fator que apareceu com frequência nesses empreendimentos, e que foi analisado dentro da dimensão política, é o alto índice de evasão de trabalhadores dos EES pesquisados. De acordo com a maioria dos entrevistados, isso ocorre, em virtude de essas pessoas terem dificuldades em se adaptarem às regras estabelecidas nos estatutos e regimento interno desses EES, ou ainda, pelo imediatismo dos trabalhadores em perceber o retorno financeiro, pois em alguns casos a renda é inferior a obtida anteriormente a entrada na iniciativa. O que demonstra que, mesmo essas pessoas optando por inserir-se nessas iniciativas

solidárias, os valores econômicos e sociais adquiridos no sistema produtivo capitalista muitas vezes permanecem incorporados por esses trabalhadores.

Pra Singer (2005, p.16), não se pode entrar em um EES com uma mentalidade capitalista, pois seria o mesmo que dar continuidade ao processo capitalista; para ele

(...) a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas, (...) trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco.

Com isso, pode-se tirar pelo menos duas conclusões importantes, a primeira é de que “o mercado em si, não é hostil à economia solidária”, mas que o mercado capitalista é completamente diferente do mercado solidário, pois este último busca ter bom preço, ser eficiente, ser ético e não explorar as pessoas, enquanto o modo de produção capitalista “substitui a sociedade de pessoas por uma sociedade de mercados” tornando o mercado um valor supremo (GADOTTI, 2009, p. 37). A segunda conclusão é a de que, para permanecer e manter um EES ativo, não se trata apenas de oferecer cursos de aperfeiçoamento e capacitação para os trabalhadores, é fundamental romper com a lógica capitalista, e dar lugar para a construção de outros valores, uma outra cultura, mais democrática, solidária, com espírito cooperativo e autônomo (GADOTTI, 2009).

Considerando dimensão política nos EES, foi possível observar a importância vital que o apoio externo tem para a sustentabilidade desses empreendimentos presentes no litoral do Paraná. De acordo com os dados, todos os empreendimentos pesquisados recebem ou já receberam apoio externo do poder público ou privado em algum momento; no entanto, ocorre um consenso quanto à falta de apoio do poder público, sendo considerado na maioria das vezes mínimo, insuficiente e altamente burocrático.

Isso demonstra a necessidade de se discutir entre gestores públicos e atores sociais sobre a importância da economia solidária nas políticas de trabalho,

renda e desenvolvimento socioambiental, de modo a contribuir para a elaboração de novas estratégias e políticas públicas que sejam estruturadas federativamente e que venham a ser capazes de atuar no combate às causas estruturais da pobreza, promovendo inclusão social e um desenvolvimento equitativo e ambientalmente sustentável (BEATRIZ, 2007).

Outra característica acerca dos EES do litoral paranaense é a prevalência dos empreendimentos de produção e comercialização de artesanato e de material reciclável, indicando pouca diversificação das atividades produtivas dessas iniciativas nessa região; demonstrando que as atividades de ES do litoral do Paraná se situam em boa medida em segmentos pouco valorizados pelo mercado capitalista. Esse fato pode ser visto como algo positivo, na medida em que, por não estarem sujeitos à competição internacional e por demandar grande mão de obra, esses setores podem conter consideráveis oportunidades de geração de emprego (SACHS, 2004). No entanto, por se tratar de uma região pobre, há dificuldade para a circulação de mercadorias; carecendo de estender ações públicas, e quando possível privadas, que visem melhorar o fluxo das mercadorias locais, bem como de políticas facilitadoras de expansão dessas mercadorias e serviços à outros mercados.

Para Schiochet (2006) a economia solidária é um movimento que propõe a inclusão dos setores excluídos do sistema capitalista e, conseqüentemente, da sociedade, como são os casos dos quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, dos catadores de material reciclável, das mulheres, entre outros. O que para ele, pode representar um importante elo entre o abismo social e a possibilidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento, mais justo socialmente e mais prudente diante da natureza.

Diante disso, pode-se concluir que os empreendimentos de economia solidária do litoral do Paraná, contribuem para o ecodesenvolvimento à medida que valorizam e buscam utilizar os recursos disponíveis em cada região, para a satisfação de suas necessidades; além de, em alguns casos, diminuir o impacto ao meio ambiente por meio de atitudes mais sustentáveis realizadas durante suas atividades produtivas. Aliando, dessa forma, o respeito às culturas e às realizações

humanas à natureza, podendo vir a promover um equilíbrio durável entre homem e o meio ambiente; o que é especialmente importante nesse litoral devido à riqueza cultural de suas comunidades e as inúmeras riquezas natural presentes nessa região, algumas delas já reconhecidas e protegidas por lei.

Contudo, apesar dessas iniciativas ainda se mostrarem muito incipientes, atingindo apenas setores marginais da economia, os maiores ganhos que elas proporcionam para os trabalhadores são a autonomia e a dignidade, permitindo que os sujeitos busquem se emancipar e ter seu reconhecimento individual e coletivo por meio do trabalho, baseados na livre adesão, respondendo às necessidades e aspirações de forma democrática. Demonstrando assim, que essa realidade está colaborando para o “surgimento de novos atores sociais e, além disso, para a construção de novos espaços institucionais, de importância vital para a consolidação de um estado efetivamente democrático” (GAIGER *et al*, 2014, p.156). Deste modo, conclui-se que, apesar de pontuais, esses EES podem ser considerados embriões de uma nova racionalidade econômica e social; racionalidade esta, mais justa, solidária, equitativa e sustentável (CULTI, 2004).

Duas lacunas importantes foram identificadas e deixadas abertas por esse trabalho, e podem vir a ser satisfeitas através de estudos posteriores. É importante que se investigue como a economia solidária e o ecodesenvolvimento são considerados no âmbito das políticas públicas locais e nacionais; e também realizar uma análise sobre a questão de gênero nesses EES do litoral do Paraná, uma vez que o número de trabalhadoras mulheres nessas iniciativas é significativamente maior que o de homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.; BEZERRA, G.N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANDRIGUETTO FILHO, J.M. Sistemas técnicos de pescas e suas dinâmicas de transformação do litoral do Paraná. *In*: PIERRI, N.; ÂNGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. Editora UFPR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun., 2006.

ANGULO, R. J. Variações na configuração da linha de costa no Paraná nas últimas quatro décadas. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, 41: 52-72, 1993.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

AZEVEDO, N. T. **Desenvolvimento e Meio Ambiente no litoral do Paraná**. 2015. Notas e quadros de aula.

_____. **A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010**. 2016. Não publicado.

BACHSTEIN, G. S. **Análise do esgotamento sanitário no litoral do Paraná na perspectiva da (In) Justiça Ambiental e Hídrica: Estudo de caso dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.

BARBOSA, R.N.C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. *IN*: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

BIGARELLA, J. J. **A Serra do Mar e a porção oriental do Estado do Paraná**. Governo do Paraná, 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plataforma da Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2015.

BEATRIZ, M.Z. **Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa.** Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 2007.

BERGONSI, S. S. S; LACERDA, G. B. **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens.** Curitiba: PROEC/UFPR, 2007.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, Clóvis [Org.]. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, p. 21-40, 1997.

CORAGGIO, J. L. **Economía social y solidaria. El trabajo antes que el capital.** Editora Abya - Yala v. 1, 2011.

_____. Desafios en la formación profesional vinculados a la Economía Social, las políticas públicas y el Desarrollo Local. El rol de la Universidad. **Revista +E**, ediciones UNL, 2015.

COUTINHO, A.L. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, nº1, ago. 1992.

CULTI, M.N. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários.** Tese de Doutorado. FE\USP, São Paulo, 2004.

CULTI, M.N.; KOYAMA, M.A.H.; TRINDADE, M. **Economia Solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários.** São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DESCHAMPS, M.V. & KLEINKE, M.L.U. Os fluxos migratórios e as mudanças socioespaciais na ocupação contínua litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 45-59, jul./dez. 2000.

EMMERIJ, L. El problema del empleo y la economía internacional. **Revista Internacional del Trabajo**, v. 113, n. 4, p. 511-530, 1994.

FERNANDEZ, B.P.M. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional. Editora UFPR. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**, n.23, p. 109-120, jan./jun., 2011.

FERRETI, A. R., BORGES, C. R. S. & BRITZ, R. M. de. **Os Estados da Mata Atlântica:** Paraná. [s.d.], p.58-76.

FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. **Revista Outubro**, n.5, p.117-125, 1999.

FOLADORI, G.; MELAZI, G. **Economía de la sociedad capitalista y sus crisis recurrentes**. Montevideo: CSEAM - Universidad de la República, 2009.

FRANÇA FILHO, G.C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, 2001.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Rio Grande do Sul: Editora UNIJUI, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L.I.G. **A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. Revista Katálysis, Florianópolis. V.11, n.1, p.11-19. Jun\jul. 2008.

_____. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 4ª ed., 2004.

GOULART, J.O.; MARIN, T.R. Políticas Públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003 – 2006). **Outra Economia**, vol.5, nº8, 2011.

GÓES, L. M. **Conservação E Grandes Empreendimentos De Infraestrutura No Litoral Do Paraná: A Ferrovia Lapa-Paranaguá**. 2014. 122f. Dissertação (Mestrado) em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – MADE, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Económico e Social. **Perfil avançado das microregiões geográficas**. 2010.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao_atlas_ivs.pdf.

KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: OIKOS, 2007.

LAVILE, J-L. L'Economie solidaire: une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. In: GAIGER, L.I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 47, nº 4, p. 799 – 834. 2004.

_____. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 57-99, 2001.

_____. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, Geneauto. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.84, p.7-47, 2009.

LECHAT, N.M.P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: GAIGER, L.I. **Economia Solidária. Vol. I. 2001**. Disponível em: <www.socioeco.org> Acesso em: 25. Mai. 2015.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEITE, M.P. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: teorias e realidade. **RBCS**, vol. 24, nº 69. Fevereiro/2009.

MAFRA, T.V. **Estratégias técnicas e econômicas dos sistemas de produção pesqueiro da região de Guaraqueçaba, litoral do Paraná**. Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba, 2012.

MANTOVANELI, Oklinger Jr.; SAMPAIO, Carlos.A.C. Sustentabilidade política e administrativa: contribuições para a reformulação da agenda para o ecodesenvolvimento. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v.1, n.2, p.3-21, Mai.\Ago. 2007.

MAX-NEFF, M.A. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores**. Tradução Rede Vida. Blumenau: Edifurb, 2012.

MADE\UFPR. **Exercício final da disciplina: dinâmica e gestão de ambientes costeiros**. Trabalho coletivo de pesquisa. Documento interno não publicado, 2015.

MELO, M.M. **Capitalismo versus sustentabilidade: o desafio de uma nova ética ambiental**. Florianópolis: Ed. da USC, 2006.

MENDES FILHO, J.T.; FLORIAN, D.; SOUZA-LIMA, J.E. Economia e Justiça Social: reflexões a partir do pensamento de Enrique Leff. *In*: SOUZA-LIMA, J.E.; MACIEL-LIMA, S.M. **(Socio)ecologismo dos Povos do Sul: clamores por justiça**. Curitiba: Ed. UFPR, 2014.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. Florianópolis. **Textos de Economia**, v.4, n.1, p.131-142; 1993.

PARANÁ (Estado). **A vegetação natural do Paraná**: considerações fitogeográficas. [s.d.]. P.16-31. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/amnorte/arquivos/File/Equipe%20de%20Ensino/Geografia/Atlas_Floretal/7.pdf> Acesso em: 20.02.2015.

PARANÁ. Fórum Paranaense de Economia Solidária. **Plano Estadual de Economia Solidária (2015-2019)**. 2015.

PIERRI, N. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. Editora UFPR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.8, p. 25-41, jul.\dez., 2003.

_____. Historia del concepto de desarrollo sustentable. *In*: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (coord.) **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005.

PIERRI, N.; ÂNGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. Editora UFPR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun., 2006.

PELLIN, V.; ALCÂNTARA, L.C.S.; SAMPAIO, C.A. C. **A produção científica no litoral do Paraná: uma análise na zona de educação para o ecodesenvolvimento**. VI Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional, RS, setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/144.pdf>> Acesso em 08/01/2016.

PNES – Plano Nacional de Economia Solidária. MTE, 2015.

PNUD, 2010. **Atlas do Desenvolvimento dos Municípios**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li AtlasMunicipios>> Acesso em: 10/04/2016.

PITAGUARI, S.O. **A Economia Solidária no Brasil**: políticas públicas e desenvolvimento local. Londrina, 2010. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B.S (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAZETO, L.M. La economia de solidaridad: conceptos, realidad y proyectos. **Persona y Sociedad**. V. 8, nº 2, 1999.

_____. Qué es la economia solidaria? **PAPELES de relaciones ecosociales y cambio global**, n.110, p.47-52, 2010.

RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. La Construction de l'interdisciplinarité em Formation intégrée de l'environnement et du Développement. *Apud* : FILHO, Gilberto. M. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. Florianópolis. **Textos de Economia**, v.4, n.1, p.131-142; 1993.

REIS, T.A. **A sustentabilidade nos empreendimentos de economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões**. Salvador, 2005. Dissertação (Núcleo de Pós-Graduação em Administração) – Universidade Federal da Bahia.

ROCHE, C. **Avaliação de impactos do trabalho das ONG'S: aprendendo a valorizar as mudanças**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B.S (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

_____. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo & vida**, v. 2, n. 1, p. 1-2, 2000.

_____. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 23-49, 2004.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Paulo Freire Vieira [Org]. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPAIO, R. **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense**. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record. (2001)

SINGER, Paul. **Introdução á economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHMITT, Claudia.J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modelos de vida sustentáveis. **IPEA/Mercado de trabalho**. Fev. 2010.

SEMA. **Subsídios ao Ordenamento das Áreas Estuarina e Costeira do Paraná: Projeto Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná com ênfase na Área Marinha**. Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2006.

SCHIOCHET, V. **O Balanço da Economia Solidária**. Palestra na I Conferência Estadual de Economia Solidária (Paraná). Curitiba, 03 de junho de 2006.

SOUZA, André.R.; CUNHA, Gabriela.C.; DAKUZAKU, Regina.Y.(Orgs). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

TEIXEIRA, C. F. O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 20 nº. 59, outubro. 2005.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Companhia das Letras. São Paulo: 1998.

TIRIBA, L. Economia Popular e Cultura do Trabalho. Disponível em: <www.unisinos.br> Consulta em: 05/11/2015.

TROPPEMAIR, H. Perfil fitoecológico do Estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Universidade Estadual de Londrina, n.1, p.67-83. 1990.

VANHONI, Felipe.; MENDONÇA, Francisco. O clima do litoral do estado do Paraná. **Revista Brasileira de Climatologia**, ISSN:1980-055X, agosto. 2008.

VIEIRA, Paulo Freire. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política e Sociedade**, n.14, p.27-75, Abril de 2009.

_____. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 10, n. 2, p. 119-141, 2013.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA

I. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO

1. Nome do Empreendimento:

2. Município:

3. Endereço:

n°:

Bairro:

4. Telefone:
5. E-mail:
6. Pessoa de contato:
7. Situação atual do empreendimento: () Ativa () Inativa () Em reestruturação
8. Forma de organização: () Associação () Cooperativa () Grupo informal
9. De que tipo: () Troca () Comercialização () Produção () Consumo () Crédito () Prestação de serviço a terceiros
10. Qual a área de atuação do empreendimento: () Urbana () Rural

II. HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO

11. Como foi o processo de criação do empreendimento? (razões, contextos, etc.)
12. Houve participação de atores externos? Quais? Como?

III. DIMENSÃO SOCIOECONÓMICA

13. Qual o número de participantes sócios (as) que atualmente trabalham na iniciativa econômica solidária?
() Mulheres () Homens () Total
14. A iniciativa econômica solidária está conseguindo remunerar seus associados?
15. De forma geral, a receita obtida através da iniciativa é fonte principal ou complementar de renda?
16. De forma geral, os associados recebem algum tipo auxílio do governo?
17. Como é feita a retirada dos sócios?
() Retirada igual para todos

- Retirada por horas trabalhada
 - Retirada por função
 - Retirada por produção
18. Qual é a atividade realizada pelo empreendimento? O que é feito/produzido?
19. Quais atividades são realizadas de forma coletiva pelos sócios?
20. Os equipamentos do empreendimento são:
- Próprios
 - Arrendado ou alugado
 - Cedido ou emprestado
21. A sede da iniciativa é
- Própria
 - Arrendada ou alugada
 - Cedida ou emprestada
22. Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento?
- Venda direta ao consumidor
 - Revendedores
 - Outros empreendimentos econômicos solidários
 - Empresas privadas
 - Outros. Quais?
23. A comercialização dos produtos é realizada principalmente no comércio:
- Local
 - Municipal
 - Regional
 - Estadual
 - Nacional
 - Externo
24. O empreendimento investe em educação/capacitação dos associados?
- Sim
 - Não

IV. DIMENSÃO AMBIENTAL

25. Quais são as matérias primas utilizadas no empreendimento?
26. Qual a origem dessas matérias primas?
- Extraídas localmente
 - Adquiridas no comércio local
 - Adquiridas no comércio de outros municípios. Quais?
 - Empreendimentos de EcoSol
 - Outros. Quais?
27. Quais tipos de resíduos são gerados pelo empreendimento?
- Lixo orgânico
 - Lixo comum
 - Lixo reciclável
 - Lixo tóxico
28. Como é realizado o descarte desses resíduos?
29. O empreendimento possui Saneamento Básico? () Sim () Não
30. Existe a preocupação por parte dos associados em se evitar o desperdício e o descarte de matéria prima e insumos?
31. A preocupação com o meio ambiente é considerada valor fundamental no empreendimento? Por quê?
32. Os associados utilizam conhecimento tradicional para a realização de suas atividades no empreendimento?
- Sim. Quais?
 - Não.

V. DIMENSÃO POLÍTICA

a) Nível Interno

33. Como são realizadas as tomadas de decisões na iniciativa?
34. Como é determinada a organização do trabalho na iniciativa?
35. Como é decidida a entrada e a saída de sócios da iniciativa?
36. Os associados possuem conhecimento técnico para realizar as atividades que executam?
37. A iniciativa possui maquinário e equipamentos necessários para realizar as atividades que executam?
38. De maneira geral, quais foram as principais conquistas obtidas pelo empreendimento? Por quê?
39. Quais os principais desafios encontrados pelo empreendimento?

b) Nível externo

40. A iniciativa participa de alguma rede ou fórum de articulação?
41. A iniciativa económica solidária participa de algum movimento social?
42. A iniciativa económica solidária desenvolve ou participa de ações com a comunidade? (Educativo, beneficente, recreativos, etc.)
43. O empreendimento conta com algum tipo de apoio do poder público, empresas ou instituições? (Financeiro, técnico, jurídico, etc.)
44. A iniciativa tem autonomia para decidir sobre seu próprio destino?

